

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
VITÓRIA - EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

IGOR GASPARI NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM: A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NESTE PROCESSO HISTÓRICO**

VITÓRIA/ES

2014

IGOR GASPARI NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM: A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NESTE PROCESSO HISTÓRICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Dra. Soraya Gama de Ataíde

VITÓRIA/ES

2014

IGOR GASPARI NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM: A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NESTE PROCESSO HISTÓRICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Soraya Gama de Ataíde
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
de Vitória – EMESCAM
Orientadora

Dr. César Albenes Mendonça Cruz
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
de Vitória – EMESCAM

Dra. Cenira Andrade de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca da EMESCAM, Espírito Santo, ES, Brasil)

Nascimento, Igor Gaspari

N244c A construção da política municipal do idoso de Cachoeiro de Itapemirim
: a participação do idoso neste processo histórico / Igor Gaspari Nascimento.
– 2014.

124 f. il.

Orientadora: Soraya Gama de Ataíde.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa
de Misericórdia de Vitória, EMESCAM.

1. Participação social. 2. Idoso. 3. Políticas sociais. I. Ataíde, Soraya
Gama de. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória. EMESCAM. III. Título.

CDU: 36

Dedico a minha esposa e minha filha, fontes de incentivo e a minha família e amigos pelo apoio nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante o mestrado, em especial a Prof. Dra. Soraya Gama de Ataíde, responsável pela realização deste trabalho.

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas a minha esposa (Luma Karla) e minha filha (Nathalia) aos meus amados pais (Lezi e Clóvis) e meus irmãos (Lívia e Filipe)

“O intervalo de tempo entre a juventude e a velhice é mais breve do que se imagina. Quem não tem prazer de penetrar no mundo dos idosos não é digno da sua juventude...”

Augusto Cury

RESUMO

O trabalho apresentado analisou o processo de construção da Política Municipal do idoso de Cachoeiro de Itapemirim/ES, tendo como objetivos específicos: Mapear a rede de atendimento ao idoso da cidade; Descrever o trabalho desenvolvido pelas instituições cadastradas e ativas nos conselhos de saúde, assistência e idoso voltado ao trabalho da respectiva demanda; Analisar a participação e contribuição do idoso na elaboração da política. O estudo foi uma pesquisa qualitativa, baseada em estudo de caso, com utilização de observação participante; aplicou-se questionário misto em (09) nove secretarias e em (13) treze instituições além da utilização de dados coletados em caixas de sugestões elaboradas pelos idosos do município. No corpo do trabalho encontra-se a análise de quem é o idoso brasileiro, apontando o perfil desta parcela populacional e como as políticas públicas, sobretudo no último século formataram suas ações diante deste público, especialmente a Política Nacional do Idoso e seus pilares: Autonomia, Integração e Participação Social, conceitos que merecem destaque e crítica. Outro ponto de evidência é a breve apresentação do contexto histórico, político, econômico e cultural da cidade de Cachoeiro de Itapemirim no último século, dando a importância devida à população idosa, onde se visualiza como ambos se articulam no território, especialmente frente a toda estrutura do poder local, conceito estudado e discutido no trabalho. No que concerne a construção efetiva desta política se tem como principais ações o mapeamento da rede de atendimento a pessoa idosa do município, que se concentra em verificar como funcionam as instituições e secretarias municipais que atendem a idosos e como este público participa dos serviços ofertados; a realização de eventos que promovam a articulação da rede e a formação de grupos independentes de idosos nas regiões da cidade, além da escuta deste público por meio de eventos realizados pela rede de atendimento e/ou pela comissão supracitada. Compreende-se que tais ações possibilitaram a construção de um documento que pode alcançar a maior parte dos objetivos dos atores envolvidos neste processo determinando uma forma diferenciada de se fazer política pública, tendo o público alvo como construtor de sua própria história.

Palavras Chave: Políticas Públicas. Idoso. Participação social.

ABSTRACT

The presented work has examined the process of construction of Municipal Policy elderly Itapemirim / ES, with the specific objectives: to map the network of senior care in the city; Describe the work of the institutions registered and active on the boards of health, welfare and elderly back to work to their demand; To analyze the participation and contribution of the elderly in policy. The study was a qualitative research based case study, using participant observation; applied in mixed questionnaire (09) and nine departments (13) thirteen institutions besides the use of data collected in boxes of suggestions prepared by the elderly in the city. In the body of the work is the analysis of who the Brazilian elderly, pointing the profile of this part of the population and how public policies, especially in the last century have shaped their actions before this audience, especially the National Policy for the Elderly and its pillars: Autonomy , Integration and Social Participation, concepts that deserve attention and criticism. Another point of evidence is a brief presentation of historical, political, economic and cultural context of the city Itapemirim last century, giving due importance to the elderly population which is viewed as both articulate the territory, especially in face of the whole power structure Local concept studied and discussed in the work. Regarding the actual construction of this policy has as main activities the mapping of the service network of the elder council, which focuses on how to verify and municipal institutions that cater to seniors work and how this public part of the offered services; holding events that promote the network connection and the formation of independent groups of elderly in areas of the city, beyond this listening public through events held by the service network and / or the aforementioned committee. It is understood that such actions allowed the construction of a document that can achieve most of the objectives of the actors involved in this process by determining a different way of making public policy with the audience as a builder of their own history.

Keywords: Public Policies. Elderly. Social participation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Cachoeiro de Itapemirim (ES).....	43
Quadro 2 - Faixa etária dos participantes do projeto Idoso Cidadão nas Comunidades.....	87

LISTA DE SIGLAS

ESF - Estratégia de Saúde da Família.
CAPAAC – Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr Aristides.
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.
COMASCI – Conselho Municipal de Assistência Social de Cachoeiro de Itapemirim.
COMICI – Conselho Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim.
COMSCI – Conselho Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim.
COMSTCI – Conselho Municipal de Segurança e Trânsito de Cachoeiro de Itapemirim.
CRAS – Centro de Referencia de Assistência Social.
CRE – Centro de Referencia.
CREAS – Centro de Referencia Especializado de Assistência Social.
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo.
IPACI – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Cachoeiro de Itapemirim.
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
MS – Ministério da Saúde.
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde.
PDM – Plano Diretor Municipal.
PNI – Política Nacional do Idoso.
SEMAG - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.
SEMDEF - Secretaria Municipal de Defesa Social.
SEMDEC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
SEME – Secretaria Municipal de Educação.
SEMESP – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde.
SEMUTHA - Secretaria Municipal de Trabalho e Habitação.
SUAS – Sistema Único de Assistência Social.
UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMARIO

1-INTRODUÇÃO	12
2-PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3-CAPITULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A PESSOA IDOSA NO BRASIL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO.....	24
1.1 O Idoso e a Concepção do Estado: No Início do Seculo XX a Constituição de 1988	24
1.2 O Idoso a partir da Constituição Cidadã.....	29
4-CAPITULO II: O IDOSO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO/ES	38
2.1 Cachoeiro de Itapemirim: “a capital secreta do mundo”	38
2.2 As Principais Ações Voltadas ao Idoso do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.....	44
5-CAPITULO III: REDE DE APOIO E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: SECRETARIAS MUNICIPAIS.....	49
3.1. As Secretarias Municipais de Cachoeiro de Itapemirim: sua estrutura de funcionamento tendo idoso como sujeito de análise	50
3.1.1. SEMAG e SEMDEF	50
3.1.2. SEMDEC e SEMDES	53
3.1.3. SEME e SEMESP	59
3.1.4. SEMUS, SEMUTHA e IPACI	61
6-CAPITULO IV: REDE DE APOIO E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AO IDOSO 65	
4.1. Instituições Inscritas no COMASCI: Lions Clube “Frade e a Freira” e UNES/ES	66
4.1.1. Grupo Beneficente Princesa Do Sul e LBV	67
4.2. Instituições Inscritas no COMICI: Lar Adelson Rebello Moreira e Lar João XIII	70
4.2.1. Lar Nina Arueira e Associação Bem Viver	72
4.3. Instituições Inscritas no COMSCI: Hospital UNIMED, Hospital Evangélico e Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim	75
4.4. Instituições Inscritas no COMSTCI: Viação Flecha Branca e SEST/SENAT	80
7-CAPITULO V: O CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	82
5.1 A participação do idoso na construção da política municipal	86
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERENCIAS	99
APÊNDICES	106
APÊNDICE A: Questionário de Avaliação da Política Municipal de Atenção ao Idoso do Município de Cachoeiro de Itapemirim (Secretarias Municipais).....	107
APÊNDICE B: Questionário de Avaliação da Política Municipal de Atenção ao Idoso do Município de Cachoeiro de Itapemirim (Instituições de atendimento)	109
APÊNDICE C: Relação de Grupos do Programa Comunidade Esporte e Saúde ..	112
APÊNDICE D: Relação dos Grupos orientados pela SEMUTHA	113
APÊNDICE E: Programação do Dia Municipal e Dia Internacional do Idoso	114
APÊNDICE F: Proposta de Projeto de Lei (Política Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim)	116
ANEXOS	123
ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	124

1 INTRODUÇÃO

O aumento da população idosa vem sendo atualmente um dos temas mais debatidos entre pesquisadores, gestores e atores políticos nos mais diversos lugares. Essa mudança na composição da população mundial, para alguns especialistas vem sendo causada pelo chamado movimento de transição demográfica, onde ocorre a redução das taxas de fecundidade, especialmente dos países de capitalismo central aliado a também redução das taxas de mortalidade da população causadas pelos resultados no investimento de novas tecnologias especialmente na área de saúde.

No Brasil, a partir dos resultados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a expectativa de vida do brasileiro já passa dos 73 anos. Somente nas últimas três décadas o brasileiro passou a viver 10 anos e sete meses a mais. A parcela da população com mais de 65 anos passou de 4,8% na década de 90 para 5,9% em 2000 e chegou a 7,4% em 2010, último censo realizado no país.

O país além de outros que seguem a tendência supracitada vivem o que a Europa e a Ásia viveram no século passado, só que em ritmo acelerado. A França, por exemplo, levou cem anos para que sua população saltasse de 7% para 14%, pelas estimativas o Brasil passará por este mesmo processo nos próximos 20 anos. A população idosa do país pelas estimativas passará dos 40 milhões em 2025 para 60 milhões em 2050.

Entretanto esta diferença é ainda mais significativa se for comparada a quantidade de idosos com indivíduos de até quatro anos no país, sendo esta última parcela significativamente reduzida na última década. Em 2010, de acordo com a síntese do Censo Demográfico promovido pelo IBGE o país tinha 13,8 milhões de crianças de até 4 anos e 14 milhões de pessoas com mais de 65 anos.

O referido grupo social abrange um intervalo de aproximadamente 30 anos. São pessoas que a partir dos 60 anos, influenciados pelos avanços da medicina e da tecnologia podem estar em pleno vigor físico e mental bem como pessoas na

faixa de 90 anos, que podem vir a se encontrar em situações de maior vulnerabilidade física.

Para Camarano e Pasinato (2004) há de se levar em conta que o limite etário apresentado seria o momento a partir do qual os indivíduos poderiam ser considerados velhos isto é, começariam a apresentar sinais de decrepitude e incapacidade física ou mental, neste sentido o estar saudável deixa de ser relacionado com a idade cronológica e passa a ser entendido como a capacidade do organismo de responder às necessidades da vida cotidiana, a capacidade e a motivação física e psicológica para continuar na busca de objetivos e de novas conquistas pessoais e familiares. “A velhice está associada a várias questões que se interligam e que se tornam mais complexa, os sujeitos não envelhecem de maneira igual, construindo suas próprias histórias de vida” (BULLA; KAEFER, 2003. p. 20).

Sobre a respectiva temática Papaleo (2003) vem colaborar com sua análise e pontua que o envelhecimento populacional é algo que tem sido observado em todo o globo terrestre, sendo necessário considerar a importância de transformações socioeconômicas que levem em conta a qualidade de vida da população, pois nos países em desenvolvimento a estrutura socioeconômica vem a provocar um envelhecimento diferente que em outras áreas do globo terrestre que são mais desenvolvidas economicamente. Este quadro vem gerando constantes discussões sobre o que se fazer no âmbito das políticas públicas para evitar que a população idosa não seja desassistida.

Entretanto, os idosos se distribuem no território nacional de forma desigual, havendo uma concentração desse segmento na região Sudeste – e nas áreas urbanas em relação às demais regiões. Além disso, é notória a observação de que essa população está mais exposta a riscos e vulnerabilidades, já que, mesmo representando cerca de 9% da população total, os idosos também representam aproximadamente 5% da população pobre do país. (SUGAHARA, 2005, p. 35)

A compreensão das principais características do ator principal deste trabalho é necessária, uma vez que o idoso de Cachoeiro de Itapemirim apesar de suas particularidades se assemelha com a maior parte dos idosos brasileiros. O atual cotidiano apresenta uma população idosa diferenciada por grupos sociais, localização geográfica, sexo, cor, o que no Brasil pode ser justificado pelo grande

processo de miscigenação histórica. Suas condições de vida vão depender das condições com que nasceram das qualidades adquiridas e da relação entre ambas.

A população idosa se constitui como um grupo bastante diferenciado, entre si e em relação aos demais grupos etários, tanto do ponto de vista das condições sociais, quanto dos aspectos demográficos e epidemiológicos. Qualquer que seja o enfoque escolhido para estudar este grupo populacional é bastante expressivo os diferenciais por gênero, idade, renda, situação conjugal, educação, atividade econômica, etc. (VERAS, 2003, p. 8-9)

Outras características específicas que permeiam esta população são: a **feminilização da velhice** o que permite a estas mulheres experimentar experiências próprias como a viuvez, à sobrevivência financeira mediada pela pensão por morte do esposo, exposição por um tempo maior por enfermidades motivadas pelo envelhecimento.

Sobre a feminização deste segmento populacional observa-se que 55% da população idosa do país atualmente é formada por mulheres. Este dado ocorre pelo fato de que no Brasil as mulheres vivem em média oito anos a mais do que os homens. O que pode estar ocorrendo pelo fato da mulher cuidar mais de sua saúde. Segundo Berzins e Veras (2003) alguns estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que a mulher em relação ao homem, possui consumo diferente de álcool e tabaco. Além disso, a inserção da mesma no mercado de trabalho é diferenciada, sendo que o homem se expõe mais a trabalhos que exigem maior esforço físico, e, como já foi supracitado o mesmo não ter por cultivo o esforço de cuidar da sua saúde.

As idosas brasileiras em sua maioria vivem nos centros urbanos enquanto que a área rural ainda possui o predomínio do sexo masculino. A maior parte dos idosos do sexo masculino são chefes da família, enquanto que o sexo feminino acaba alcançando a independência financeira com a viuvez e a conseqüente pensão por morte do esposo.

Supõe-se que isso ocorre devido à construção dos papéis sociais do homem como o ser protetor e a mulher como o ser cuidador. Neste sentido, julga-se permanecer ainda na sociedade a visão do homem como provedor do sustento e a

mulher como cuidadora do lar, gerando nesta o auto cuidado e no homem a necessidade de proteger seus familiares deixando de lado a sua própria saúde.

Para Camarano e Pasinato (2004, p. 29) “A feminização da velhice abarca algumas consequências, a maior parte das idosas experimenta uma maior probabilidade de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa por não terem tido trabalho remunerado durante boa parte da vida.” Além disso, existem discrepâncias entre os gêneros quando analisado o nível de escolaridade entre ambos durante a vida adulta. Fator que pode vir a se reverter com as iniciativas de escolarização de idosos.

Um fato respeitável que apresenta a importância de discutir a questão de gênero nas políticas públicas voltadas ao idoso é que, são as mulheres que estão mais presentes em movimentos ligados a pessoa idosa, cursos, viagens, trabalho remunerado temporário, acabando em algumas situações assumindo até mesmo o papel de chefes de família e provedoras. Questão que também merece destaque na análise das principais características do idoso brasileiro.

Uma população com **alta taxa de analfabetismo**, o que se mostra contraditório com o que a maioria da população mundial vivencia no cotidiano, especialmente com os recentes investimentos em tecnologias consequentes do atual mundo globalizado. Além disso, este mesmo mundo globalizado trás como resultado o idoso como **principal provedor de sua família** pelo fato dos demais componentes familiares não conseguirem trabalho remunerado neste atual panorama, adiando assim a saída do jovem da casa dos pais, gerando questionamentos justamente acerca dos investimentos tecnológicos que aproximam pessoas, mais ao mesmo tempo, afastam a maior parte delas do mercado de trabalho.

Quanto à família verifica-se que é vista na atualidade como uma importante fonte de apoio informal para a população idosa, sendo a única alternativa de auxílio desta população em muitos países. De acordo com os resultados do último senso do IBGE realizado, pôde-se constatar que os idosos são chefes de 86,5% das famílias em que vivem. Destaca-se também o aumento na proporção das famílias chefiadas por idosos. Estes passaram de 79,1% em 1980 para 86,5% em 2010. Isso se deve ao fato de boa parte da população idosa do país possuir condições mínimas de

renda necessárias a sua sobrevivência o que revoga a construção e reafirmação destes arranjos familiares onde filhos, netos, genros, acabam por residir junto com o idoso sendo esta configuração intermediada pela condição de renda dos habitantes da residência.

Destaca-se que esta configuração pode em alguns momentos privilegiar ao idoso quando este possui a sua condição de saúde limitada, desconsiderando o abrigo que ocorre em boa parte das ocasiões em que se denota esta configuração.

Isso tem se verificado tanto pela co-residência como pela transferência de bens e recursos financeiros. Os seus membros se ajudam na busca do alcance do bem-estar coletivo, constituindo um espaço de “conflito cooperativo” onde se cruzam as diferenças por gênero e intergeracionais. Daí surge uma gama variada de arranjos familiares. As formas de arranjos familiares esperados para famílias com idosos residindo são do tipo casal com filhos ou famílias unipessoais, ou seja, idosos morando sós. O estado conjugal é um determinante importante desse tipo de arranjo, bem como a independência dos filhos, manifestada pela saída de casa. (CAMARANO, 2004. p.137.)

É necessário se levar em conta na constituição destes arranjos familiares a análise do caso brasileiro, os jovens estão adiando a idade em que saem da casa dos pais devido à instabilidade do mercado de trabalho, ao maior tempo despendido na escola e à maior instabilidade das relações afetivas.

Essa chamada “nova pobreza” deve ser analisada tendo em consideração uma dupla dimensão: por um lado, a pobreza “convencional” inerente ao sistema capitalista, que diz respeito à ausência de renda e às desigualdades de classe; por outro, mas interligado, é necessário não esquecer o empobrecimento que vivenciam alguns setores da população, outrora melhor situados socialmente. As novas configurações da pobreza podem ser percebidas, por exemplo, no empobrecimento e proletarianização da classe média, na redução do número de trabalhadores maiores de 45 anos inseridos no mercado formal de trabalho e no aumento de famílias com um cônjuge só e/ou chefiadas por mulheres. (PASTORINI, 2007, p. 33, grifo do autor)

A família é uma das instituições mais importantes e eficientes no que concerne ao bem estar dos indivíduos e à distribuição de recursos. Ela intermedeia parte da relação entre o mercado e os indivíduos, já que distribui rendimentos entre membros, assim como faz a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, direta ou indiretamente, os benefícios recebidos. Conforme Camarano (2004. p. 52) “Dada à predominância em quase todo o mundo, de um modelo de

políticas sociais que privilegia o enxugamento do Estado, as famílias estão sendo cada vez mais requeridas para cuidar dos segmentos vulneráveis”.

Isso pode ser explicado pelo fato de os idosos de hoje estarem num estágio do ciclo vital mais elevado, o que já lhes permitiu a acumulação de um patrimônio, tal como a casa própria. Ademais, estes passaram a maior parte da sua vida produtiva num período mais propício da economia brasileira. Puderam desfrutar de um emprego e uma família estável, dos benefícios de uma política habitacional, como a do Banco Nacional da Habitação. (CAMARANO, 2004, p. 60)

Os idosos são responsáveis por uma contribuição importante na renda das famílias que têm idosos, contribuição que tem crescido ao longo do tempo. Em 1980, a contribuição do rendimento do idoso na renda da sua família foi de 46,6% e passou para 58,5% em 2000. (CAMARANO, 2004, p. 69)

É necessário que seja levado em conta que boa parte dos idosos brasileiros ao se aposentarem continua exercendo suas atividades no mercado de trabalho como forma de complementar a renda proveniente da aposentadoria, tal característica pode ser considerada positiva uma vez que a continuidade da atividade remunerada trás ao idoso autonomia física e mental além da integração social, pontos que sofrem significativo decréscimo quando o idoso deixa o mercado de trabalho.

Tais particularidades irão influenciar a construção das políticas públicas brasileiras, em especial àquelas voltadas à demanda populacional em destaque, pode-se dizer que boa parte do que foi conquistado no âmbito das políticas voltadas ao idoso no país, em especial com a redemocratização ocorrida no final do último século, teve a participação do próprio idoso no processo desmistificando que as limitações da idade impedem o sujeito de participar.

Os pontos reflexivos apresentam características neoliberais que se assinalam por considerar o idoso como inútil e improdutivo, pois este, de acordo com o discurso apresentado, na maioria das vezes, não contribui mais com sua força de trabalho gerando apenas despesas especialmente com políticas públicas específicas.

Vemos assim que a proposta neoliberal aponta como solução o desmonte do welfare state e do Estado de bem estar social, promovendo o Estado mínimo. Isto implica uma redução dos direitos sociais, das políticas sociais e se for necessário, dos direitos políticos, tudo em nome dos direitos civis (principalmente o direito a propriedade privada). Conclui-se, dessa forma que é necessário destruir o “Estado Intervencionista”, aquele Estado que coarta as “liberdades” dos indivíduos, que contradiz o processo autorregulador do mercado. (PASTORINI, 2007, p. 41, grifo do autor)

Apesar dos pontos elucidados, que podem vir a surgir como possível aspecto negativo do envelhecimento se observa que o respectivo aumento da população idosa também faz surgir um grupo que tem participado cada vez mais de espaços de discussão de políticas públicas contrariando uma sociedade capitalista de características neoliberais, que além do que foi dito valoriza os meios de produção e sobrevive do novo desvalorizando as forças produtivas, apesar de depender destas para se ter os meios de produção.

Entretanto este mesmo grupo que gera gastos ao Estado neoliberal também acaba se tornando necessário a este, tendo significativo interesse do Estado democrático à medida que os idosos passam a significar uma considerável massa de eleitores. Exemplo disso se visualiza na Constituição brasileira de 1988 que dedicou uma atenção especial à velhice, tratando-a como direito humano fundamental e incluindo, pela primeira vez numa constituição brasileira, leis referentes à assistência e a previdência social, além de proibir qualquer forma de discriminação baseada na idade. (RAMOS, 2001).

É interessante notar, como destaca o mesmo autor (2001, p. 213), que a velhice já havia se tornado, a partir da promulgação da Constituição de 1988 “Temática a merecer ações responsáveis direcionadas a assegurar os direitos fundamentais das pessoas pertencentes a essa faixa etária”. Além disso, passam a se tornar intrínsecos consumidores, pois uma gama de serviços passa a ser criado para atender a demanda desta crescente população.

A população idosa passa a ser também objeto de estudo de disciplinas específicas como a geriatria e a gerontologia. De acordo com Lopes (2000, p 39) “O ano de 1982 pode ser considerado o marco internacional da legitimação da gerontologia como campo de saber multidisciplinar autorizado a tratar das questões do envelhecimento”. De acordo com o mesmo autor os especialistas em gerontologia e geriatria passariam, assim, a serem os agentes sociais encarregados do “gerenciamento da velhice”, detendo a posse da autoridade científica sobre as questões concernentes ao processo de envelhecimento, bem como o poder social (e político) de opinar, dirigir e interferir em tais questões.

Diante do panorama apresentado é que se dirige o trabalho que será visto adiante. Trata-se de descrever os caminhos trilhados para a construção da Política Municipal do Idoso da cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES por meio da análise dos serviços prestados pela rede de atendimento a este público na cidade e a partir da opinião e avaliação do público atendido, buscando, sobretudo, considerar como os idosos participam dos serviços da rede e se incluem na construção da referida política pública. Cabe destacar que o trabalho considera como rede de atendimento a pessoa idosa da cidade as secretarias municipais que trabalham com esta demanda e as instituições inscritas nos conselhos de assistência social e/ou idoso e/ou saúde e/ou segurança e trânsito da cidade e que possui em seus trabalhos o atendimento a referida demanda de estudo. Outro ponto importante que qualifica o trabalho elaborado está nas deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006) em seus anais que define a formação da Rede Nacional de Defesa da Pessoa Idosa e aos municípios a elaboração de políticas públicas específicas a esta demanda.

Considera-se relevante analisar o processo percorrido pelo fato da ação ser planejada por uma comissão de técnicos que trabalham com a população ao qual o projeto se destina, e por este planejamento ter como atores envolvidos as secretarias municipais da prefeitura, instituições que trabalham com a respectiva demanda e os próprios idosos, neste caso os participantes do projeto Idoso Cidadão nas Comunidades, projeto desenvolvido pelo Centro de Convivência Vida Ativa instituição que pertence à prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. Parte-se do princípio que esta construção surgiu de sujeitos envolvidos no processo. Garantindo o que está estipulado nos pilares estruturantes da Política Nacional do Idoso: Autonomia, Integração e Participação do idoso na comunidade, sob o viés do Poder Local.

2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Como procedimentos técnicos foram utilizados para execução deste trabalho a análise de leis, relatórios, decretos, produzidos pela prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim que abordam possíveis benefícios a população idosa da cidade, bem como: matérias de jornais coletadas, sobre o trabalho desenvolvido com idosos pela prefeitura e pelas instituições que serão apresentadas neste trabalho. Foi realizada ainda uma análise bibliográfica com os principais autores que discutem a temática do envelhecimento no país além do breve estudo acerca dos conceitos que estruturam a Política Nacional do Idoso: Autonomia, Integração, Participação Social e o Poder Local que neste caso é colocado pelo fato do estudo em tela abordar uma realidade regional.

Neste sentido foram consultadas fontes bibliográficas dos sites Scielo, Lilacs, que contém em seus bancos de dados um acervo das principais literaturas que discutem a temática, além da consulta de obras de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema central e as categorias apresentadas.

Destaca-se que o pesquisador a todo o momento buscou a técnica da observação participante durante a execução da pesquisa, sendo este instrumento em linhas gerais aquele que provém da pesquisa de campo e que pode ser utilizado antes ou depois das entrevistas, e também de forma isolada onde o pesquisador é testemunha e co-autor.

Uma outra modalidade de pesquisa que também permeia o trabalho e é amplamente usada nas ciências biomédicas e sociais (GIL, 2007, p. 54) é o Estudo de Caso:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33)

Outra etapa importante deste trabalho foi à realização da pesquisa qualitativa onde foram aplicados dois questionários mistos às instituições que possuem trabalhos voltados aos idosos da cidade e que estejam vinculados aos conselhos municipais do idoso, assistência, saúde e ou segurança e trânsito. Não foram incluídos na pesquisa instituições que não possuem os critérios de inclusão elencados.

E por fim os idosos puderam ser ouvidos a partir das sugestões escritas e colocadas na “caixa de sugestões” do projeto Idoso Cidadão nas Comunidades, que foram recolhidas ao longo do processo de coleta de dados e encerradas com o final da aplicação dos questionários.

O Projeto Idoso Cidadão nas Comunidades é uma das ações desenvolvidas pelo Centro de Convivência Vida Ativa:

[...] teve seu início em fevereiro de 2012 com objetivo de orientar os idosos, sejam eles participantes de grupos de convivência em seus bairros ou não sobre seus direitos, deveres e benefícios, bem como estimular o conhecimento e respeito ao processo de envelhecimento para todas as faixas etárias. (NASCIMENTO, 2012, p. 13)

Na metodologia foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), pois de acordo com Minayo (1994), é importante analisar os dados concernentes à conjuntura socioeconômica e política, além de observar as condutas e costumes de acordo com o que for expresso pelos indivíduos, considerando sua história, sua inserção no contexto sócio-histórico, bem como seu ingresso na instituição.

A pesquisa ofereceu riscos mínimos que seriam a não participação dos sujeitos pelo receio de represálias políticas, porém esse risco é minimizado com a garantia do anonimato e sigilo de dados pessoais por parte do pesquisador.

Resumindo: foram aplicados (02) dois questionários mistos sendo: 1 (um) questionário para cada uma das 09 (nove) secretarias da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim e outro para cada uma das 13 (treze) instituições que possuem trabalhos voltados aos idosos do município. Perfazendo um total de (22) vinte e dois questionários aplicados. Cabe ressaltar que foram entregues junto com os (22) vinte e dois questionários aplicados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e junto com os (13) treze questionários aplicados às instituições foi

disponibilizada a carta de anuência para que dessa forma o autor possa utilizar citações do que possa considerar relevante dentro dos questionários preservando a ética ao material coletado.

O resultado deste trabalho é sistematizado nos capítulos que seguem.

No primeiro capítulo existem duas subdivisões que ilustram a trajetória histórica das políticas públicas voltadas à população idosa no Brasil do início do século XX aos dias atuais. O marco entre as subdivisões é dado a partir da constituição de 1988, uma vez que a partir deste importante evento democrático se tem no país a participação efetiva da população nas ações governamentais, o subitem 2.2 apresenta como os idosos se comportaram neste importante período histórico, especialmente a partir de todo o aparato legislativo que os absorveu.

Outro ponto em destaque está na apresentação dos conceitos Autonomia, Integração e Participação Social do Idoso, pilares da Política Nacional e que norteiam a construção da Política Municipal do Idoso. Tais conceitos se complementam com a categoria Poder Local, uma vez que se analisa uma realidade deste âmbito.

No segundo capítulo o idoso da cidade de Cachoeiro de Itapemirim é apresentado em dois subitens. No primeiro é contado um pouco da história do município, sua força política, econômica e cultural do último século até os dias atuais. No subsequente são mostradas as principais atividades voltadas ao idoso na cidade. O interessante deste capítulo é que a trajetória histórica da cidade pode influenciar positivamente a participação ativa nas decisões políticas e movimentos locais dos idosos moradores da cidade.

A rede de atendimento à pessoa idosa do município é apresentada no terceiro e quarto capítulos onde respectivamente são ilustrados os principais serviços das secretarias municipais e das instituições de atendimento a pessoa idosa. Busca-se como principal idéia mostrar como o idoso se articula com o poder local e se movimenta na construção e reivindicação de seus direitos.

No quinto capítulo é mostrado o caminho trilhado pela construção da política municipal do idoso da cidade, como se deu este processo, quais os principais agentes envolvidos e como se deu a participação do idoso nesta construção.

Nas considerações finais o autor faz a recordação do que foi discutido durante todo o trabalho propondo possibilidades de se avançar nos principais tópicos abordados neste trabalho.

Em suma o retrato do idoso brasileiro trás características peculiares, sendo uma população em sua maioria do sexo feminino, com baixa escolaridade e que dispõe sua renda como a principal fonte de sustento de seu núcleo familiar.

É uma população que tem cuidado cada vez mais de sua saúde e participado cada vez mais dos espaços públicos tomando decisões importantes. Sobre este ponto será apresentado a seguir como a participação política da população idosa alcançou este patamar.

3 CAPITULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A PESSOA BRASIL: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO IDOSA NO

Descrevem durante a concepção do Estado brasileiro quais foram as principais ações organizadas no que tange ao atendimento e auxílio à pessoa idosa.

1.1 O IDOSO E A CONCEPÇÃO DO ESTADO: NO INÍCIO DO SÉCULO XX A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Os primeiros registros de práticas assistenciais voltadas ao idoso na história surgem na idade média. Confirma Debert (1999 apud ALCÂNTARA, 2004, p. 31), “As primeiras instituições filantrópicas destinadas a abrigar idosos carentes surgiram no império Bizantino, no século V da era Cristã. Sendo o primeiro asilo fundado pelo Papa Pelágio II, que transformou a sua casa em um hospital para velhos”.

Segundo Haddad, (1998), no Brasil, colonial as práticas assistencialistas se davam através das Santas Casas de Misericórdias transportadas de Portugal para o Brasil. Também existiam no referido período a Casa dos Inválidos que dispensava alguma atenção à velhice, inaugurada em 1794, mantida pelo V vice Rei. Alcântara (2004, p. 39) “O objetivo do local era dar um descanso aos soldados velhos.” Já as instituições filantrópicas que tinham por objetivo prestar cuidados a velhos, os chamados *asilos* tiveram sua origem no final do século XIX e início do século XX. Cabe destacar que nestas casas os idosos dividiam espaço com leprosos e mendigos em uma tentativa de afastar os “inválidos” do convívio da sociedade.

Somente no século passado é que se criaram espaços ordenados para os idosos no Brasil. O primeiro espaço foi o Asilo São Luiz no Rio de Janeiro, entretanto observa-se que apesar dos idosos asilados terem seu próprio local de moradia o sentido da segregação e afastamento dos mesmos da sociedade ainda se mostram presentes.

Durante todo o último século pôde-se conviver com a expansão das instituições geriátricas no país, estando sempre presente na maior parte destas o discurso da velhice relacionada à pobreza expondo os idosos como pessoas que precisam da ajuda da população para que tenham uma boa morte.

No que concerne à formulação das primeiras políticas públicas voltadas aos idosos, compreende-se que o movimento sindical recorrente no país a partir de 1910 foi essencial, pois suas reivindicações organizadas em prol de melhores condições de vida e trabalho trouxeram ao cenário da época uma nova forma de pensar o social buscando o afastamento da associação questão social como caso de polícia, buscando reduzir as tensões da luta de classes pensando a mesma questão social e suas manifestações como caso de política. Antes deste período a proteção à população se fazia presente nas mãos dos coronéis e senhores de terra. Como observa Chauí (2000, p.17):

Esse Estado precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal; de outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que a luta de classes, a luta no interior de cada classe social, as tendências políticas antagônicas e as crenças religiosas disputavam essa lealdade. Em suma, como dar à divisão econômica, social e política a forma da unidade indivisa? Pouco a pouco, a idéia de nação surgirá como solução dos problemas.

Além disso, se faz necessário pontuar que políticas não são criadas e desenvolvidas se não houver necessidade, neste caso a pressão da classe trabalhadora, influenciada especialmente pelos imigrantes europeus que traziam consigo a experiência da luta de classes vivida em seus países foi essencial para o sucesso de boa parte das reivindicações propostas.

O mesmo período marca o enfraquecimento do discurso liberal, principalmente com o término da I Guerra Mundial, além da vitória do movimento socialista na Rússia em 1917. Tais acontecimentos impulsionaram a classe operária até então nascente no Brasil a pressionarem o governo da época a cumprir o tratado de Versalhes (1919) ao qual o país era signatário. O referido tratado tinha como um de seus alicerces principais o enfrentamento as expressões da questão social pelo viés da formação de políticas públicas. A partir de um contexto de industrialização e desenvolvimento vivido no país. Uma das primeiras iniciativas concretas do governo na efetivação das políticas públicas no referido período se deu em 1923 quando foi promulgada a Lei Eloy Chaves que permitiu a efetivação das primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensão¹ (CAPs) sendo a primeira organizada pelos ferroviários².

¹ A partir do governo de Getúlio Vargas no Brasil, houve interesse do poder público na administração e união das CAPs. sendo assim surgem os primeiros IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões)

De 1923 a 1936 outras categorias profissionais passaram a criar suas próprias CAPs. Sendo estas reguladas a sua maneira. A partir desse momento velhice e aposentadoria passaram a estar associadas. Entretanto esse direito se referia apenas aos trabalhadores formais.

No que concerne ao desenvolvimento das políticas públicas de iniciativa governamental no país, considera-se que as mesmas começam a ganhar destaque a partir do incentivo à industrialização brasileira e da decadência do sistema agrário exportador que se fazia destaque no início do século. Tais eventos foram motivados especialmente pela queda da bolsa de valores de Nova York em 1929 e posterior 2ª guerra mundial e mostraram a necessidade do país se industrializar para crescer.

Essa construção decorreu da necessidade de resolver três problemas prementes: as lutas populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária, a pequena burguesia, que aspirava ao aburguesamento e temia a proletarização. (CHAUI, 2000, p.18)

Embora o Estado tenha, a partir de 1930, desenvolvido um papel cada vez mais intervencionista, esta iniciativa não seguiu a mesma tendência na assistência ao idoso, sendo o atendimento à velhice feito pelo Estado por meio de auxílios e convênios com instituições filantrópicas ou privadas como se visualiza na constituição de 1934 no artigo 121: “Instituição de previdência, mediante atribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos campos de acidente de trabalho ou por morte. O que se observa é que não era de interesse do governo assegurar direitos a todos os idosos, sendo este limitado aos que tinham vínculo de trabalho formalizado.

O referido período abre espaço para uma nova forma de tratamento das manifestações da questão social, cujas respostas são imprescindíveis para controlar as agitações operárias que vinham ocorrendo desde os anos anteriores. Estas expressões passam a ganhar prioridade nas ações governamentais. Tratava-se,

regulados pelo governo. Estes tinham como principal característica a uniformidade entre as CAPs. Para aqueles que não tinham trabalho formal restava o assistencialismo e a caridade. O mesmo ocorria com a saúde, neste caso os que não tinham como pagar por uma consulta médica recorria à caridade principalmente da igreja católica por meio das Santas Casas.

² Destacam-se os ferroviários, pois este segmento está intimamente ligado ao desenvolvimento do país, a iniciativa do governo em dar apoio aos trabalhadores por meio de políticas sociais tem como objetivo harmonizar a classe trabalhadora para esta não prejudicar o desenvolvimento do país.

como observa Castro (1995, p. 57), de “Conferir ao Estado um papel regulador da vida social e econômica, absorvendo as contradições da formação social”. Já em 1930 tem-se a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A partir do olhar do Estado para os desdobramentos da questão social que lhe interessavam, Sposati (1992, p. 41) ilustra que “A assistência começa a se configurar quer como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços quer como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais”. Seguindo esta linha de pensamento compreende-se a necessidade do Estado de adentrar no campo da assistência social, isso ocorre a partir da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Criada a partir da iniciativa da sociedade civil no contexto da participação do país na Segunda Guerra Mundial. A LBA, além de promover assistência às famílias cujos chefes encontravam-se mobilizados pela guerra, tinha por objetivos:

1. Executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada;
2. Congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social;
3. Prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo;
4. Trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 257)

Destacam-se como serviços voltados a idosos organizados pela LBA os projetos Conviver³, Asilar⁴ e Centro de Convivência.

Ambas as atividades voltavam seus olhos para a referida demanda, mas mantinham características presentes na história brasileira sob novas roupagens: uma cultura assistencialista na prestação de seus serviços sob o slogan da “boa vontade” de ajuda ao próximo; patrimonialista, uma vez que as ações eram regionais e não seguiam critérios uniformes, o que privilegiava o poder local e seus interesses e centralizado quanto à formulação dos programas, onde este não ouvia o desejo da população.

³ No Projeto Conviver a LBA passou a pagar uma taxa per capita pelos idosos participantes de seus grupos sendo estes supervisionados pelos técnicos da instituição

⁴ Convênios com asilos, pagando um per capita X, por certo número de vagas para idosos, onde a LBA, através de seus técnicos selecionava e os encaminhava aos asilos conveniados, que eram supervisionados por Assistentes Sociais da instituição.

A partir da década de 50, como afirma Sposati (1992) à assistência passa a ser vista pelo governo da época sob uma nova ótica sendo direcionada a partir da formação de pronto-socorro social dirigidos à população em situação de extrema carência, abarcará a prestação de serviços sociais básicos. Abarcará, igualmente, sob a interposição da Organização das Nações Unidas (ONU), os programas de desenvolvimento comunitário destinados às comunidades e regiões com problemas de estagnação socioeconômica. Apesar de ampliada a assistência social ainda não perde características históricas de cunho varguista.

A possível explicação encontra-se na natureza do Estado moderno como espaço dos sentimentos políticos e das práticas políticas em que a consciência política do cidadão se forma referida à nação e ao civismo, de tal maneira que a distinção entre classe social e nação não é clara e frequentemente está esfumada ou diluída. Para nós, no Brasil, nada explica melhor essa situação do que o nacionalismo das esquerdas nos anos 1950-60, período que conhecemos com os nomes de nacional-desenvolvimentismo, primeiro, e de nacional-popular, depois. De fato, para as esquerdas, a referência sempre havia sido a divisão social das classes e não a unidade social imaginária imposta pela idéia de nação. (CHAUÍ, 2000, p. 20)

Já no período da ditadura militar é observada a expansão da área social uma vez que o governo procurava ter apoio da população para assim sustentar o movimento. As práticas assistenciais passaram a estar voltadas não apenas para minimizar as relações entre capital x trabalho em confronto na sociedade civil, tendo por objetivo a consolidação da classe dominante em parceria com o poder estatal.

[...] além do mais, o golpe militar fez destacar, no plano das políticas públicas de assistência social, dois outros aspectos. Primeiro aquilo que era apenas latente, nas práticas assistenciais de natureza privada, tornou-se manifesto. De fato, a política social ganhou feição definitiva, com o binômio repressão-assistência. Segundo, a ação estatal espraiou-se pelas áreas de saúde, educação, habitação, além de haver conferido nova configuração às tradicionais políticas de segurança, justiça e promoção humanas. (HADDAD, 1998, p. 28)

No mesmo período surge um dos primeiros benefícios assistenciais criados no país a pessoas que não contribuía ao chamado INPS⁵ a Renda Mensal

⁵ Com a unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que previa os serviços de todas as IAPs de forma linear. Tal instituto passou a financiar grandes obras do governo tais como a rodovia transamazônica, ponte Rio Niterói, entre outras.

Vitalícia⁶ que atualmente é conhecido como Amparo Social ao idoso e/ou Deficiente, o popular Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Concomitante as transformações na sociedade brasileira, provocada pela luta para a redemocratização do país, foi realizada em 1982 a I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento (ONU) em Viena na Áustria, que traçou as diretrizes do Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento, publicado em Nova York em 1983. Esse Plano de Ação almejou sensibilizar os governos e sociedades de todo o mundo para a necessidade de direcionar políticas públicas voltadas para os idosos, bem como alertar para o desenvolvimento de estudos futuros sobre os aspectos do envelhecimento.

Já no Brasil por influencia de sindicatos e associações de aposentados o tema envelhecimento passou a ser discutido especialmente na constituinte de 1986 onde se transformou em bandeira de luta a inclusão do tema em tópicos como saúde (apoio da geriatria) e previdência social (apoio dos sindicatos e movimentos sociais de aposentados e pensionistas).

1.2 O IDOSO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Somente com a elaboração da Constituição Federal de 1988 que contempla as pessoas idosas em seus artigos 14, 40, 201, 203, 229 e 230 e com o aprofundamento dos artigos mencionados a partir da formação da Política Nacional do Idoso: Lei 8842/94, é que se tiveram legislações que efetivamente passaram a proteger o idoso no país. Cabe enfatizar que a menção em tantos artigos faz parte do resultado da luta dos movimentos supracitados anteriormente dentro do Estado Democrático. Como pondera Ramos (2005, p. 142) o laço representativo é necessário aos aparelhos políticos, reconhecidos e legitimados pelo Estado. Este espaço deve ser produzido pelo Estado. O representante deve reproduzir os anseios

⁶ Este benefício era destinado aos Idosos com mais de 70 anos ou deficientes que comprovadamente não dispunham de condições para trabalhar, caso a renda destes fosse inferior a 60% do salário mínimo vigente tinham direito a um salário mínimo mensal. O curioso é que a expectativa de vida da população brasileira na época era de 55 anos, logo a Renda Mensal Vitalícia Lei 6.179/74 passou a ser conhecida pelos idosos como o benefício “pé na cova”.

do representado: “A luta pela supressão da submissão do trabalho ao capital exige a emergência de um princípio de democracia direta compatível com instituições republicanas, a extensão do sufrágio universal, a ampliação dos direitos humanos e do cidadão em direitos dos livres produtores”.

Sobre as possibilidades de participação e efetivação da cidadania no país a partir da nova constituição toma-se também como linha de pensamento Antônio Gramsci (1999) que disserta que a transformação social pressupõe uma aliança de classes hegemônicas ou formação de um bloco histórico que poderão se unir por acordos políticos ou até mesmo pela força via uso de armas para a conquista de outras classes. Pode-se afirmar que tais alianças serão de fundamental importância para que se possa conhecer o papel do Estado no trato com seus indivíduos, podendo o mesmo ser **Restrito**: órgão de dominação de uma classe sobre a outra, sem qualquer participação da classe subalterna. Tem-se como exemplo dessa forma de ação do Estado na Rússia do período Stalinista e o período militar no Brasil, onde só se havia autonomia se a mesma fosse forçada pelos grupos sociais. Ou se o Estado for **Ampliado**: estado democrático, que aceita as reivindicações da sociedade organizada e mobilizada. Neste sentido, quanto mais forte for à sociedade civil, mais democrático é o Estado.

Toma-se como exemplo para tentativa de formação do Estado ampliado os movimentos sociais em prol dos idosos no país, dando destaque ao Movimento de aposentados e pensionistas, sociedade brasileira de geriatria, entre outros, que como se viu lutaram pelos desdobramentos dos artigos propostos na constituição de 1988. Fruto desta luta foi à criação da Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94) que passa a tratar de forma mais específica os anseios desta população no país fundamentada em três eixos: Autonomia, Integração e Participação Efetiva do idoso na sociedade. No entanto, esta mesma política não foi pensada em consonância com os idosos⁷. Tais acontecimentos mostram que apesar de aparentemente o país, a partir da constituição cidadã, estar vivenciando o Estado Ampliado pensado por

⁷ O fato ocorreu devido aos escândalos ocorridos no país e tinham como foco os maus tratos a idosos. Destaca-se a Clínica Santa Genoveva, localizada no Rio de Janeiro, onde entre Janeiro a Maio de 1996 aproximadamente 153 idosos morreram vítimas de maus tratos. Além disso, os idosos aposentados reivindicaram e conseguiram um reajuste de 147% em suas aposentadorias, vale ressaltar que as mesmas estavam defasadas. A Lei acabou por ser feita às pressas pelo governo federal e sem a participação efetiva da sociedade.

Gramsci o poder hegemônico não concede direitos sem levar em conta seus interesses e necessidades.

A constituição de classe é, assim, compreendida por Gramsci à luz da dialética subalternidade/hegemonia. A passagem de classe subalterna à classe hegemônica se dá no processo de correlação de forças sociais, políticas e militares, ou seja, na relação entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, singularidade e universalidade. (SIMIONATTO, 2004, p. 44)

De acordo com Evaldo Vieira (1992) as crises institucionais têm causa na limitação da participação política dos segmentos sociais, dessa forma considerar a participação de setores sociais significa admitir ouvir interesses de setores muitas vezes marginalizados de nossa sociedade.

Sobre esta construção da esfera pública Francisco de Oliveira (1998, p. 40) disserta que:

O que é fundamental na constituição da esfera pública e na consolidação democrática que lhe é simultânea, é que esse mapeamento decorre do embricamento do fundo público na reprodução social em todos os sentidos, mas, sobretudo criando medidas que medem o próprio embricamento nas relações privadas. A esfera pública é, pois, a de criar medidas tendo como pressupostos as diversas necessidades da reprodução social, em todos os sentidos.

Sobre os pilares que constituem a Política Nacional do Idoso pode-se dizer que a autonomia segundo Rosenfield e Alves (2012) em seu sentido mais amplo gera a autodeterminação, habilidade de construir objetivos e valores próprios, liberdade de fazer escolhas e planos e agir em conformidade com tais valores e objetivos, tendo o indivíduo a capacidade de se autogovernar.

Entretanto a autonomia trás a responsabilidade com nós mesmos e com as pessoas ao redor, sendo assim, deve-se estar acompanhada dos deveres.

Existir positivamente como indivíduo parece-me ser a capacidade de desenvolver estratégias pessoais, dispor de certa liberdade de escolha na condução de sua vida porque não se está na dependência do outro (ALVES; ROSENFELD, 2011, p. 05)

Visualizando o conceito tendo como foco os indivíduos de estudo deste trabalho nota-se proximidade com o que apresenta. (GRIMLEY-EVANS, 1984, p. 09)

Na velhice, a manutenção de autonomia está intimamente ligada à qualidade de vida. Portanto, uma forma de se procurar quantificar a qualidade de vida de um indivíduo é através do grau de autonomia com que o mesmo desempenha as funções do dia-a-dia que o fazem independente dentro de seu contexto socioeconômico-cultural.

Sobre a definição de participação popular, observa-se uma vasta gama de conceituações sobre o tema. Entretanto, será pontuado o que se denomina participação nos processos políticos, pois se considera que o conceito está intrinsecamente ligado a democratização ou participação ampla dos cidadãos nas decisões políticas de uma determinada sociedade:

Lema e tópico central em programas e doutrinas reformistas generalizadas a partir dos anos 60, quando se pensou em contrapor à massificação, à centralização burocrática e aos monopólios de poder, o princípio democrático segundo o qual todos os que são atingidos por medidas sociais e políticas devem participar do processo decisório, qualquer que seja o modelo político ou econômico adotado. (RIOS, 1987, p. 869)

Ao aproximar o conceito aos idosos analisados nos aproximamos das definições de Melo (1996), que ilustra a necessidade que o ser humano tem de se relacionar com o outro. Desta relação se criam os laços afetivos e o envolvimento social das pessoas. Considera-se que a participação social é viabilizada através dos relacionamentos. Sendo assim, o contato com outras pessoas possibilita a formação de novos vínculos, e conseqüentemente afasta o idoso da solidão.

Participação política, para Raichelis (2000, p. 43), “[...] implica a constituição de sujeitos sociais ativos, que se apresentem na cena política a partir da qualificação de demandas coletivas, em relação às quais exercem papel de mediadores”. Enquanto que para Dallari (1981, p. 92), “É aquela que influi de algum modo nas decisões políticas fundamentais”.

A participação política do idoso é de fundamental importância pelo fato de que a ação do idoso em espaços legítimos de participação: como os variados conselhos, (e aqui não se abrange somente o conselho do Idoso), Fóruns, Conferências, pode significar o ponto de partida para a efetivação dos direitos previstos em lei e na conquista de outros. Esse processo de inclusão da pessoa idosa em espaços de reivindicação é desafiador, considerando que esse modelo democrático ainda é uma novidade para quem viveu por mais de duas décadas no autoritarismo militar. A

cultura do assistencialismo ainda prevalece, substituindo a noção de direito pelo do apadrinhamento e clientelismo.

O que impede a efetivação do Estado Ampliado são as estratégias tomadas pela classe dominante, para cooptação e alienação da classe subalterna, neste sentido, a questão cultural se faz presente por ser mais difícil de ser combatida. A formação intelectual e moral são importantes, pois causam mobilização, daí a importância da própria educação como agente transformador.

A preocupação de Gramsci com a cultura está, pois, relacionada com a sua compreensão de que a luta pela emancipação política do proletariado não se coloca apenas no plano econômico, mas dadas as condições de subalternidade intelectual às quais estiveram submetidas às classes trabalhadoras, torna-se necessário o encaminhamento de um novo projeto cultural capaz de propiciar o desenvolvimento de uma vontade social, de uma vivência democrática independente do domínio da classe burguesa. (SIMIONATTO, 2004. p. 29).

A burguesia para Gramsci é hegemonicamente dominante sendo a luta de classes relacionada à disputa de projetos de sociedades antagônicas, essa luta é constante no campo intelectual, tendo como principais atores desse processo os intelectuais orgânicos, que para o autor são pensadores defensores de uma classe. Contudo, esta disputa entre os intelectuais orgânicos filiados a classe trabalhadora ou a classe burguesa ocorre de forma desigual, haja vista que a classe burguesa dominante busca a todo o momento cooptar intelectuais da classe trabalhadora enfraquecendo o movimento de oposição. O autor afirma que os partidos políticos são os responsáveis por formar os grandes intelectuais vinculados à classe trabalhadora. Entretanto o que observamos no atual panorama brasileiro é a ausência desses espaços nos partidos políticos, e, quando se tem, os mesmos acabam não sendo utilizados para os objetivos que lhe competem.

Dentro deste processo ainda existem os intelectuais tradicionais que não estão ligados especificamente à luta de classes, podendo ser autônomos, e defensores ora do interesse do capital ora do interesse dos trabalhadores, fazendo isso de acordo com os seus interesses. Cabe fazer destaque ao falar dos intelectuais orgânicos que a origem deste personagem não necessariamente está associada a sua concepção de classe, o próprio Friedrich Engels, co-autor das principais obras de Karl Marx era filho de capitalistas sendo hoje considerado um

dos principais teóricos a favor da classe trabalhadora, denunciante dos abusos do capital.

A análise do modelo fordista e da ideologia de consumo americano é um exemplo da ação alienadora do capital a partir da construção de uma base cultural que leve em conta os seus interesses. Por mais brutal que seja o trabalho do operário o mesmo possui seus raciocínios próprios sendo livre para pensar, podendo até mesmo ser um intelectual orgânico, mas acaba na maior parte das vezes por reproduzir o que observa. Neste sentido, Gramsci defende a necessidade de uma filosofia que reproduza questionamentos, pensamentos crítico/reflexivos, combatendo o conformismo a partir da crítica, promovendo dessa forma a filosofia da Práxis (marxista).

Possuir conhecimento não é o bastante para a transformação. Ser detentor de um conhecimento e não utilizar-se dele como um instrumento de modificação do status quo, é deter um conhecimento que não tem sentido. O conhecimento só é válido quando permite a ação. Há um ditado da filosofia Zen que diz que *saber e não fazer é ainda não saber*. Aprender a filosofar (pensar, refletir) é que vai transformar esse conhecimento em instrumento de ação. Gramsci dá a esse poder da filosofia um *valor histórico*, a filosofia da práxis marxista, acreditando que "todos os homens são filósofos":

[...] um movimento filosófico só merece este nome na medida em que (...), no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os "simples" e, melhor dizendo, encontra nesse contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através deste contato é que a filosofia se torna "histórica", depura-se dos elementos intelectuais de natureza individual e se transforma em "vida" (GRAMSCI apud MOCHCOVITCH, 1990, p. 40-41, grifo do autor).

Um importante instrumento de participação crítica das chamadas camadas populares dentro do Estado ampliado se dá por meio dos conselhos de avaliação de políticas. A formação dos conselhos, municipal, estadual e nacional do Idoso e a organização das conferências também nas três esferas elencadas pode vir a ser uma eficiente forma de discussão e fiscalização das questões que envolvam a referida demanda. Todavia, para que se possa ter eficiência no referido veículo apresentado é necessário que os atores envolvidos nele conheçam o seu

funcionamento e as estratégias para que suas reivindicações cheguem à ação do Estado. O que se observa na atualidade são conselhos controlados pelo Estado, e integrantes desinformados sobre até mesmo como funciona os conselhos de direitos, o que acaba por desconfigurar a verdadeira função dos conselhos dentro do Estado Ampliado. A própria Política Nacional do Idoso foi ter em seu corpo o incentivo à participação do idoso a partir de sua reconfiguração pelo decreto nº 4227 de 13 de maio de 2002, sendo efetivada a criação dos conselhos municipais, estaduais e nacional do idoso, além do incentivo a criação das conferências também nas três esferas de governo o que denota 08 anos sem dar à devida importância em lei a participação social do idoso nas decisões políticas.

Foi realizada no mesmo ano a II Assembléia Mundial sobre Envelhecimento em Madrid – Plano Internacional do Envelhecimento – que tinha o objetivo de servir de orientação às medidas normativas sobre o envelhecimento no século XXI. O resultado do evento foi à elaboração de três princípios básicos: 1) participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento, na força de trabalho e na erradicação da pobreza; 2) promoção da saúde e bem-estar na velhice; e 3) criação de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento.

Outro exemplo de participação social de idosos no Estado democrático culminou com a elaboração do Estatuto do Idoso: Lei 10.741 de 1º de Outubro de 2003, este foi fruto da organização e mobilização dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados a movimentos da sociedade. O estatuto define idoso como cidadão com idade cronológica igual ou superior a 60 anos e dispõe dos direitos fundamentais e de cidadania além da assistência judiciária e fiscalização da execução dos serviços das entidades de atendimento. Diferente da Política Nacional do Idoso onde houve a urgência na formação da mesma pelo governo o Estatuto foi pensado e elaborado junto com a sociedade civil em um amplo movimento de participação e consulta popular sob o olhar do Estado.

O Estatuto deixa claro o direito do idoso à liberdade, dignidade, integralidade, educação, saúde, meio ambiente entre outros. E apresenta a penalidade à instituição, família, ou indivíduo que por ventura viole os direitos da pessoa idosa, além disso, compreende-se que o mesmo aprofunda uma série de medidas adotadas a partir da constituição de 88. Analisando a aplicabilidade do estatuto do

idoso em comparação a outros estatutos como o da criança. Visualiza-se que pelo pouco tempo que o primeiro foi criado muita coisa já avançou, como por exemplo, a concessão da passagem interestadual (Art. 40 do Estatuto do Idoso), entretanto, considera-se necessário avançar em pontos como a previdência do idoso, a saúde e, sobretudo as sanções relacionadas aos maus tratos aos idosos.

O Estatuto do Idoso, além de reafirmar direitos básicos de cidadania, trabalha com a noção de discriminação positiva: propõe atendimento preferencial, imediato e individualizado para o idoso em órgãos públicos e privados, preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção; criação de formas alternativas de participação, ocupação e convívio com as demais gerações; priorização do atendimento na família, em detrimento do atendimento asilar, salvo situações de exceção.

Reconhecendo o despreparo geral da sociedade no trato da velhice, propõe a realização de programas de capacitação de recursos humanos e a ampla divulgação de informações sobre aspectos do envelhecimento. Nos termos da política, essas ações se traduzem na promoção de simpósios, seminários, encontros, estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso, que visam à capacitação de recursos humanos para o atendimento. (FONSECA, GONÇALVES, 2003, p. 03)

Mas se o envelhecimento para o idoso é uma conquista também pode ser visto como um desafio, pois se tem observado que o país não está preparado para o grande quantitativo de idosos que irá receber nos próximos anos, isso porque muitas das legislações voltadas a este segmento populacional não são cumpridas em sua plenitude muitas das vezes por falta de informação do próprio idoso, tem-se como exemplo o reajustes das aposentadorias tratada de forma diferenciada a do salário mínimo, ou a punição dos crimes cometidos contra idosos, previsto do Estatuto do Idoso e esquecido por juízes Brasil afora. Além disso, observa-se a deficiência no plano prático das políticas públicas voltadas a este segmento populacional, haja vista as dificuldades de acesso do idoso as políticas de saúde, assistência, lazer, entre outros. Cabe destacar que quando se fala em políticas voltadas ao idoso, tem-se que ter clara a idéia de que se tem no país uma diversidade populacional que se faz atendida por uma legislação que coloca as coisas muito gerais e que não leva em conta essa diversidade. Dessa forma, quando se fala em políticas voltadas aos idosos são segmentos de idoso que não possuem acesso. Estas dificuldades abrangem desde a captação precária de recursos para a elaboração de políticas públicas, sejam eles financeiros ou humanos ao frágil sistema de informação para a análise das condições de vida do sujeito de análise.

Ainda discutindo a participação de idosos em espaços democráticos se abre o leque de discussão para a concepção de Poder Local diante da realidade apresentada. Tal conceito será apresentado neste trabalho seguindo as reflexões de Ramos (2005, p.130) que sustenta sua tese discutindo com autores tais como: Lefebvre que trata do tema a partir da categoria teórica *processo ampliado de produção social* e em Lojicine que se inspira em Marx para contemplar sua produção a partir da categoria de análise *condições gerais da produção* a partir da qual constrói a noção de meios de consumo coletivo. De fato o poder local se caracteriza pela ação de atores sociais dentro do espaço urbano sendo este cenário visto na perspectiva de totalidade onde se insere na realidade histórica, econômica social e política dentro do processo ampliado de produção social, se insere ainda a reprodução da força de trabalho em espaços de luta por meios e consumos coletivos. Entretanto, há de se levar em conta que:

A implantação de políticas urbanas, por iniciativas do poder público, está relacionada às estratégias do capital em face da sua acumulação e da tendência à queda da taxa de extração do lucro, com impactos a estrutura do poder local e na vida dos habitantes da cidade. No estágio atual do desenvolvimento do capitalismo, a cidade sofre os efeitos da reestruturação produtiva e dos processos de mundialização do capital, no esforço empreendido pelo grande capital de manter crescente a extração do excedente, a reprodução do próprio capital, segundo a sua lógica particular. (RAMOS, 2005, p.131)

A partir desse processo histórico recente – de reestruturação produtiva do capital – as classes sociais se diversificam, passando por uma verdadeira explosão, com surgimento de novas categorias, metamorfoseando também o processo de extração da mais valia, sem, no entanto abandonar a lógica da acumulação da relação capital x trabalho. Tudo isso vem acompanhado, naturalmente, de consequências políticas a serem ainda pesquisadas. (RAMOS, 2005, p.134)

Outro ponto que merece destaque é a influencia positiva do processo de urbanização para o fortalecimento das relações sociais no seio das cidades, tendo em vista a organização dos trabalhadores nas grandes fábricas, a divisão social do trabalho e suas formas de cooperação, a importância da infraestrutura das cidades: transportes, meios de comunicação, infraestrutura básica, além dos vínculos entre as atividades econômicas, o ensino, e a pesquisa como garantia de reprodução e produção das forças produtivas em seus mais variados aspectos.

4 CAPÍTULO II: O IDOSO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO/ES

O respectivo capítulo faz uma análise minuciosa do panorama da cidade além de informações que dizem respeito ao desenvolvimento da população idosa de Cachoeiro de Itapemirim e as principais ações voltadas a esta parcela populacional desenvolvidas pelo poder local.

2.1 CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: “A CAPITAL SECRETA DO MUNDO”

Asylo “Deus, Chisto e Caridade”.

Realizou-se no dia 25 do corrente, a inauguração do Asylo Deus, Chisto e Caridade que a Associação Espírita Beneficente e Instructiva d’ esta Cidade destina aos orphãos e á velhice desamparada. O Asylo está edificado em terreno próprio, doado a esta sociedade de beneficência pelo Snr. Joaquim Ribeiro Pinto de Souza, no lugar denominado Sítio Santa Fé no Amarello. A associação que tem o maior empenho em fazer todo o bem aos necessitados espera o auxílio de todas as pessoas, recebendo óbulos em dinheiro e gêneros e outros donativos de qualquer espécie.

A nota que segue trata do Jornal “O Cachoeirano” do mês de Janeiro de 1919 e apresenta o início das atividades de uma das primeiras instituições de longa permanência do Estado do Espírito Santo, tal instituição se destinava ao atendimento de crianças órfãs; pessoas com transtornos mentais e idosos. Destaca-se que em Julho de 1928, existiam no asilo 106 órfãos entre meninos e meninas, 114 doentes mentais e 38 idosos, um conjunto de 258 pessoas mantidas pela instituição.

O ocorrido ilustrado apresenta uma cidade que naquele período era considerada a mais desenvolvida da província do Espírito Santo influenciada especialmente pela cultura agrário exportadora de café⁸. A cidade até a década de 30 conservava estreita vinculação política e econômica com o Rio de Janeiro, capital nacional. No âmbito econômico toda a produção de café da região sul passava por Cachoeiro de Itapemirim com destino ao porto do Rio de Janeiro ou em menor escala ao porto de Itapemirim/ES, na região sul do estado, posteriormente desativado após a criação do porto de Vitória. Além disso, o vínculo com a capital nacional possibilitou a cidade se tornar a quarta no país a ter luz elétrica.

⁸ Acerca deste fato se faz interessante informar que o território que abrangia a cidade naquele período era composto por 27 grandes fazendas.

No que concerne à ocupação do território destaca-se a influência da imigração italiana e sua forte influência na produção cafeeira tendo bases familiares e dos sírios libaneses que concentravam suas atividades no comércio local. Além disso, o ramal de extensão da Rede Ferroviária Leopoldina implantado em 1912, servia para o escoamento da produção cafeeira. A ferrovia ligava a província de Minas Gerais a do Espírito Santo tendo a cidade de Cachoeiro como ponto estratégico uma vez que nela embarcavam toda a produção dos cafezais do sul do estado em direção aos portos supracitados.

Sob o ponto de vista político observa-se forte influência dos defensores da monarquia e da república na cidade. Entre os monarcas está a presença cativa de representantes da região no comando da província do Espírito Santo, entre eles se dá destaque ao Barão de Itapemirim que assumiu por sete vezes o governo da província no período de 1824 a 1855 no lugar de Ignácio Athayde de Vasconcelos indicado pelo rei e posteriormente por seus regentes.

Entre os republicanos se destaca a figura de Bernardo Horta de Araújo, classificado por Newton Braga, escritor cachoeirense de renome nacional como a maior figura histórica da cidade.

Corria, assim, o idealismo republicano no Espírito Santo. Aconteceu, porém a 2 de dezembro de 1888, um desentendimento entre republicanos e monarquistas, que não deixou de abalar o entusiasmo da população em geral. Segundo consta nos registros, a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, promoveu uma grande festa em comemoração ao aniversário de sua majestade o Senhor Dom Pedro II de Alcântara. (...) chegando a tarde reuniu-se o povo na cabeça da ponte municipal, lado norte, hoje praça Dr. Gil Goulart. No auge das ovações, gritos e discursos eloquentes, “o tenente Borges de Athayde e sua guarda bradou, imprudentemente: FORA A REPÚBLICA!” Isso ecoou como um insultante desafio a um grupo de republicanos que, de onde estavam, ouviam os brados dos monarquistas. Imediatamente, aproximaram-se deles e rebateram. Bernardo Horta na liderança gritou: VIVA A REPÚBLICA! FORA A MONARQUIA! O fato foi como um estouro de uma bomba. Estabeleceu-se tremendo tumulto. (MACIEL, 1992 p.185, grifo do autor)

Com o fim da monarquia e a consequente instituição da república ainda se pôde ver na cidade, por um bom tempo, conflitos entre as duas partes, entretanto é interessante dizer que os mesmos eram travados sob o campo intelectual, exemplo disso é que a cidade chegou a ter desde fins do século XIX a meados do século XX mais de cinquenta jornais, boletins informativos e periódicos em circulação. A maior parte destes tinha vinculação republicana. Cabe destacar que os republicanos

cachoeirenses eram em sua maioria fazendeiros ou bacharéis em direito ou medicina que traziam do Rio de Janeiro sua forma de pensar. Tal influencia permitiu à presença de autoridades da província do Espírito Santo e da capital Rio de Janeiro a cidade, destaca-se a presença do presidente Nilo Peçanha em 1910 para inauguração da *ponte de ferro - Demistóteles Baptista* por onde passava os trilhos de trem e atualmente serve para passagem de automóveis no município.

A cidade até a década de 30 gozava de grande desenvolvimento econômico. Destaca-se neste período a instalação de uma fábrica de cigarros a *Cigarros Democrata*, uma fábrica de cerveja *Cerveja Tripolitana*, fábrica de cimento “Monte Líbano” (a primeira do gênero no país) e a companhia industrial estadual:

A companhia industrial, acima referida, compreendia uma empresa estadual formada por diversos estabelecimentos industriais implantados em Cachoeiro de Itapemirim: Usina de Açúcar Paineiras Fábrica de Tecidos, Fábrica de Óleo Vegetal, Serraria Industrial, Fábrica de papel, fábrica de Cimento e Usina Hidrelétrica de fruteiras, destinada a mover por força elétrica esses setores. (MACIEL, 1992, p. 319)

Cachoeiro de Itapemirim colocava-se na época como o maior parque industrial do Espírito Santo, entretanto, este desenvolvimento se viu consumido por uma sucessão de fatos provocados pelo governo central, o primeiro deles se deu na era Vargas com a política de erradicação dos cafezais⁹ provocada pela necessidade do país deixar de ser puramente agrário exportador, sendo necessário o incentivo a industrialização. Apesar de a cidade gozar de um arcaico parque industrial havia a necessidade maior do desenvolvimento da capital do Estado do Espírito Santo, neste sentido, todo o financiamento visando o desenvolvimento do estado naquele período seguia o caminho da capital Vitória e cidades adjacentes.

Entretanto, apesar da cidade ter prejuízos sob o ponto de vista econômico pode-se dizer que a mesma ainda mantinha forte o seu laço cultural à capital nacional. Havia na cidade cinco cinemas e dois teatros a disposição do cidadão cachoeirense, além de duas fanfarras a Lyra de Ouro e a Fanfarras 26 de Julho, atual Banda 26 de Julho. Além disso, não se pode rejeitar o destaque nacional de cidadãos cachoeirenses como Rubem Braga, grande cronista, sendo boa parte de

⁹ É inegável que a política de erradicação dos cafezais defendida por Getúlio Vargas está intimamente ligada com a primeira grande crise do capitalismo experimentada em sua cerce pelos países capitalistas centrais.

suas crônicas voltada à exaltação da cidade de Cachoeiro, que pensada por este passa a ser conhecida no cenário nacional. De suas crônicas surgem às expressões até hoje conhecidas da cidade: *Princesinha do Sul* e a *Capital Secreta do Mundo*. Coube ao mesmo à criação do dia de Cachoeiro onde a cidade até hoje recebe o Cachoeirense ausente e presente nº 1 em suas festividades.

Contudo pode-se dizer que a maior referencia cultural da cidade no âmbito nacional e internacional se concentra na figura do cantor Roberto Carlos, nascido no bairro Recanto, nesta cidade, que aprendeu suas primeiras notas no conservatório de música municipal, na época um dos mais completos do estado e de forte influencia para a ampliação da faculdade de música do Espírito Santo em Vitória. A partir das músicas de Roberto Carlos Cachoeiro passa a ser reconhecido internacionalmente. Uma de suas músicas: Meu Pequeno Cachoeiro é atualmente o hino oficial do município.

Por falar em arte, sabemos uma verdade a este respeito, é que a autenticidade dela é a própria cultura, em todos os seus passos, em todos os tempos, e sabemos que, em Cachoeiro, com o interesse por ela, alguma coisa atingiu até o alto pináculo, o que poderia fazer a cidade de Cachoeiro ser conhecida como a capital da arte Espírito Santense, consagrada na música, no canto, na pintura, nas letras. Bastaria evocar os quadros de Levino Fanzeres. Que exemplares de arte representam Cachoeiro no Brasil e na Europa. As crônicas de Rubem Braga, de repercussão nacional, os compositores poetas, Sérgio Sampaio, Carlos Imperial, Raul Sampaio; o rei Roberto Carlos, que chegou a provocar um entusiasmo delirante no Brasil e em outros países da América latina, um autêntico ídolo brasileiro. (MACIEL, 1999, p. 263)

Concomitantemente ao amplo desenvolvimento da cultura do município é necessário dar destaque a dois grandes empreendimentos econômicos de renome nacional que se instalam na cidade na década de 60. A Itapoã Calçados, cujo fundador Sr. Severino Mathias de Souza, natural de Surubim/PE, fez nascer e crescer no município e a Viação Itapemirim fundada pelo empresário Camilo Cola, destaca-se que a mesma atualmente atende a 70% do território nacional.

Apesar dos empreendimentos apresentados e do amplo desenvolvimento cultural do município, Cachoeiro de Itapemirim experimentou o que se pode denominar como a segunda linha de acontecimentos motivados pelo poder central que acabou por prejudicar o seu desenvolvimento. A transferência da capital nacional do Rio de Janeiro para Brasília afastou a cidade da participação do poder

político e cultural historicamente ligado à antiga capital. Concomitantemente a isso a segunda linha de investimentos econômicos do governo agora ditatorial na capital do estado do Espírito Santo a partir da consolidação das atividades do porto de Vitória e de Tubarão, instalação da Aracruz Celulose e da Companhia Siderúrgica de Tubarão que mais tarde vem a se tornar a Vale do Rio Doce acabou por sepultar tudo o que estava sendo construído em termos de desenvolvimento na cidade, uma vez que todos os olhos se voltavam para a capital do estado do Espírito Santo e a abertura das matas e posterior desenvolvimento do norte do estado.

Outro ponto que merece destaque é a terceirização dos serviços da Itapoã calçados e a migração da maior parte da infraestrutura dos serviços executados pela Viação Itapemirim em Cachoeiro para o Estado de São Paulo, ambos na década de 90 os dois fatos somados provocaram a demissão de mais de 20 mil pessoas na cidade.

Atualmente Cachoeiro de Itapemirim é considerada a 5ª maior cidade do Estado do Espírito Santo com uma população de 189.889 mil habitantes. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de cinco distritos: Burarama, Conduru, Itaoca, Pacotuba e Vargem Grande do Soturno.

Sua principal atividade econômica se concentra na extração de rochas ornamentais, especificamente o mármore e granito, atividade que se concentra especialmente nos distritos e na atividade comercial.

Cabe destacar que apesar da cidade ter sua maior concentração de habitantes no entorno do centro da cidade, onde o terreno é montanhoso e acidentado, a mesma atualmente cresce em direção ao sul de seu território, onde a área é mais plana e vem recebendo incentivos dos governos estaduais e federal em prol de sua industrialização. A região citada, chamada morro grande, concentra marmorarias, e duas fábricas: uma de biscoito e outra de macarrão.

Hoje, o município é considerado um importante núcleo do sul do Estado do Espírito Santo, estando situado na parte central deste cerne e a uma distância de 136 km de Vitória, beneficiado por boas rodovias tais como a BR 101 e BR 262 permitindo a concentração e a distribuição de bens e serviços para municípios vizinhos. Cachoeiro de Itapemirim polariza econômica e politicamente um conjunto

de 20 municípios, que formam a região macro sul, onde residem 15,7% da população capixaba, ocupando 17,7% do território estadual.

Apesar de a cidade ter sido cerceada economicamente e culturalmente, em seus anos dourados por uma sucessão de acontecimentos históricos, tem-se observado atualmente o incentivo a cultura cachoeirense, um exemplo disso se dá pela bienal Rubem Braga que consegue reunir importantes movimentos culturais da cidade e da região, e da lei Rubem Braga de incentivo a cultura que possibilita o financiamento de projetos culturais dos cachoeirenses pela prefeitura municipal nas áreas de literatura, música, teatro, dança.

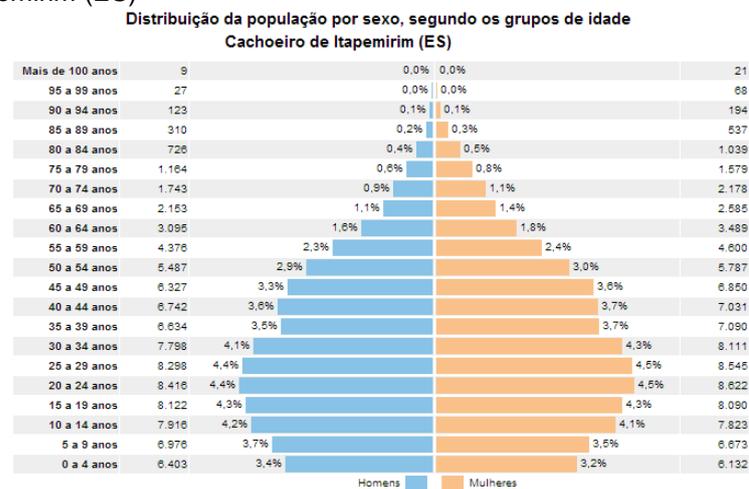
A história relatada neste subitem se faz necessária uma vez que a população idosa a quem se destina a Política Municipal do Idoso participou ativamente desta, principalmente dos fatos decorridos nas décadas de 50 e 60.

Alguns idosos participantes de atividades da prefeitura municipal voltadas a este segmento relatam com emoção as tradicionais atividades culturais do período supracitado. Os jargões: *Princesinha do Sul* e *Capital Secreta do Mundo* são presentes no pensamento destes idosos. O que nos permite refletir acerca da participação ativa destes nos atuais segmentos sociais como uma continuidade do que os mesmos faziam quando eram mais jovens, uma vez que a cidade mostra-se com um passado muito rico e um presente que carece desta riqueza, hoje lembrada pelos que a viveram.

2.2 AS PRINCIPAIS AÇÕES VOLTADAS AO IDOSO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES

De acordo com o senso IBGE (2010) Cachoeiro de Itapemirim possui uma população de (21.040) vinte um mil e quarenta idosos em seu quantitativo populacional, número que surpreende a própria prefeitura municipal que esperava uma menor quantidade de idosos como se observa no gráfico que segue:

Quadro 1 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade. Cachoeiro de Itapemirim (ES)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

A primeira lei municipal voltada ao idoso do município que se tem registro trata da lei nº 3339/90 que aborda as reservas preferenciais nos ônibus urbanos do município de Cachoeiro de Itapemirim para idosos, mulheres grávidas e deficientes.

Outra lei de significativa relevância é a nº 3516/91 que institui o programa Pró Idoso nos termos do artigo 159 da lei orgânica do município.

No que tange ao artigo 159 da Lei Orgânica do Município de Cachoeiro de Itapemirim:

Art. 159 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente do pagamento de qualquer contribuição e tem por objetivo:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - construção de creches destinadas às crianças carentes;

III - promoção à integração do mercado de trabalho do adolescente carente e do deficiente físico;

IV - promoção da integração à vida comunitária da criança e do adolescente carente, do idoso e da pessoa portadora de deficiência física. (Lei Orgânica do município de Cachoeiro de Itapemirim, 1991, p.35)

O Programa Pró Idoso considera idoso toda pessoa com 60 anos ou mais e garante direitos a assistência médica total, preferência de atendimento nas repartições públicas, entrada gratuita em eventos promovidos pela prefeitura municipal além de gratuidade em excursões originadas pelo executivo. Cabendo os benefícios somente ao idoso que residem a mais de seis meses no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Entre as demais leis municipais voltadas ao idoso registra-se a lei nº 4071/95 que institui o telefone 156 para denuncia de maus tratos contra o idoso do município, a lei nº 4176 que concede ingressos gratuitos para idosos para assistirem a shows, peças teatrais e demais eventos dentro do município.

Na área da saúde se tem a lei nº 4615/98 que autoriza o executivo a criar o serviço de vacinação aos idosos e a lei nº 4954/00 que autoriza pagamento de aluguel as entidades filantrópicas e abrigos para idosos.

No campo da assistência social se tem a lei nº 5506/03 que cria o Conselho Municipal do Idoso além de decretos que permitem o financiamento e disponibilidade de recursos humanos para as instituições de longa permanência.

A maior parte das ações voltadas ao idoso do município durante a história possui características assistencialistas visando à caridade e ajuda ao próximo atividades que recordam a antiga LBA. Dentre estas ações se faz destaque à campanha *Adote um Velhinho*.

A campanha lançada em fins da década de 90 tinha como objetivo adotar um idoso como medida de orientação e incentivo para uma melhor qualidade de vida. A esses, se destinava um *padrinho* que pudesse visitá-lo, tornando-se assim referência para o idoso, dando carinho, atenção, levando-o para atividades de lazer.

A medida não cabia somente a idosos asilados, pois se buscava intensificar os laços familiares de idosos e seus familiares. O intuito da campanha era diminuir as filas de idosos nas unidades de saúde e principalmente a lotação dos abrigos da cidade fazendo um trabalho de mobilização junto aos familiares de idosos abrigados e ocorria devido pressão do Ministério Público que constantemente recebia denúncias de maus tratos a idosos ao mesmo tempo que as instituições de longa permanência da cidade estavam lotadas.

Dentre os idosos adotados estava *vovó Matilde*. A mesma vivia em uma instituição de longa permanência da cidade e foi adotada pela família do prefeito da época tornando-se símbolo da campanha. Seu nome foi dado ao Centro de Convivência que ainda hoje funciona na cidade datado de 11 de outubro de 2001.

O anseio da prefeitura para que a população pudesse participar da campanha era tanto que o próprio aniversário de 100 anos de *vovó Matilde* foi comemorado no Centro de Convivência *Vovó Matilde*, e, seu falecimento e posterior enterro dois anos depois de seu aniversário em 2003, foram acompanhados por diversas autoridades municipais estaduais além de um quantitativo considerável de cidadãos cachoeirenses.

Destaca-se que em 2009 depois de uma reestruturação administrativa da prefeitura o Centro de Convivência *Vovó Matilde* passou a se chamar Centro de Convivência Vida Ativa, nome este que continua atualmente.

No que tange ao Conselho dos direitos da pessoa idosa do município, este surge ainda em 2003, a partir da lei nº 5506/03. De acordo com alguns integrantes mais antigos da prefeitura municipal e atuantes no respectivo conselho observou-se que os idosos do município e especialmente as instituições que trabalham com esta respectiva demanda demoraram a compreender as funções do conselho do idoso assemelhando o mesmo ao conselho de assistência, dada à participação de muitos componentes nos dois conselhos.

Reflexo disso pôde-se observar na I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa realizada em 2007. Muitas de suas deliberações mantinham características das Conferências de Assistência Social e as demais determinações que tinham como público específico à população idosa se limitavam a concessão de

gratuidade no transporte público municipal, ou entrada gratuita a eventos, que como já foi apresentado, se tinha na cidade por determinação do legislativo.

A segunda conferência realizada em 2009 se pautou na tentativa de construção da Rede de Atendimento da Pessoa Idosa, diferente da primeira experiência a segunda conferência, influenciada especificamente pelas instituições de saúde do município, se preocupou em manter no foco do debate em questões acerca do envelhecimento como apresenta o art.4 do decreto municipal nº 18.323 de 22 de abril de 2008:

Art. 4º A II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa desenvolverá seus trabalhos sob o tema: "Avaliação da rede de proteção e defesa da pessoa idosa: Avanços e desafios", e focará os seguintes eixos temáticos:

- I. Eixo 1- RENADI: Compreensão e perspectivas;
- II. Eixo 2 – RENAD: Avanços e Desafios;
- III. Eixo 3 – RENADI: Gestão Participação e Controle Democrático;
- IV. Eixo 4- RENADI: Financiamento. (Conferência Municipal dos Direitos da pessoa Idosa, 2008, p.05)

A terceira Conferência realizada em 2011 trouxe discussões da segunda conferência municipal sendo também muito influenciada pelas deliberações das conferências nacionais.

Esta se caracterizou pela maior participação de idosos, desde os institucionalizados até mesmo os participantes de movimentos e de centros de convivência. Entre as deliberações se observou um esforço das instituições em aproximar os idosos das decisões públicas, promovendo a autonomia, integração e participação social, pilares da Política Nacional do Idoso.

Entre os idosos presentes, em sua maioria, observou-se uma participação como mero expectador, os mesmos, pouco opinaram nas deliberações. Mas um fato chamou a atenção da comissão de elaboração da política municipal do idoso, era consenso entre praticamente todos os idosos presentes o desejo de aprender e principalmente compreender o que estava se passando, pois faziam muitos questionamentos durante as apresentações dos eixos temáticos.

Abaixo se faz presente aos eixos temáticos que foram debatidos na conferência supracitada:

Art. 5º - A III Conferência Municipal da Pessoa Idosa desenvolverá seus trabalhos focando os seguintes objetivos específicos:
 I Envelhecimento e políticas de Estado: Pactuar caminhos Intersetoriais;
 II Pessoa Idosa: Protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos;
 III Fortalecimento e integração dos Conselhos: exigir, participar, estar ao Alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos;
 V. IV Diretrizes Orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público da União, Estado e Município: Conhecer para exigir; exigir para incluir; fiscalizar. (Conferência Municipal dos Direitos da pessoa Idosa, 2011, p.05)

Observou-se que a partir das conferências municipais, principalmente a última realizada, que um quantitativo maior de idosos passou a ser visto em espaços públicos de discussão política, tendo um grupo de idosos participantes destes espaços solicitado ao prefeito municipal à construção de uma política que pudesse estar mais próxima de suas realidades ouvindo e discutindo suas reais necessidades.

Diante dos fatos narrados o que se observa é que apesar de se ter na cidade uma tradição assistencialista regada à caridade e a filantropia no trato a pessoa idosa, principalmente por parte da prefeitura municipal e da rede de atendimento a pessoa idosa o incentivo a participação democrática, especialmente a partir dos instrumentos criados após a constituição de 88 motivam os cidadãos da cidade a buscarem seus objetivos apesar de se terem ainda dentro do espaço municipal resistências com relação a este movimento democrático.

É no espaço municipal que essa desigualdade se mostra em toda a sua agudeza, impondo aos governos municipais uma tomada de posição na busca de respostas plausíveis na medida em que a função que lhes cabe, dentro do processo ampliado de reprodução social, está fundamentalmente relacionada às condições gerais de reprodução da força de trabalho. (RAMOS, 2005, p. 129)

A necessidade de conhecer e especialmente compreender como funciona a rede de atendimento a pessoa idosa da cidade se mostra importante para a construção da política municipal do idoso, uma vez que a tradição assistencialista supracitada vem sendo combatida por novos profissionais que surgem no meio acadêmico e profissional, influenciado pelos instrumentos de mobilização democrática presentes para o exercício do poder local, sob a estratégia de mobilização dos atores envolvidos neste processo, neste caso os idosos cachoeirenses.

5 CAPITULO III: REDE DE APOIO E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Compreende-se que o conhecimento da rede de atendimento voltado à pessoa idosa é de fundamental importância para a construção da Política Municipal do Idoso da Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que o trabalho desenvolvido pelas mesmas é uma importante ação que age nas principais demandas do indivíduo e o motiva a ser mais participativo na sociedade.

Segundo Bredemeier (2003, p. 99),

O idoso organizado, principalmente pode abrir caminhos: articular, reivindicar, pressionar, fazer e aparecer. Não o tem alcançado ainda na sua plenitude. Na medida em que estas ações se concretizem, paulatinamente serão estabelecidas, tanto por parte do poder público, como da sociedade civil, novas formas de dar cidadania à velhice.

Para isso serão apresentadas a seguir as secretarias municipais (subitens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4) e as instituições que estão vinculados aos conselhos de Assistência Social e/ou Idoso e/ou de Saúde e/ou de Segurança e Trânsito¹⁰ e que possuem trabalhos voltados à população idosa da cidade (subitens 4.1; 4.1.1; 4.2; 4.2.1; 4.3; 4.4).

Serão apresentados como funcionam estes veículos descrevendo os principais serviços, dando ênfase àqueles que são desenvolvidos levando em consideração a demanda supracitada, ou que conta com a participação do idoso para a sua execução. Também serão levantados apontamentos buscando mediação entre as ações elaboradas e o referencial teórico analisado para construção deste trabalho.

¹⁰ A escolha dos conselhos de Assistência Social do Idoso e de Saúde se dá pelo fato de ambos se reportarem a legislações que tratam do idoso no país para construção de suas bases teóricas. A escolha do Conselho Municipal de Segurança e Trânsito ocorre como nota dos próprios idosos, uma vez que esta tem sido a temática que mais tem chamado a atenção desta demanda, especialmente quando se verifica os dispositivos do art. 40 do Estatuto do Idoso que trata do transporte interestadual.

3.1 AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: SUA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO TENDO IDOSO COMO SUJEITO DE ANÁLISE

Os resultados dos questionários aplicados na pesquisa demonstram os principais serviços que compõe as secretarias pesquisadas indicando os utilizados pelos idosos com mais frequência. Outro ponto em destaque são as atividades da secretaria que não são voltados à população idosa, mas contam com sua participação, o que indica uma possível necessidade de readequação do serviço. Outro ponto de reflexão está na avaliação dos idosos que fazem parte dos serviços das secretarias indicando a qualidade do serviço prestado e o que é necessário que seja revisto. Por fim será realizada análise da relação intersetorial, onde se observa atividades, programas, projetos realizados entre as secretarias e que levem em conta o atendimento a pessoa idosa e como tais relações beneficiam a construção de uma política pública municipal voltada a este segmento.

Fizeram parte da pesquisa as seguintes secretarias municipais respectivamente nesta ordem: SEMAG - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento; SEMDEF - Secretaria Municipal de Defesa Social; SEMDEC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; SEME – Secretaria Municipal de Educação; SEMESP – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde; SEMUTHA - Secretaria Municipal de Trabalho e Habitação e o IPACI – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Cachoeiro de Itapemirim.

3.1.1. SEMAG e SEMDEF

A secretaria SEMAG tem como principal objetivo atender as demandas dos moradores da zona rural de Cachoeiro de Itapemirim e colaborar para a melhoria na qualidade da produção agrícola local, fortalecendo a agricultura familiar e a geração de renda por meio da inclusão dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural.

A inclusão da secretaria na pesquisa se deu pelo fato de ter em seus projetos a participação efetiva do idoso, apesar de não ter serviços específicos voltados a esta demanda. Além disso, a secretaria participa do Conselho Municipal de Segurança Alimentar que se relaciona diretamente com o COMASCI como preconiza a estrutura organizacional do MDS.

No que concerne à avaliação da política Municipal do Idoso a secretaria de agricultura por meio de suas pesquisas identificou que a maior parte das famílias de produtores vinculados é chefiada por idosos e que estes são maioria no campo. Esta é uma preocupação do secretário de agricultura, uma vez que o que tem se observado é a saída dos jovens da zona rural para a área urbana.

Hoje a esmagadora maioria da população, mesmo quando trabalha na agricultura, vive em áreas urbanas, em vilas e cidades. A realidade simples que hoje se descobre, é que a maioria das ações que concernem as nossas necessidades do dia a dia, como as criação e gestão das escolas, a organização das redes comerciais e financeiras, a criação das infraestruturas locais, a preservação do meio ambiente, a política cultural e tantas outras, podem ser resolvidas localmente, e não necessitam de intervenção de instâncias centrais de governo, que tendem a burocratizar o processo. (LADISLAU, 1994, p. 07)

As famílias participam da avaliação dos serviços da secretaria por meio do programa Secretaria Eficiente onde ambos podem dar sugestões e avaliar os serviços prestados, além disso, são elaboradas reuniões mensais em pontos estratégicos no interior do município onde são construídos diagnósticos sobre as atividades desenvolvidas e a melhor forma de organizá-las.

A relação da secretaria com as demais que compõe o município ocorre de forma complementar. Um exemplo disso é o combate de desperdício de alimentos especialmente na CEASA Sul onde os mesmos são distribuídos para escolas vinculadas a SEME e instituições e serviços da SEMDES. Neste aspecto os idosos participam como produtores e como orientadores de programas de educação no campo.

Além disso, a secretaria organiza ações de promoção de infraestrutura no interior do município “A secretaria desenvolve ações na comunidade, abertura de estradas, patrolamento, colocação de cascalho. O que também beneficia o idoso e sua comunidade uma vez que auxilia no escoamento da produção agrícola

garantindo o ir e vir dos moradores da área rural”. (Secretário de Agricultura e Abastecimento)

Ao avaliar as ações da secretaria e a sua relação com os idosos a conclusão que se chega é a existência de serviços que provocam uma participação efetiva do idoso, entretanto tal relação se limita as ações da própria secretaria, são poucas as ações efetivas realizadas em conjunto com outros serviços públicos. O próprio idoso é maioria no campo, mas não se promove em comunhão com os próprios idosos ações que privilegiam a permanência dos jovens nas atividades da secretaria.

O que se sugere é uma maior relação entre a SEMAG e as demais secretarias municipais. Um bom exemplo seria a criação de projetos de educação no campo em parceria com a própria SEME, entretanto o diferencial deste projeto para outros já existentes seria ter o idoso como principal instrutor, podendo mostrar seu conhecimento para as demais faixas etárias.

A SEMDEF tem como função estabelecer, ordenar e gerenciar ações de segurança pública e trânsito no município a partir de uma política de segurança preventiva e integrada com as forças policiais, órgãos públicos e sociedade civil. Também coordena os serviços de trânsito da cidade. É ela quem desenha, projeta e regula o uso das vias que compõem a malha viária do município. Realiza atividades de monitoramento e organização de tráfego, sinalização, fiscalização e autuação de trânsito. É responsável, ainda, pela análise e gestão dos recursos de notificações de infração.

No que concerne à prática de políticas públicas específicas a população idosa a secretaria considera que colabora com a mesma por meio da expedição do cartão de estacionamento em vaga especial para idoso, conforme resolução Nº 303/08 – CONTRAN e pela fiscalização do cumprimento da referida lei.

Avalia que o serviço de ouvidoria é uma forma de participação do idoso na avaliação de seus serviços uma vez que os mesmos têm denunciado casos de uso indevido de suas específicas vagas. O próprio secretário faz elogios a esta iniciativa dos idosos e pontua que tais denúncias tem servido de norte para possíveis fiscalizações identificando os pontos da cidade onde ocorre a maior parte destas incidências.

Além disso, em parceria com a SEME são realizadas esporadicamente campanhas de orientação do trânsito na cidade, destaca-se que nesta ação é abordado o respeito à vaga especial do idoso e a prevenção de acidentes. Sobre esta última demanda o secretário da pasta destaca que no último ano houve uma redução significativa de acidentes na cidade com envolvimento de idosos e considera que a relação entre as secretarias e com o COMASCI, no que tange a conscientização do indivíduo, foi de fundamental importância para a redução dos dados.

Na categoria causas externas estão incluídas as mortes decorrentes de acidentes de transporte público, de trânsito, de quedas, de homicídios, de afogamentos e envenenamentos. Muitas dessas causas estão relacionadas diretamente com a circulação dos idosos pelos espaços públicos que, apesar das leis existentes com o intuito de normatizá-los, são ainda bastante inadequados. À medida que os idosos passam a utilizar mais o espaço da rua no seu cotidiano, tornam-se mais suscetíveis e vulneráveis a acidentes. Da mesma forma, passam a ficar mais expostos aos riscos da violência urbana. (CAMARANO, 2004, p.43)

Além disso, a secretaria organiza ações para que seja efetivado o Plano Diretor Municipal (PDM), Lei 5890/06, bem como a execução das atividades de fiscalização de posturas públicas principalmente no que tange à acessibilidade e mobilidade do cidadão, pontos aplicados no respectivo ponto e que tendem a atender aos idosos com relativa ou total dependência em seus cuidados.

O que se observa nos serviços apresentados pela secretaria é a participação do idoso, seja por meio da solicitação do cartão de estacionamento, ou pelo serviço de ouvidoria, o idoso mostra-se presente nos serviços, fiscalizando o que lhe é de direito e sugerindo melhorias.

3.1.2. SEMDEC e SEMDES

A SEMDEC tem como objetivo estabelecer relações com a iniciativa privada local com vistas a promover o crescimento da economia e a geração de novos postos de trabalho no município. Sua ação permeia os setores produtivos buscando a captação de recursos junto aos governos do estado e federal para realizar cursos, palestras e outras atividades para a população interessada.

A secretaria se articula com o COMASCI no que tange a assessoria especialmente para captação de recursos junto às instituições que compõe o referido conselho, colaborando diretamente para a construção da política municipal do idoso uma vez que auxilia instituições que trabalham com idoso no município a captarem recursos das três esferas de governo.

Uma ação efetiva da secretaria e que tem contado com a participação de idosos na sua execução ocorre por meio dos treze telecentros comunitários lotados nas regiões mais carentes da cidade. Estes telecentros são assistidos pela SEMDEC e financiados pela iniciativa privada. São ministradas aulas de informática básica e avançada. Os organizadores informaram que a participação dos idosos é tímida, mas os que frequentam os telecentros possuem atenção especial dos instrutores e apresentam como principal demanda o desejo de aprender a usar a internet.

A internet já aparece como uma rede alternativa de integração social para a população idosa. Os idosos têm sido, também, solicitados a responder às demandas tecnológicas e, principalmente, do mundo digital e computacional. Ainda que a percentagem da população com acesso ao microcomputador seja pequena, especialmente nessa faixa etária, são vários os portais de informação destinados a esse público. Os sítios direcionados para a terceira idade prestam informações sobre os mais variados assuntos: estética, direito dos idosos (inclusive as especificidades legais), benefícios sociais (aposentadorias e pensões), turismo, cultura e lazer, salas de "bate-papo" onde os idosos podem trocar suas experiências etc. (CAMARANO, 2004, p. 285, grifo do autor)

Ao promover a integração social do idoso na sociedade a SEMDEC colabora com o que está disposto nas legislações que atendem a população idosa, contudo a secretaria esbarra na dificuldade em manter tais serviços funcionando devido a dificuldades financeiras da prefeitura, o próprio secretário entende que poderia atender a população com melhor qualidade e buscar mais idosos para aderirem ao programa, que no último ano conviveu com o risco eminente de ser encerrado.

A SEMDES tem por objetivo promover a coordenação de toda a rede de assistência social do município a partir de uma organização que contempla setores públicos, filantrópicos e privados liberando recursos financeiros e humanos para que desenvolvam suas atividades de acordo com o que se está previsto nas legislações afins garantindo à proteção da família, maternidade, infância, adolescência,

juventude e do idoso. Além de políticas de segurança alimentar e de direitos humanos.

No que tange ao atendimento a população idosa a secretaria norteia seus serviços a partir do SUAS que dentro de suas diretrizes organiza as ações a partir dos padrões da proteção social básica e especial. Neste sentido a proteção social básica atua a partir dos CRAS e do Centro de Convivência Vida Ativa na prevenção e orientação da população idosa, enquanto que a proteção social especial fica responsável por averiguar denúncias de maus tratos a idosos e estabelecer parcerias com as instituições de longa permanência da cidade a partir do CREAS.

Sobre as manifestações da questão social seguimos a tese de Pastorini (2007 p. 29) que demonstra que:

(...) as manifestações da “questão social” contemporânea não são uma decorrência natural, irreversível e inevitável do desenvolvimento tecnológico. Essas mudanças são expressão da crise que enfrenta o sistema capitalista internacional, consequência do esgotamento do modelo fordista-keynesiano que se estendeu até começos dos anos 70. O processo de globalização financeira que se caracteriza as relações internacionais e contemporâneas vê-se reforçado com a “queda do mundo socialista”, que questionava a lógica do capital e atuava como contratendência política e ideológica. Essa globalização financeira não pode ser naturalizada, ela é produto de uma estratégia norte americana, que submetem o conjunto da economia mundial capitalista à lógica financeira global.

Pode-se destacar como ação efetiva dos CRAS para a efetivação de políticas públicas voltadas aos idosos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que se caracteriza no espaço a partir da formação de grupos de idosos. Atualmente cada um dos quatro CRAS da cidade possui um grupo com estas características.

Sobre estes grupos o que se pode observar ao analisar os dados da secretaria é o baixo quantitativo de idosos participantes, o que supostamente se deve a própria organização do grupo que trás temas prontos não permitindo ao idoso que participe da construção de temáticas que levem em conta a sua realidade local.

Quanto aos serviços do CREAS se dá destaque ao registro no último ano de 380 notificações de maus tratos aos idosos no município, entre elas destaca-se a violência física contra o idoso 24%, violência psicológica 20% e a negligencia com

16%. Destaca-se que a mensuração dos dados foi elaborada pelos técnicos do setor pesquisado e fazem parte do relatório anual da SEMDES apresentado a coordenação de gabinete da prefeitura municipal da cidade no ano de 2013.

A violência é entendida, segundo Faleiros (2007), como um processo social relacional complexo e diverso. A violência se inscreve num processo relacional e de poder na estruturação da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares.

O autor vai além e define os tipos de violência vivida pela pessoa idosa em três grandes dimensões: **Violência sociopolítica**: referente às relações sociais mais gerais envolvendo a todos os segmentos sociais, atingindo idosos e não idosos, tendo como diferença a denúncia aberta da pessoa idosa por meio de debates, registros em delegacias, denunciando a violência sofrida. **Violência institucional**: relacionada aos abrigos e instituições de serviço privados ou públicos onde se nega ou atrasa o acesso, ou se trata de forma desumana não se levando em conta a autonomia ou dependência nos cuidados ao idoso. **Violência intrafamiliar**: definida como a violência calada, sofrida em silêncio e praticada por um membro da família.

As respectivas dimensões possuem características particulares que merecem destaque, pois ferem o Estatuto do Idoso e as demais legislações que tratam da respectiva demanda. A violência institucional se traduz em:

Mau atendimento; falta de contrato ou desrespeito aos contratos; condições inadequadas; falta de acesso; abandono; extorsão; chantagem; negativa de atendimento; atraso excessivo no atendimento; desrespeito a prioridade geral; falta de paciência para se ouvir a pessoa idosa; devolução para casa sem explicação; humilhação por ter incontinência ou alguma perda; infantilização; hospitalização; falta de escuta; falta de respeito; abuso financeiro; negligência em medicamentos; negligência em limpeza; negligência em atenção; negligência em cuidados especiais. (FALEIROS, 2007, p. 45)

No que tange a violência familiar o autor define sua manifestação seguindo determinados aspectos. Entre eles se destaca a **violência física** - relação de poder com impactos a integridade física do sujeito; **violência psicológica** - se caracteriza pelo uso da autoridade sobre o outro de forma inadequada podendo gerar humilhações, provocar, raiva ou choro, deixar longo tempo sozinho, amedrontar; **violência financeira** – relacionada ao ceder dinheiro a alguém mediante chantagem

pressão para vender casa ou outros bens materiais. E por fim a **negligência ou abandono** que se caracteriza pela:

Relação de poder, implicando abandono – descuido, desamparo; desresponsabilização e descompromisso do cuidado e do afeto; medicação descuidada, vestimenta descuidada, deixar de lado nos contatos sociais; descuido na comida. Em geral é a etapa inicial de um processo. Configura também o abandono. (FALEIROS, 2007, p. 46)

A secretaria tem procurado reduzir os dados mencionados por meio de campanhas educativas, entretanto é limitada pela falta de técnicos em seu quadro de funcionários provocado pela alta rotatividade dos mesmos, além disso, existe ausência de capacitação sobre o tema para aqueles que lidam com a demanda sendo as mesmas elaboradas esporadicamente, especialmente em datas comemorativas tais como dia municipal e internacional do idoso e conferências.

Por fim se faz destaque à secretaria executiva de conselhos que está locada na SEMDES e que reúne os Conselhos de Assistência Social, do Idoso, da Criança e Adolescente, de Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência.

Quanto ao Centro de Convivência Vida Ativa decidiu-se falar do mesmo neste subitem pelo fato de pertencer à prefeitura municipal, estando lotado nesta secretaria. Além disso, o fato do pesquisador trabalhar neste local faz merecer o destaque, embora esta seja apenas uma breve descrição, pois o foco desta pesquisa está na construção da Política Municipal do Idoso da cidade.

Segundo Lovisolo (1997, p. 10), “A década de noventa talvez signifique a constatação de que um novo poder, o dos velhos, esta marcando sua presença no mundo [...]. Como foi visto anteriormente é recente a oferta de atividades aos idosos, sendo as primeiras remetidas ao Serviço Social do Comércio (SESC), nos anos 60 com os grupos de convivência e na década de 70, pelas Escolas Abertas para a Terceira Idade que seguem os modelos da experiência Francesa, pioneira junto com os Estados Unidos nesta forma de trabalho.

Em primeiro lugar a instituição atende a idosos que não possuem dependência parcial ou total em seus cuidados:

De acordo com os conceitos gerontológicos o idoso que mantém a sua autodeterminação, sem necessitar de nenhum tipo de ajuda ou supervisão para realizar seus afazeres diários, é considerado um idoso saudável, ainda que possua uma ou mais doenças crônicas. Daí decorre o conceito de capacidade funcional, ou seja, a capacidade de manter as habilidades físicas e mentais necessárias para uma vida independente e autônoma (CREUTZBERG; THOBER; VIEGAS, 2005, p. 439)

Segundo relatório anual na PMCI/2014, no ano de 2013 existiam 1048 idosos cadastrados na instituição e uma frequência de 160 idosos dia, a mesma se inspira na metodologia que caracteriza os projetos desenvolvidos pela extinta LBA; mas, evolui quando discute a importância do idoso como sujeito portador de direitos e construtor de sua própria história, tendo a função de fazer valer o que está descrito nas legislações específicas ao idoso. Além disso, o Centro de Convivência Vida Ativa estimula a participação da família dos idosos em algumas de suas atividades.

Atualmente a instituição conta com médicos, odontólogos, assistente social, psicólogo, professor de alfabetização e teatro além dos funcionários administrativos e de serviços gerais.

A instituição possui uma vasta gama de atividades, que vão desde palestras educativas sobre temas do cotidiano a comemorações de datas festivas além de passeios culturais (que apresentam a cultura e pontos turísticos do sul do Estado do Espírito Santo).

Entretanto, destaca-se no referido trabalho o Projeto Idoso Cidadão nas Comunidades, iniciativa do serviço social da instituição que visa: Conscientizar o (a) idoso (a) sobre seus direitos, deveres e benefícios, bem como estimular o conhecimento e respeito ao processo de envelhecimento para todas as faixas etárias. E possui como objetivos específicos: (A) Divulgar o Estatuto do Idoso, buscando outras legislações referentes a este tema. (B) Elaborar a parceria com lideranças locais, rede de assistências sociais públicas e autônomas para execução do projeto; (C) Estimular a criação de grupos de idosos independentes a partir da realização do evento. (D) Incentivar que o idoso frequentador do Centro de Convivência Vida Ativa oriente os idosos participantes do projeto e não frequentadores da instituição acerca de seus direitos, estimulando este a ser protagonista de sua própria história. Os resultados deste projeto serão apresentados mais adiante neste trabalho.

3.1.3. SEME e SEMESP

A SEME organiza ações e investimentos na área da educação básica do município atendendo a um número aproximado de 23 mil alunos sendo a maior parte crianças do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e possui representantes no COMASCI E COMICI.

Também participam da rede pública de ensino do município as unidades que atendem alunos do ensino médio e educação profissional mantida pelo governo do Estado do Espírito Santo. E há, ainda, a educação profissional mantida pelo Governo Federal, o Instituto Federal de Ensino (IFES).

No que concerne a ações que levem em conta à população idosa do município a secretaria em parceria com o governo do Estado vem trabalhando na redução da taxa de analfabetismo do município, destaca-se que no último ano, de acordo com dados da secretaria, Cachoeiro de Itapemirim detinha um quantitativo de 8.512 analfabetos, o que equivale a 5,75% da população da cidade. Boa parte destes analfabetos, para a SEME, é composta por idosos e como alternativa para a redução desta taxa atualmente a secretaria dispõe de 42 salas de aula perfazendo um total de 700 alunos de diferentes faixas etárias matriculados em 2013, através do Programa do governo do Estado *Vivendo e Aprendendo: Ações para a redução do Analfabetismo*, que tem por objetivo reduzir a quase zero esta taxa no Espírito Santo.

Foram observados importantes avanços nos níveis educacionais da população brasileira entre 1940 e 2000: aumentou a proporção de pessoas alfabetizadas, bem como o número médio de anos de estudo. No entanto, apesar de ganhos absolutos e relativos, verificam-se diferenciais expressivos entre os grupos etários e regiões. A proporção de idosos alfabetizados teve um aumento significativo, mais intensamente entre as mulheres. Entre os homens, o aumento foi de 59% e, entre as mulheres, de 146%. Em 1940, 74,2% da população idosa feminina eram analfabetos e, em 2000, essa fração caiu para aproximadamente 1/3. Apesar de os ganhos no período terem sido mais significativos entre as mulheres, são os homens idosos que se encontram em melhores condições de alfabetização: 68,9%. Entre as mulheres, a proporção comparável é de 63,4%. (CAMARANO, 2004, p.34)

Entre os alunos matriculados no programa existem 40 idosos, que estudam em uma sala de aula localizada dentro do Centro de Convivência Vida Ativa, o que o próprio secretário revela ser um baixo quantitativo frente às estimativas de se ter um

maior número de analfabetos com mais de 60 anos na cidade e que não dispõe de dependência de outras pessoas em seus cuidados.

Entre os alunos das outras 41 salas de aula localizadas no município o que se observa é um baixo quantitativo de idosos presentes, o que pode estar ocorrendo devido à ausência de ações articuladas com outras secretarias municipais e instituições da cidade para promover o interesse do idoso em aprender. Nas salas de aula o que se observa quando o tema envelhecimento é tratado são ações paliativas que ocorrem somente em datas específicas sem continuidade.

Já a SEMESP organiza políticas públicas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a conquista da cidadania desenvolvendo atividades que englobam todas as faixas etárias, entre elas se faz destaque aos projetos Ruas de Lazer e Campeões do Futuro, que são voltados especificamente a crianças e adolescentes.

No que se refere à população idosa a secretaria desenvolve o programa “Comunidade Esporte e Saúde”. Por meio dele, bairros da cidade contam com núcleos de ginástica e dança para adultos e pessoas com mais de 60 anos. De acordo com o relatório anual da SEMESP, apresentado a coordenação de gabinete da prefeitura municipal da cidade, a referida secretaria atende 27 bairros da cidade com o referido projeto (ANEXO C).

No último ano a secretaria contou com a participação de 849 idosos no Projeto Comunidade Esporte e Saúde sendo orientados por 43 estagiários de educação física de uma faculdade privada da cidade, o que representa 66% do público total atendido pelo projeto.

As atividades físicas, esportivas e de lazer promovidas pelo projeto são vistas como motivos de adesão e permanência de idosos nestas ações, uma vez que se promove o bem estar físico e psicossocial por meio dos contatos sociais e da troca de experiências de vida.

Sobre o projeto o mesmo no último ano sofreu a eminência de ter encerradas suas atividades devido à ausência de recursos específicos e atualmente sobrevive com dificuldades. Cabe destacar que a secretaria é integrante do COMASCI e, além

disso, auxilia as três instituições de longa permanência da cidade promovendo junto aos estagiários de educação física atividades direcionadas aos idosos residentes.

Outra ação desenvolvida pela secretaria é o auxílio a grupos independentes de idosos da cidade¹¹, um exemplo é o grupo Alegria de Viver composto por 12 idosas que participam de diversos concursos de dança nacionais e internacionais. A secretaria de esportes cede um funcionário para monitorar às componentes do grupo e em contrapartida as mesmas auxiliam na logística do projeto Comunidade Esporte e Saúde.

3.1.4. SEMUS, SEMUTHA e IPACI

A SEMUS tem a incumbência de organizar e gerenciar todos os serviços de saúde e os recursos disponíveis para esta finalidade dentro do município. Para isso administra um centro de saúde que realiza diversificados exames e atendimentos médicos além de ser responsável pelas UBS localizadas em diversos bairros da cidade que realizam atendimentos médicos de menor complexidade no âmbito local.

As unidades trabalham em parceria com dois programas que atuam diretamente na comunidade: ESF, com 31 equipes e o PACS com 12 equipes. As duas equipes realizam trabalhos educativos, atividades de diagnóstico e tratamento de hipertensão e diabetes, atendimento especial ao idoso, entretanto o que se observa é um trabalho mais direcionado a doença, não se busca um tratamento em sua totalidade com articulações com outras áreas de atuação da própria saúde, tais como a integração destes sujeitos à sociedade além da saúde psicológica.

No que diz respeito à população idosa do município na secretaria existe o Programa Municipal de Saúde do Idoso, que obedece ao que está disposto na Política Nacional de Saúde do Idoso criada pelo Ministério da Saúde (MS) como parte da PNI, em 1999.

¹¹ Define-se como grupo independente aquele que é organizado e frequentado exclusivamente por idosos e que não dependem do poder público para executar boa parte de suas atividades.

O principal problema que pode afetar o idoso, como consequência da evolução de suas enfermidades e de seu estilo de vida, é a perda de sua capacidade funcional, isto é, a perda das habilidades físicas e mentais necessárias para a realização de suas atividades básicas e instrumentais da vida diária. (BRASIL, 2002, p. 15).

O programa atua a partir de atividades tais como palestras, oficinas, realização de exames, atendimento especializados, realizadas nas UBS tendo apoio do ESF e do PACS para sua execução. Além disso, são realizados grupos de apoio (hipertensos, diabéticos), elaboração e divulgação de protocolos, visitas domiciliares, palestras, acompanhamento e monitoramento, elaboração de relatório de diagnóstico situacional anual, cadastro nacional de portadores de hipertensão e diabetes, mutirão de preventivos para idosos, campanha de gripe sazonal, rondas itinerantes. Seguindo o cronograma anual estes itens podem ser acrescidos de outros.

Entretanto a ausência de uma maior estrutura, e neste caso se identifica a ausência de profissionais capacitados, e uma maior interação entre os serviços da própria secretaria prejudicam as ações que se mostram muito eficientes no plano teórico, mas na prática deixam a desejar.

No que tange a ações que envolvam os idosos e seus familiares é dado destaque ao curso de cuidadores de idosos realizado no último ano pela secretaria, neste foram formados 240 cuidadores gratuitamente sendo a maior parte composta por familiares de idosos com relativa necessidade de cuidados.

O programa também atua em atividades externas em dias específicos tais como a semana de saúde do idoso, dia municipal e internacional do idoso, onde são realizadas atividades junto às demais secretarias tais como caminhadas, exames, orientações sobre direitos, benefícios, ginásticas laborais. Tais atividades contam com parcerias de associações de moradores, centros comunitários e universitários além das igrejas. O programa realiza avaliações de seus serviços diretamente nas unidades de saúde, através de reuniões realizadas de acordo com o cronograma de cada unidade (quinzenal ou anual).

A secretaria é responsável pelas ações do COMSCI e junto com o respectivo conselho monitora as ações realizadas por instituições que trabalham com a respectiva demanda.

A SEMUTHA promove ações que visam a contribuir para a geração de emprego e renda e para a capacitação profissional. Outro foco da pasta são as políticas de habitação, que visam facilitar o acesso de famílias a moradias próprias e em boas condições.

O acesso da população a políticas públicas de geração de emprego e renda ocorre na secretaria a partir de apoio da mesma com maquinários tais como máquinas de costura, fornos industriais, vasilhames, e cursos de capacitação organizados em bairros e distritos da cidade. Merece destaque especial às atividades de catadores de material reciclável, culinária, artesanato, costura e bordado por terem idosos na composição de suas lideranças (ANEXO D).

Um dado interessante apresentado pela secretaria está no destaque para a participação das famílias dos idosos nestes grupos, e pelo fato de todos terem em sua maioria mulheres em sua composição. A comercialização dos produtos produzidos pelos grupos apresentados ocorre em eventos como feiras, seminários, festas. A secretaria oferece transporte, além de apoio logístico para os stands dos grupos para participação em eventos da cidade e do Estado.

No Brasil o conceito de aposentadoria cria uma situação esdrúxula com relação a outros povos. As palavras *retraite*, *retirement*, *retiro*, *taishoku*, são traduções de aposentadoria e indicam toda uma saída da força de trabalho. Culturalmente, o brasileiro não entende a aposentadoria como a cessação da atividade laboral. Em outros países o recebimento do benefício é condicionado legalmente à saída efetiva do mercado de trabalho, ou o seu valor é reduzido, caso o beneficiário volte (ou continue) a trabalhar, para desestimular tal comportamento. (CAMARANO, 2004, p. 413)

Na área de habitação a secretaria obedece ao que está disposto no Estatuto do Idoso e nas políticas habitacionais do município, não se pensa em programas habitacionais específicos para idosos, mas os mesmos possuem preferência na aquisição da casa própria no Programa Minha Casa Minha Vida.

A SEMUTHA tem participação no COMASCI onde juntos geram ações de âmbito social para geração de emprego e renda por meio de cursos profissionalizantes, sendo boa parte destes realizados nos CRAS.

O instituto IPACI tem por objetivo arrecadar a contribuição previdenciária dos servidores e da Câmara municipal revertendo os mesmos em benefícios

previdenciários como: aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário-maternidade e salário-família. Há benefícios também para os dependentes de servidores: pensão por morte e auxílio-reclusão.

É função do instituto: atender, orientar e prestar esclarecimentos aos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas sobre pagamentos, benefícios e Previdência Social.

No que diz respeito às ações específicas envolvendo a população idosa do município o instituto realiza mensalmente o Projeto “Aposentadoria com Cidadania”, em que oferece aos aposentados conveniados confraternização através de (1) um café da manhã mensal, em que os servidores inativos reencontram antigos colegas de trabalho e mantém dessa forma o vínculo com a administração municipal. São ofertadas oficinas de dança em que é trabalhado o fortalecimento muscular, palestras, passeios a diversos pontos turísticos e históricos da cidade além de excursões a pontos turísticos para outros municípios.

Os representantes do projeto fazem parte do COMICI como convidados e auxiliam na organização de eventos que atendem a respectiva população tais como as comemorações do dia municipal e internacional do idoso.

6 CAPITULO IV: REDE DE APOIO E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AO IDOSO

O questionário elaborado para colher dados das instituições trouxe informações similares a do questionário de análise das secretarias, mas avança em averiguar se o corpo técnico destas instituições participa de capacitações e cursos de qualificação promovidos pelo local de trabalho. Caso a instituição seja de grande porte¹² será levado em conta o setor que possui atendimento voltado à população idosa. E por último está a relação das instituições pesquisadas com outras instituições da cidade que trabalham com a população idosa ou em parceria com os serviços da prefeitura municipal. O objetivo deste ponto está em averiguar como ocorre esta relação, os projetos desenvolvidos e o que é necessário que seja revisto.

As informações necessárias para a construção da política municipal do idoso serão apresentadas a partir do momento em que a instituição demonstre que em seu espaço de atuação ocorre a promoção da integração e da participação social do idoso.

As instituições serão apresentadas de acordo com sua filiação aos conselhos de direitos seguindo àquelas inscritas no **COMASCI**: LIONS Clube “Frade e a Freira”; Universidade do Espírito Santo - UNES/ES (subitem 4.1), Grupo Beneficente Princesa do Sul, Legião da Boa Vontade – LBV (subitem 4.1.1); **COMISCI**: Lar Adelson Rebello; Lar João XIII (subitem 4.2); Lar Nina Arueira; Associação Bem Viver(subitem 4.2.1); **COMSCI**: UNIMED; Hospital Evangélico; Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim (subitem 4.3); **COMSTCI**: Viação Flecha Branca e SEST/SENAT(subitem 4.4).

¹² Algumas instituições elencadas não atendem somente a pessoa idosa.

4.1. INSTITUIÇÕES INSCRITAS NO COMASCI: LIONS CLUBE “FRADE E A FREIRA” E UNES/ES

A instituição é uma organização social sem fins lucrativos de magnitude global criada no século XX nos Estados Unidos com objetivo de promover campanhas de auxílio ao próximo por meio de doações de bens e serviços.

Em Cachoeiro de Itapemirim o LIONS Clube “Frade e a Freira” deu início às suas atividades na década de 60, tendo seu nome vinculado a um monumento natural localizado no sul do Estado do Espírito Santo. Compõem o grupo atualmente: médicos, advogados e empresários da cidade. Dentre as principais atividades do grupo desde a sua fundação pode-se destacar a construção de escolas para complementação de estudos para deficientes, campanhas de: doações de alimentos, prevenção e conscientização de doenças e acidentes de trânsito além de mutirões de cirurgias diversas.

O LIONS atende a toda população, independente da faixa etária, entretanto, no que concerne ao atendimento realizado especificamente a pessoa idosa o que chama a atenção além dos serviços supracitados são os mutirões de atendimento com advogados e médicos em áreas carentes do município.

Além disso, funcionam em seu espaço de atuação dois grupos de idosos que realizam atividades de: bordado e culinária, além de palestras com diversificados temas, entre eles se destacam a orientação acerca de direitos e benefícios previdenciários para idosos.

Diante dos dados apresentados pela instituição o que se observa é a promoção de atividades voltadas ao idoso, mas poucas definitivamente promovem a integração e a participação crítica do indivíduo. Com exceção às palestras educativas, a instituição não provoca o idoso a participar de espaços políticos na comunidade e se revela com caráter assistencialista, considera-se que isso se deva ao fato de não haver ações da mesma em parceria com outras instituições e o poder público, limitando esta participação conjunta à atuação no COMASCI. Tal fato também pode estar ocorrendo devido ausência de capacitação dos integrantes do grupo no que tange às políticas públicas de assistência social.

A UNES/ES é uma Instituição de ensino superior de cunho particular e que diante de suas várias ações possui àquelas voltadas especificamente a pessoa idosa. Pode destacar entre estas atividades os cursos de psicologia e direito, tendo a Clínica Escola e o Núcleo de Práticas Jurídicas como locais onde ambas ocorrem.

Na Clínica Escola está disponível o Serviço de Psicologia Aplicada onde se prescrevem atendimentos para todas as idades. No que tange ao atendimento a idosos observa que a maior parte destes é encaminhada pelo CAPAAC ou pelo CRE trazendo demandas específicas que muitas vezes envolve problemáticas familiares.

O Núcleo de Práticas Jurídicas também atende a todas as idades e possui como principal demanda no atendimento a pessoa idosa questões relacionadas à pensão e aposentadoria, sendo encaminhados pelo Fórum e Defensoria Pública da Cidade de Cachoeiro de Itapemirim e Cidades vizinhas.

Outros serviços direcionados a idosos elaborados pela faculdade são os estágios supervisionados de psicologia que ocorrem no lar João XVIII e o “Projeto Cuidar”, elaborado pelos próprios alunos e que tem por objetivo mobilizar a comunidade acadêmica para aquisição de fraudas sendo estas geriátricas ou não sendo distribuídas de acordo com os critérios de renda e habitabilidade elaborado pelos estudantes organizadores do projeto.

4.1.1. Grupo Beneficente Princesa do Sul e LBV

Fundado da década de 70 se caracteriza por ser uma instituição não governamental e que também tem por objetivo promover campanhas de auxílio ao próximo por meio de doações de bens e serviços. Entre estas ações destacam-se: atendimento diário as pessoas carentes feitos pelos próprios integrantes do grupo (pessoas comuns, sem o conhecimento técnico necessário para isso), programação de eventos para arrecadação de donativos, além de um programa de rádio exclusivo para a associação também com este objetivo. O grupo faz parceria com a SEMESP que organiza semanalmente atividades físicas para seus frequentadores.

Atende mensalmente aproximadamente 200 pessoas, o presidente do grupo faz destaque que a maior parte dos atendidos são idosos que participam dos grupos de ginástica ou que procuram o grupo para aquisição de fraldas geriátricas, estas duas atividades somadas chegam a contar com 70% do público mensal total.

O que chama atenção no grupo é o fato do mesmo ser liderado por idosos e ter sido fundado por eles. O atual coordenador, presente desde a sua fundação, relata que os idosos sempre fizeram parte da gestão do grupo, entretanto, mostram-se mais ativos no presente do que no passado, reconhece que o poder público ainda faz muito pouco pela associação, haja vista toda a sua história na cidade e que muitas das ações realizadas no grupo se pautam nos princípios cristãos da caridade e no bem ao próximo.

As duas primeiras instituições apresentadas trazem características similares, uma delas está na lógica do direito vinculado ao assistencialismo, o que contradiz todo um histórico de lutas contra esta prática. As instituições possuem dificuldade em se reconhecer como espaço de lutas e negociações, o próprio poder público surge com a visão *paternalista* como concedente, por fim, a cultura do assistencialismo ainda prevalece, substituindo a noção de *direitos* pelo do apadrinhamento e clientelismo.

[...] o exercício da cidadania via participação, controle e reivindicação à ampliação de direitos, imprimem a necessidade de mudanças de mentalidade dos segmentos em desvantagem social, de forma a conscientizar-se dos seus direitos, rompendo com as 'amarras' de que 'ao receber' um atendimento assistencial torna-se um 'devedor' algo historicamente enraizado no discurso burguês. (SILVA 2001, p. 94)

Considera-se que esta cultura é reproduzida pelas instituições devido ausência de espaços de discussão e capacitação a serem promovidos pelo poder público a fim de buscar romper com esta realidade.

A LBV é uma instituição de renome nacional, se caracteriza por ser uma instituição não governamental ligada à igreja que atende a comunidades carentes da cidade, especialmente àquelas localizadas no entorno de seu espaço físico. A instituição conta com uma equipe técnica composta por: assistente social, psicólogo,

educador social, instrutores técnicos além de auxiliares administrativos e de serviços gerais.

Apresenta como principais atividades a organização de grupos de convivência, tais como de crianças, de mulheres, e de idosos que participam de palestras socioeducativas, oficinas de artesanato além de alfabetização e reforço escolar. Além disso, recebe encaminhamentos para atendimento a usuários pela prefeitura e outras instituições localizadas próximas a sua sede.

Os funcionários realizam capacitações por meio de seminários e conferências realizadas pela matriz da instituição que fica em São Paulo/SP, a mesma acontece a cada dois anos. A equipe psicossocial atua nos grupos de convivência, organizam visitas domiciliares e se articulam com os serviços prestados pela rede de assistência local por meio do CRAS que abrange a região.

A participação dos idosos na instituição ocorre pelos grupos de convivência, atualmente 25 idosos participam deste grupo, deste total: 23 são mulheres. A equipe técnica relata que possui dificuldades em tornar este grupo mais ativo e atuante dentro da comunidade por se tratar de pessoas carentes e sem instrução. Entre as principais demandas trazidas pelos idosos frequentadores está a problemática da dependência química entre um membro familiar e o fato de somente o idoso ter renda fixa dentro de seu domicílio, o que de acordo com a equipe, prejudica o mesmo em buscar uma melhor qualidade de vida para si. Boa parte dos idosos visualiza o grupo de convivência da LBV como uma atividade de lazer, por mais que a equipe tente provocar uma consciência crítica nestes sujeitos, os mesmos apresentam um discurso negativo e atribui à vontade de Deus a atual situação em que vivem.

A instituição apresenta características diferentes das primeiras apresentadas. O fato de contar com uma equipe técnica especializada faz com que as ações tenham cunho crítico e procurem despertar a atenção dos usuários para a busca de direitos. Entretanto essa mesma ação esbarra na dificuldade em romper com toda uma tradição de ajuda e favor ao próximo se tornando uma ação isolada

[...] o que se comprova é que há a falta de protagonismo do segmento idoso em seus palcos de luta e, por essa razão, os espaços sócio-políticos, especialmente Fóruns e Conselhos, ainda são frágeis e precários, pela pouca ou inexpressiva participação social do próprio idoso e de sua organização [...]. (PAZ, 2001, p. 240)

O espaço institucional deve ser pensado como palco de lutas dos sujeitos envolvidos por melhores condições de vida o que vem ocorrer quando os próprios dirigentes e técnicos institucionais visualizarem tal importância.

4.2. INSTITUIÇÕES INSCRITAS NO COMICI: LAR ADELSON REBELLO MOREIRA E LAR JOÃO XIII

O Lar Adelson Rebello Moreira é datado do início da década de 70 e de cunho filantrópico a Instituição atende atualmente a 53 idosos tendo capacidade para 55 idosos. Sobre a participação de seu corpo técnico em capacitações, foi informado que os mesmos constantemente se capacitam por meio de cursos de cuidadores de idosos, cursos em atendimento de urgência e emergência, liderança e relacionamento, promovidos pela prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, além de estarem sempre presentes em encontros de profissionais, entre eles se faz destaque ao encontro de nutrição e dietética dos hospitais do sul do Estado do Espírito Santo.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos idosos da instituição destacam-se: visitas ao Centro de Convivência Vida Ativa, visitas das idosas ao salão de beleza em datas determinadas, passeios a sítios e praias da região, caminhadas ecológicas, participação em cafés da manhã promovidos pelo secretariado municipal e em cantatas de natal dos colégios da região.

Cabe ressaltar que os usuários possuem espaços de avaliação dos serviços prestados pela instituição por meio de urna de avaliação, tal instrumento é aberto não somente aos idosos, mas aos familiares.

No que tange aos critérios para acesso dos usuários à instituição, se observou que boa parte dos mesmos é encaminhada pelo Ministério Público sendo avaliado pela gerência administrativa e pelo conselho da instituição a possibilidade de autorização da vaga. A admissão do idoso é feita pela gerência administrativa e

pela equipe de enfermagem. Entre os primeiros procedimentos para tal está aferição da pressão arterial e da glicose. A advogada membro do conselho da instituição participa do abrigamento intermediando entre o conselho e o Ministério Público. Cabe destacar que o respectivo conselho não possui assistente social. A instituição também concede vaga mediante solicitações de assistentes sociais de outros municípios, contudo, é dada preferência ao município de Cachoeiro de Itapemirim.

Sobre o trabalho voltado às famílias dos idosos foi constatado que quando um familiar fica por um longo período sem visitar o idoso na instituição uma recepcionista faz contato telefônico para ter informações sobre os motivos do familiar não estar comparecendo. Um pequeno número de idosos passa os finais de semana na casa de seus familiares e a maioria nem sequer recebe a visita destes.

O Lar João XXIII é datado da década de 50 e também possui fins filantrópicos a instituição tem capacidade para atender a 80 idosos, no período de realização da entrevista estava com 116 idosos internados.

No que concerne a capacitações, seminários e cursos realizados pelos funcionários da instituição foi observado que a mesma esteve presente nas últimas conferências de assistência social e do idoso realizadas na cidade, além das conferências de segurança alimentar e da transparência e controle social. Não foram citadas possíveis capacitações e cursos envolvendo os funcionários da instituição.

A mesma não possui um modelo padronizado para participação do idoso nas decisões da instituição, entretanto, alega que envolve os usuários em questionamentos informais acerca do serviço prestado pelos profissionais, e quanto a possíveis alterações da rotina quando necessários.

Entre as principais atividades desenvolvidas no último ano estão à implantação de normas e rotinas de enfermagem, rotinas técnicas da central de material esterilizado, lavanderia, higienização e cozinha, aquisição de equipamentos diversos por meio de convênios, e a conclusão das atividades da turma de alfabetização em parceria com a SEME.

Sobre os critérios para acesso dos usuários a instituição, a sua maioria é encaminhada pelo CREAS do município de Cachoeiro de Itapemirim, porém a instituição considera o desejo do idoso em estar asilado quando este dispõe de

lucidez. Cabe destacar que a mesma faz tal análise levando também em consideração a participação da família. Sendo que esta deve estar ciente de todo o processo e ser participativa. A instituição não abriga idosos com histórico psiquiátrico.

Os idosos são estimulados a participar de espaços de lazer, tal ação ocorre por meio de passeios em praias e sítios da região. Além disso, os idosos participam de ações promovidas pelo secretariado do município, em especial destaca-se a SEMDES, SEMUS e SEMESP, e interage em eventos envolvendo outros idosos, entre estes se destaca as ações do Centro de Convivência Vida Ativa da cidade.

No que tange ao trabalho voltado às famílias dos idosos o diretor da instituição informou que:

Por não contarmos ainda com um profissional de serviço social, entendemos que temos muito que avançar, pois o trabalho com os familiares se resume nos convites frequentes a participarem de eventos no âmbito interno da instituição, promovendo a reaproximação e o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como através de conversas no âmbito administrativo. Quando a família se afasta ou quando detectamos alteração na rotina do usuário. (Administrador da instituição)

Entre as possíveis sugestões da direção do abrigo para um trabalho de melhor qualidade voltado a população idosa da cidade o mesmo sugeriu que:

Entendemos que todas as instituições de longa permanência para idosos de nosso município avançaram de maneira significativa nos últimos três anos, resultado de uma política voltada para a garantia dos direitos dos idosos abrigados. Como sugestão para os próximos anos, registramos a necessidade de viabilizarmos junto a SEMDES parceria para atendermos a uma grande demanda existente em nossa instituição, que é a questão do profissional de serviço social. (Administrador)

4.2.1. Lar Nina Arueira e Associação Bem Viver

O Lar Nina Arueira iniciou suas atividades em fins da década de 70, tendo cunho filantrópico a instituição atende atualmente 22 idosos, sua capacidade máxima. Sua principal forma de acesso se dá por encaminhamento da prefeitura municipal, Ministério Público, ou por meio de triagem feita pela administração da instituição

junto aos familiares e ao idoso observando se o mesmo manifesta o desejo de ser asilado. De acordo com o abrigo, quem encaminha a maior parte dos usuários são os familiares.

Entre as principais atividades de capacitação profissional estão o investimento na qualificação e reciclagem dos profissionais, investimento na qualidade de vida dos idosos por meio de ações de: saúde, lazer, terapia ocupacional; melhoramento da estrutura da instituição. Foi observado que a instituição possui um plano de capacitação de seus funcionários, através de qualificação e reciclagens de saberes. Entre estes se destacam cursos realizados e em andamento de cuidadores de idosos e de introdução e manipulação de alimentos.

Foi observada a indisponibilidade de mecanismos que tratam da participação do idoso asilado nas decisões da direção do abrigo, ou mesmo a criação de espaços de avaliação dos serviços prestados pela instituição. Tal fato se justifica muitas vezes de acordo com a direção pela própria necessidade do idoso ter de ficar no abrigo já que o mesmo em alguns casos não enxerga a possibilidade do retorno ao convívio familiar.

Esta realidade apresenta outra velhice: velhice dependente, com doenças degenerativas. Ao falar sobre esta etapa da vida, frequentemente se ignora, ou se nega a velhice repleta de dependência. Esta negação pode ser facilitada pelo fato de que tal dependência é pouco visibilizada, pois, na maioria das vezes, fica restrita ao ambiente familiar ou no abrigo (BOHM; CARLOS, 2010).

Entre as principais atividades realizadas pelos idosos estão passeios a sítios, praias e outras localidades da região, além da participação em eventos como almoços comunitários, e festas. Dentro da instituição é realizada toda semana oficinas de pintura. Estas atividades são feitas com muita dificuldade sendo a maior parte das ações feitas dentro do próprio local. Não se criam espaços extramuros para que a população idosa do abrigo possa participar da comunidade.

Quanto a sugestões para o melhor trabalho voltado aos usuários da instituição, a direção do abrigo considera relevante o fortalecimento de parcerias junto à SEMUS, principalmente no que tange ao atendimento das especialidades médicas. Outro ponto relevante está na contratação do profissional de serviço social

para a mediação entre idoso e seus familiares. *A grande maioria nem sequer visita seus idosos.* O que aponta a necessidade do melhoramento, e, principalmente, o resgate destas relações, funções específicas do profissional supracitado.

Nas instituições de longa permanência, se observou a preocupação no tratamento de qualidade ao idoso, todas envolvem seus funcionários em cursos de capacitação e buscam promover atividades que visem à qualidade de vida dos abrigados, entretanto o que se ressalva é a mínima participação de seus familiares. Nenhuma das instituições promove um trabalho de sensibilização familiar para o retorno do idoso para casa, não se buscam alternativas para evitar o abrigamento.

Todavia, o que mais chamou a atenção nas instituições de longa permanência foi à ausência de assistente social e psicólogo, profissionais de fundamental importância para sensibilização e resgate dos vínculos familiares.

A Associação Bem Viver datada de 29 de setembro de 1995, criada e coordenada por idosos da sociedade civil tem como objetivo a convivência entre os participantes. Suas funções se assemelham as do Centro de Convivência Vida Ativa, entretanto pode-se observar que a Associação Bem Viver se limita a ações internas. A instituição possui representatividade em conselhos de direito, e se faz escutar pelo poder público, entretanto, se limita a seus interesses.

É uma associação particular criada e dirigida por idosos há 18 anos e tem por objetivo promover atividades de lazer, educativas e de fortalecimento dos vínculos entre os idosos participantes, tendo 1333 idosos cadastrados e ativos, e, como critério de inclusão ser residente na cidade e ter idade igual ou superior a 60 anos. Destaca-se ainda que alguns dos associados são encaminhados pela SEMUS e por médicos que em seu consultório verificam a necessidade. Atualmente o presidente do COMICI é o representante da associação.

Possui em seu quadro de funcionários, auxiliares administrativos e de serviços gerais. Não dispõe de uma equipe técnica capacitada para o atendimento aos idosos frequentadores, entretanto, os idosos que porventura apresentem demandas específicas, tais como assistenciais e de saúde são encaminhados pela própria direção para os respectivos serviços da rede municipal.

Fazem parte das atividades da associação: palestras sobre temas diversos realizados por convidados tais como saúde, neste caso se destaca a semana de saúde organizada anualmente pelos associados, assistência, previdência, ginásticas com auxílio de fisioterapeutas e professores de educação física cedidos pela SEMESP. Ainda são organizados passeios, e comemorações de datas festivas diversas tais como dia municipal e internacional do idoso, festas juninas e carnaval.

A associação dispõe de um jornal informativo mensal onde apresenta a sua agenda de atividades, relação de aniversariantes além de outras notícias relevantes.

Destaca-se que alguns componentes se articulam com movimentos de defesa dos direitos dos idosos da cidade, tais como associação de aposentados e pensionistas, associação de moradores, dentre outros.

4.3. INSTITUIÇÕES INSCRITAS NO COMSCI: HOSPITAL UNIMED, HOSPITAL EVANGÉLICO E SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

É necessário informar que foi aplicado questionário para (1) assistente social de cada hospital, uma vez que se considerou a importância de se fazer o recorte do tema a partir da realidade de trabalho deste profissional, por se compreender que o mesmo com sua prática acaba promovendo a multidisciplinaridade com outros setores afins.

Para conhecimento serão apresentadas as ações voltadas ao idoso dentro do hospital Unimed e em suas atividades externas, em especial àquelas que visam à continuidade do tratamento do mesmo fora da instituição, haja vista que o hospital apresentou uma configuração de atendimento diferenciada dos demais.

O setor possui como principais atividades no que tange o atendimento ao idoso: o atendimento à família do usuário, visita de rotina aos leitos além de mediação de conflitos que porventura possam ocorrer entre os idosos e seus familiares. Pode-se dizer que a maior parte dos pacientes do hospital é idosa, cerca de 70% dos atendidos. Parte deste público é atendida no serviço de assistência domiciliar médica que é realizado quando o paciente recebe alta do hospital. Neste

sentido é feito acompanhamento com a família do usuário e são estudadas as estratégias para que a equipe possa realizar a assistência, orientação, medicação.

No que concerne a capacitações, seminários, cursos realizados entre os funcionários do hospital, se observa que a mesma está voltada a qualidade no atendimento, não tendo sido observadas orientações norteadoras em áreas específicas tais como Idoso, criança, deficiente, etc. A principal forma de acesso aos usuários da instituição é por meio de plano de saúde, convênio ou atendimento particular.

Seus usuários utilizam questionário com questões fechadas elaborado pelo setor de qualidade de atendimento do hospital para responder sobre a qualidade dos serviços prestados, sendo esta também a forma de participação dos usuários nas decisões da diretoria do hospital.

De acordo com o setor é observada dentro do hospital a necessidade do trabalho de orientação aos familiares dos idosos, uma vez que, por mais que os idosos atendidos disponham de condições financeiras razoáveis, existe a negligência familiar principalmente quando o idoso recebe alta. A mesma ocorre na resistência do familiar em buscar o idoso no hospital. Em alguns casos a família fica dias sem acompanhar a internação, sendo necessária intervenção do assistente social para a conclusão da alta do paciente.

Não existem dados quantitativos que ilustram a realidade apresentada, entretanto, a situação tem sido encaminhada para o Ministério Público e as prefeituras de origem dos idosos negligenciados. Outra figura que merece destaque é o do cuidador do idoso, este muitas vezes acaba substituindo a figura do familiar. Nas abordagens e orientações do serviço social dentro do hospital o que tem se observado é a presença do cuidador e a ausência do familiar. Muitos familiares quando questionados sobre sua ausência se referem ao cuidador de idosos como pessoa de referência para o tratamento do idoso se eximindo de sua responsabilidade. O hospital não tem registros de maus tratos e/ou violência física contra idosos internados.

Uma interpretação convencional sustenta que o contrato intergeracional entre os membros da família é mantido por um conjunto de fatores, como laços de afeto, sentimentos de reciprocidade sobre a vida, poderosos incentivos econômicos ou sanções negativas, e amplos valores culturais. Os sentimentos de afeto e a obrigação ou a promessa de benefícios econômicos são fatores que asseguram o contrato familiar informal entre as gerações, mas as outras variáveis também contribuem. Recursos limitados e a ausência de filhos são, talvez, as razões mais importantes para explicar por que as pessoas idosas com algum tipo de deficiência podem ser negligenciadas, esquecidas, ou mesmo abandonadas. (CAMARANO, 2004, p. 228)

Sobre as atividades externas elaboradas pelo hospital verificou-se que existem os atendimentos individuais ou multidisciplinares com enfermeiro, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta, médicos. Estes realizam atividades tais como: grupos de hipertensos e diabéticos para orientação de pacientes e familiares, além de monitoramento telefônico dos usuários em caso de necessidade. Muitos idosos que pertencem ao grupo de diabéticos e hipertensos exercem função laborativa o que dificulta o cumprimento das recomendações dos técnicos do grupo. O serviço também realiza atividades externas tais como palestras para funcionários de empresas.

Uma questão observada pelos funcionários está na adesão quase que mínima dos familiares dos idosos nos grupos de orientação. Para amenizar os problemas elencados houve o incentivo dos funcionários em promover ações de educação e saúde, além de visitas domiciliares no sentido de sensibilizar os idosos a participarem, entretanto, estas iniciativas são recentes e não existem dados que comprovam a qualidade de seus resultados.

Já no Hospital Evangélico foi observado que existe na instituição um trabalho de orientação às famílias dos idosos, neste sentido, toda internação só pode ser realizada se o familiar estiver presente durante todo o processo, caso contrário o hospital encaminha o usuário para outra instituição. Os profissionais têm observado o quantitativo significativo de idosos que residem sozinhos. De acordo com o serviço social do hospital, estes idosos relatam que possuem familiares, mas preferem viver só uma vez que se consideram um incômodo aos seus entes queridos. Essa problemática tem sido acompanhada pelo serviço social e geralmente encaminhada às prefeituras locais após o recebimento de alta do paciente.

O setor recomenda a necessidade de fortalecer a orientação aos acompanhantes dos idosos sobre medicação, cuidados no leito: “Se você conversar com o idoso aqui ele vai estar informado, com sonda, e bem medicado, o problema é quando ele chega a casa, a família não dá continuidade no tratamento.” (Assistente social)

Diferente da primeira instituição pesquisada, o hospital evangélico não apresenta grande incidência na substituição do papel familiar pelos cuidadores de idosos, entretanto, mesmo tendo o hospital todo cuidado com a negligência familiar no período de pré-internação existem alguns poucos casos que são geralmente encaminhados para o município de residência do idoso para que se tomem providências.

Outra forma de ação do hospital no trato da questão está nas atividades externas, entre elas se destaca o relacionamento com a prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim por meio de campanhas, palestras, especialmente em datas especiais, tais como o dia municipal, internacional do idoso. Ações que em sua maioria acaba atingindo somente o idoso e não o seu familiar.

Na Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim o serviço social do Hospital relata a dificuldade em realizar grupos de orientação e acompanhamento aos pacientes e familiares por determinação da direção devido ao risco de contaminação dos pacientes e seus familiares. Algumas ações voltadas a este público são elaboradas individualmente pelo serviço de capelania do hospital tendo como principais articuladores as irmãs de caridade e o padre responsável. Destaca-se que este serviço é histórico e existe desde a fundação do hospital acerca de 110 anos atrás.

Quanto ao quantitativo de idosos atendidos pelo hospital pode-se dizer que não chega a ser a maioria, mas está próximo aos 50% do total geral. Mas, um dado que se observa no hospital e que merece destaque é o aumento considerável do quantitativo de idosos internados no período de verão, especialmente os que dispõem de cuidados especiais. O serviço social revela que encontra dificuldades em encontrar o familiar destes idosos quando os mesmos recebem alta do hospital e informa que quando encontra geralmente estão na praia. O fato ocorre especificamente dentro do pronto socorro e vem sendo tratado com cautela pela

direção da instituição cabendo ao serviço social à orientação e sensibilização do familiar. Os profissionais apontam que esta prática acaba sendo corriqueira dentro do hospital e internalizada pelos próprios funcionários. O setor alerta que os casos de negligência familiar ocorrem em aproximadamente 40% das internações de idosos no hospital.

O que se pode concluir a partir da análise dos dados apresentados neste tópico, no que tange ao abandono de idosos no leito dos hospitais, é que esta forma de violência se configura sob características singulares não importando se a instituição é pública ou privada: na ausência do familiar no acompanhamento da internação, dificuldades na alta do paciente pelo fato do familiar não ter como cuidar do idoso em casa, ou a substituição do papel familiar por um cuidador de idosos quando a família dispõe de condições financeiras. Ocorre inclusive em um dos hospitais da cidade: a existência de períodos sazonais para que a negligência familiar tenha maior incidência.

Ao analisar os dados dos questionários aplicados aos hospitais observou-se que todos os assistentes sociais revelaram que a demanda de idosos nos hospitais é relevante e que possuem dificuldades em elaborar um trabalho de sensibilização com os familiares dos idosos.

Além disso, a urgência em desocupar o leito faz com que o profissional não se atente a necessidade de discussão da problemática apresentada no âmbito local, em especial tendo a participação dos conselhos de direitos. Revelam que os próprios idosos manifestam o desejo de morar sozinhos, quando podem, para não ser um incômodo a família, e que a mesma, em alguns casos, concorda com isso.

A realidade dos hospitais se articula com a das instituições de longa permanência uma vez que o abrigo em alguns casos acontece sem o conhecimento do hospital e pode ser justificado pela falta de orientação familiar. Neste sentido, não se tem dados de quantos idosos abrigados decorreram dos hospitais da cidade, mas, observa-se nas instituições de longa permanência a internação de idosos que estiveram muito tempo hospitalizados. Revelando a possível ausência de trabalhos que sensibilizem os familiares quanto à necessidade do convívio familiar. É importante enfatizar que não se está sendo fatalista em dizer que o abrigo institucional é uma alternativa ruim. O que se pretende expor é

que esta deve ser a última alternativa ao idoso e não a primeira como se tem advertido.

4.4. INSTITUIÇÕES INSCRITAS NO COMSTCI: VIAÇÃO FLECHA BRANCA E SEST/SENAT

A viação Flecha Branca é uma empresa particular responsável pelo transporte público municipal e que integra o Conselho Municipal de Trânsito da Cidade além do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

No que concerne ao atendimento à pessoa idosa do município a empresa cumpre o que está disposto da Lei Municipal nº 5898/06 que trata da gratuidade no transporte público para pessoas com mais de 65 anos de idade. Para isso foi criado o cartão sênior para os usuários que competem a este perfil

Aos que possuem de 60 a 64 anos é feita avaliação social pela assistente social da empresa para averiguar se o idoso não dispõe de condições financeiras para pagar passagem, ou esteja em tratamento médico e necessite do transporte público para sua locomoção. Os responsáveis pela empresa relatam que praticamente todos os idosos com mais de 65 anos da cidade e que não necessitem de cuidados especiais utilizam a gratuidade no transporte público o que equivale a 10.890 idosos.

No que se refere à capacitação de seus funcionários para lidar com esta grande demanda a instituição conta com apoio da SEMDES, SEMDURB e instituições como a Associação Bem Viver que promovem palestras de orientação acerca do cuidado com as pessoas idosas: “Colocamos os próprios motoristas para interagir com os idosos” (diretor do setor de transportes).

Cabe destacar que a empresa cede gratuitamente transporte para passeios e excursões dentro e fora do município às secretarias municipais e instituições tais como Associação Bem Viver, LBV, Lions, Grupo Beneficente Princesa do Sul, além das instituições de longa permanência da cidade.

Quanto à avaliação dos serviços prestados a empresa relata que os idosos tem procurado tais veículos quando se sentem prejudicados, mas que a incidência de reclamações tem diminuído constantemente após as capacitações realizadas.

Quanto aos idosos que necessitem de cuidados especiais a instituição atua em parceria com a prefeitura municipal por meio do programa “Ir e Vir” que consiste na disponibilidade de duas vans adaptadas somente para o transporte de pessoas com deficiência a consultas médicas, fisioterapia, e passeios quando pré-agendados para o Centro de Convivência Vida Ativa, atualmente 280 idosos utilizam este serviço.

Já SEST/SENAT é uma instituição que possui a natureza não governamental e sem fins econômicos, tendo as ações voltadas ao idoso direcionadas ao setor de transporte, entretanto, é importante destacar que é feito atendimento a toda comunidade. Direcionado a tal demanda a instituição conta com os profissionais nas áreas de: coordenação, psicologia, fisioterapia, educação física, pedagoga e salva vidas. Dentre as principais atividades direcionadas aos idosos estão às comemorações as datas referenciadas a esta demanda, campanhas diversas (meio ambiente, saúde do idoso, semana do trânsito) além de passeios para pontos turísticos do sul do Estado do Espírito Santo.

Os critérios para participarem das atividades supracitadas é ter mais de 60 anos e o pagamento de uma mensalidade de R\$10,00 reais ao mês sendo ofertados os serviços de: Hidroginástica; Ginástica localizada; Aula de artesanato; informática; mobilidade no trânsito; sobre meio ambiente; Canto/ coral.

Destaca-se que estas ações são planejadas e não ocorrem ao mesmo tempo, tendo período esporádico de execução.

7 CAPITULO V: O CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Após apresentada a rede de atendimento ao idoso do município de Cachoeiro de Itapemirim (capítulo III e IV) passou-se para a análise do processo de construção da Política Municipal do Idoso do Município.

O interesse para a construção de uma política visando atender os interesses dos idosos no município analisado partiu dos próprios idosos da região. Foram realizados vários encontros com o atual prefeito municipal onde os idosos solicitaram a construção de uma política que levasse em conta a realidade dos idosos do município. Assim, institui-se um 'novo' modo de fazer política social "Pelo qual se imputa a lógica do público não estatal na cultura e nas práticas organizacionais, e esvazia-se o caráter público, e como tal, universal, na prestação de serviços sociais e execução de políticas sociais" (GUERRA, 2005, p. 8). Segundo dados coletados com os técnicos foram realizadas reuniões da comissão de elaboração de construção desta política onde foi feito o mapeamento da rede de atendimento ao idoso seguindo os critérios apresentados nos capítulos anteriores. As instituições que se enquadraram no critério elaborado foram contatadas pela comissão.

Tal resultado motivou a realização de dois eventos com objetivo de unir os serviços e prestá-los para toda a população de uma só vez. Dessa forma, segundo relato dos técnicos foi pensada e elaborada a comemoração do dia Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim, um dia em que todos os serviços apresentados neste trabalho puderam se apresentar aos idosos presentes. Segundo registro, o evento ocorreu no dia 27 de setembro de 2013 onde, de acordo com a lista de atendimento que cada serviço elaborou cerca de 429 idosos foram atendidos. A maior parte procurou os serviços de saúde promovidos pela SEMUS, UNES e Lions Clube *Frade e a Freira*, e as atividades físicas promovidas pela SEMESP e pela SEMDES. Segundo os organizadores foram realizadas também palestras educativas sobre os direitos e deveres dos idosos pela SEMDES, SEMDEF, São Camilo, UNES. De acordo com a comissão organizadora, as instituições de longa permanência levaram os idosos abrigados que participaram apresentando as respectivas

instituições onde estão internados. Também foram apresentadas atividades culturais tais como danças e músicas.

Outro evento realizado foi o ciclo de palestras promovido pela comissão de elaboração da Política Municipal, do Idoso com apoio do Conselho Municipal do Idoso onde se lembrou dos 10 anos do Estatuto do Idoso. O evento foi realizado no auditório da União Social Camiliana e contou com a participação de aproximadamente 300 idosos que puderam discutir junto aos palestrantes do evento os avanços e desafios do Estatuto na sociedade brasileira (APENDICE A: Programação do dia municipal e dia internacional do idoso).

Abreu (1999, p. 64, grifo do autor), disserta sobre as ações de convencimento do capital com fins de alcançar pelo meio da estrutura estatal a criação por meio de mediações de uma “Nova relação capital/trabalho, consubstancia-se na superação dos antagonismos entre classes, e no estabelecimento da colaboração entre elas, na qual a parceria e as soluções negociadas constituem a base dessa ‘nova’ relação.” O que não significa afirmar o fim destes antagonismos, mas sim a amenização de conflitos por meios dos personagens envolvidos neste processo.

Segundo observações em campo, após a realização dos eventos foram elaborados e aplicados os questionários para as instituições elencadas. Os resultados foram discutidos em reunião com as instituições e secretarias municipais, além do COMICI, gerando a Cartilha de Serviços da Rede de Atendimento a Pessoa Idosa de Cachoeiro de Itapemirim que atualmente encontra-se em fase final de organização de sua arte em gráfica.

A partir de relatos da comissão organizadora na mesma reunião se pensou em propostas de temas a serem contemplados pela Política Municipal do Idoso da cidade. A partir de observações de campo verificou-se que entre os principais destaques pensados pelos representantes das secretarias municipais pesquisadas está: a emergência de ações que priorizem a descentralização político administrativa; a maior parte dos representantes considera que os serviços que desenvolvem ao idoso são importantes e precisa ser divulgado, neste sentido descentralizar os serviços requer compreender como cada uma funciona, mas antes de qualquer coisa, organizar debates junto com a comunidade para que assim se

possa conhecer realidades e serviços. Uma ação sugerida foi à formação de um sistema de informações permitindo a divulgação da política e do funcionamento dos serviços de cada secretaria e instituição.

Pode-se observar que todos os representantes das secretarias reconhecem a importância que as instituições de atendimento ao idoso possuem e neste sentido defendem capacitações e reciclagem dos recursos humanos destas instituições especialmente nas áreas próprias do conhecimento da demanda como a geriatria e a gerontologia.

Outra indagação que também se pode constatar no campo de pesquisa está na formação de grupos de estudo sobre esta problemática, a fim de auxiliar os conselhos de direitos e a prática dos funcionários que tratam desta demanda dentro dos espaços públicos.

“É neste contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge, sob novas formas, a chamada ‘questão social’, a qual se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado [...] É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77)

Os representantes da pesquisa também consideram relevante a disponibilidade de recursos financeiros de suas secretarias para o atendimento específico desta demanda. Dessa forma defendem que o tema seja incluído especialmente na construção de planos de ação e do PPA (Planejamento Plurianual) das secretarias municipais.

A organização de campanhas, seminários, palestras de orientação acerca dos direitos da pessoa idosa foi uma sugestão de ação a serem desenvolvidas, entretanto, as secretarias cobram mais participação das instituições e principalmente dos idosos. Reconhecem que não abrem espaço suficiente para que isso ocorra, e defendem a abertura destes espaços, pois em sua maioria, acabam realizando tais atividades somente em datas comemorativas como o dia internacional do idoso ou em campanhas como o dia de combate a violência a pessoa idosa. E a partir das discussões feitas passam a valorizar a atuação também dos outros atores que compõe o poder local.

Segundo relato verbal registrado na pesquisa de campo, dentre as indagações mais importantes dos representantes das instituições de referência no atendimento aos idosos da cidade está na promoção e fortalecimento dos espaços de convívio de forma que tal ação leve em conta a integração do idoso com outras gerações, uma vez que se considera o mesmo muito isolado de outras faixas etárias.

Seguindo esta prerrogativa, um questionamento das instituições foi à promoção, participação e integração das instituições representativas dos idosos em espaços de avaliação de políticas não se limitando apenas a participação em conselhos de direitos, e na comissão de construção da política municipal do idoso.

Outro questionamento registrado na pesquisa de campo por meio do relato verbal está na forma tal como as ações voltadas ao idoso são organizadas na cidade, se defende a formação de espaços de discussão sobre o tema, além de apontamentos quanto à importância de se pensar em uma política específica para a pessoa idosa, não como uma forma de compensação a estes sujeitos, mas como fortalecimento de uma política a ser utilizada pelas futuras gerações.

Entre as sugestões imediatas indicadas para amenizar a problemática dentro das instituições de longa permanência da cidade está na necessidade em se ter assistentes sociais e psicólogos nas instituições, e que este profissional esteja em contato com os hospitais da cidade, uma vez que boa parte da demanda de idosos abrigados pode não ter vindo diretamente do hospital, mas por lá esteve e a institucionalização acaba sendo a alternativa mais fácil para o familiar após a alta do idoso, haja vista que não se apresentou alternativas. Entre elas destaca-se: a contratação de cuidador de idosos, sensibilização do familiar sobre a importância do idoso e seu convívio social e familiar (caso o idoso seja dependente de cuidados especiais), estímulos à participação do idoso na comunidade por meio de centros de convivência (caso o idoso seja independente, ou semi-independente).

Os representantes relatam que a necessidade dos profissionais supracitados se justifica uma vez que não se pode culpar a família se esta não tem informação, devendo a mesma ser responsabilizada a partir do momento que está munida de orientações necessárias. O abandono/ negligência apresentados podem estar ocorrendo pela ausência destas informações, seja no âmbito hospitalar, pelas

dificuldades com a elevada demanda, seja no âmbito do abrigo institucional pela ausência de profissionais capacitados para esta função.

Foi cobrado pelas instituições o incentivo de seus idosos frequentadores e residentes em telecentros comunitários, salas de alfabetização, além de outros espaços que possam vir a estimular a aprendizagem.

5.1. A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL

Outro aspecto fundamental para a construção da política municipal do idoso muito observado no campo e que merece a análise dos dados neste trabalho foi à participação dos idosos dentro deste processo. Tal participação ocorreu por meio do projeto *Idoso Cidadão nas Comunidades*, desenvolvido pelo serviço social do Centro de Convivência Vida Ativa.

Tendo como referência Gandim, (2001, p. 89), pode-se constatar que quando se busca a construção de um projeto sobre diversos olhares, “Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado”. O que para o idoso é condição sine qua non para o alcance de sua autonomia e consciência crítico-política provocando um envelhecimento bem sucedido (BORGES, 2002). Cabe destacar que o resultado desta participação possibilita, sobretudo, ao pesquisador o olhar sobre a real necessidade do indivíduo. “é exercício, é movimento (...) “um processo de aprendizagem social na construção de novas formas de relação, contribuindo para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos.” (BRUNO, 2003, p. 75)

Cachioni (2003) e Alves Júnior (2004) apresentam a inexistência de uma pedagogia exclusiva para esta fração populacional e os problemas em lidar com as diferenças entre eles, havendo uma necessidade em se discutir sistematicamente os fundamentos e as práticas apropriadas para os idosos que podem ser submetidos a atividades que não condizem com suas expectativas, necessidades e problemas, se diferenciando de um modelo de escolarização dos conteúdos, ao não infantilizar as atividades.

Segundo observação de campo e análise de dados do campo empírico, no que concerne à execução do projeto Idoso Cidadão nas Comunidades, no dia do evento, próximo ao local de sua realização, é organizado uma caminhada conduzida pelo fisioterapeuta e pelos estagiários de educação física do Centro de Convivência Vida Ativa, tendo a participação dos idosos frequentadores da instituição e da comunidade. Nesta caminhada a população é chamada a participar da atividade. No local do evento é disponibilizada uma caixa de sugestões e uma ficha de avaliação do evento, além de uma pessoa com papel e caneta orientando os idosos. O objetivo desta iniciativa é aproximar o centro de convivência ainda mais da realidade de seus usuários.

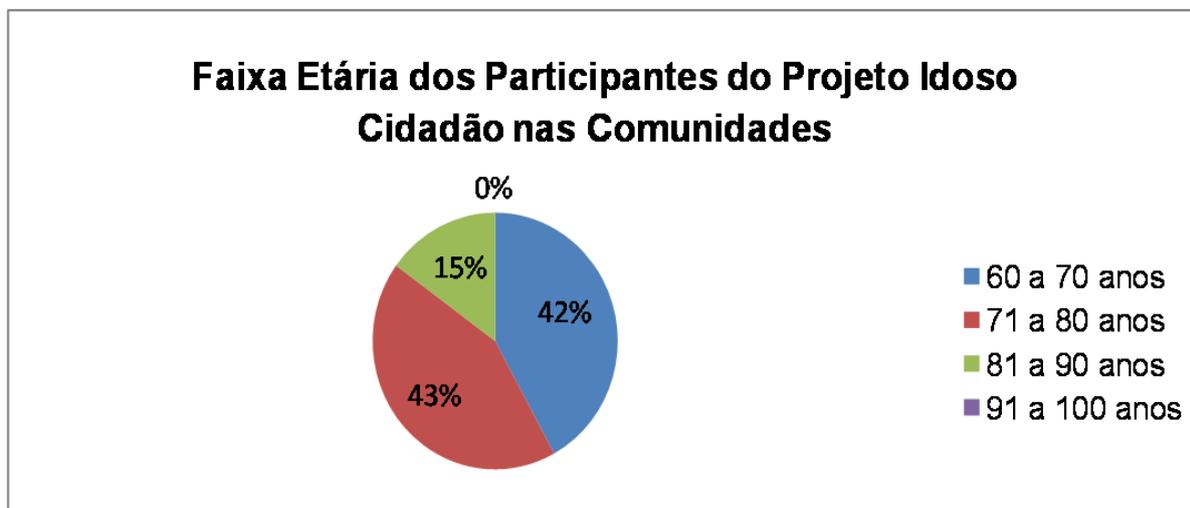
A apresentação é feita de forma lúdica contando com a participação da equipe de teatro do Centro de Convivência e conduzida pelo serviço social da instituição. Aborda os seguintes temas: **“Idoso e a História”**-apresenta dados sobre o envelhecimento mundial; **“O Idoso e sua Família”**- onde é discutida a importância da convivência do idoso com seus familiares; **“Benefícios que você tem e às vezes não sabe!”** – apresenta os direitos, deveres e benefícios assistenciais voltados à população idosa focando a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso; **“SEMDES (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) e seus serviços”**- são apresentados os serviços da SEMDES enfatizando os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); **“Outros Serviços da Prefeitura”** – apresenta-se brevemente o que as demais secretarias de prefeitura desenvolvem no que tange ao atendimento a pessoa idosa. Cabe ressaltar que a apresentação é sujeita à participação dos ouvintes que podem a todo o momento levantar questionamentos. Alguns temas apresentados podem ser conduzidos pelos idosos frequentadores, entre eles destaca-se o tema Idoso e sua família.

Aprender a participar é se apoderar de ideias, de hábitos e habilidades com um novo padrão de comportamento, e isso é possível ao longo de toda a nossa vida. É por meio de um processo de educação permanente e de educação para a saúde que os usuários de nossos serviços podem assumir uma nova posição frente às situação de seu cotidiano, desenvolvendo potencialidades muitas vezes adormecidas, novas habilidades, além de acionar a capacidade de crítica, de organização e luta pela garantia de direitos em nossa sociedade. (BRAVO, 2006, p.144)

De modo geral os assistentes sociais comprometidos com os interesses dos segmentos que atendem devem observar estas três condições, desde o momento que o idoso acessa o programa quer seja de grupo de convivência ou grupos de idosos em ambulatórios. (BRAVO, 2006, p.144)

Quanto ao quantitativo de idosos que até o presente momento participaram do projeto, verifica-se a partir de dados da SEMDES que no ano corrente até o momento 62% dos participantes são do sexo feminino e 38% do masculino, o que não se difere do que foi verificado no ano passado. Já a faixa etária dos idosos participantes neste ano é ilustrada a partir do gráfico que segue:

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Participantes do Projeto Idoso Cidadão nas Comunidades.



Fonte: Centro de Convivência Vida Ativa

Segundo observação de campo e análise de dados disponíveis no setor, além de relato verbal dos técnicos de referencia foi observado durante a execução do projeto certo desestímulo dos idosos em participar das decisões políticas, principalmente àquelas elaboradas para a melhoria das condições de vida de suas comunidades.

Os idosos participantes têm uma grande dificuldade em se reconhecer *sujeitos de direitos*, o Estado aparece numa visão *paternalista* como concedente de direitos. A cultura do assistencialismo ainda prevalece, substituindo a noção de “direitos” pelo apadrinhamento e clientelismo.

Além disso, os idosos em sua maioria se organizam em grupos de caráter religioso atrelando o discurso na ajuda ao próximo pela vontade de Deus. Muitos idosos passaram a ter uma noção crítica de direitos e acesso a formas de buscar os mesmos por meio das ações desenvolvidas pelo projeto supracitado e por outras ações que ocorrem nos espaços do poder local.

Boa parte dos idosos participantes do projeto reivindica melhorias na estrutura do local onde vivem, destacam-se as sugestões de reformas de calçadas, espaços de lazer etc, mas os mesmos não apresentam movimentos de mobilização para que suas reivindicações cheguem à prefeitura, considera-se neste sentido a importância da execução do projeto como veículo orientador e mobilizador dos sujeitos sociais.

A teoria do reconhecimento (Taylor, 1994; Honneth, 2003; Fraser, 2001; Fraser e Honneth, 2003) traz uma importante contribuição para que se compreenda a dimensão social dos processos identitários e de construção da autonomia individual. Segundo a argumentação de Honneth (Fraser e Honneth, 2003), são três as esferas do reconhecimento: dedicação emotiva, respeito cognitivo e estima social. Para os indivíduos poderem dispor de suas autonomias individuais, é preciso que sejam reconhecidas socialmente suas necessidades, sua igualdade legal e/ou suas contribuições sociais, pois assim eles conseguem desenvolver uma auto-relação marcada por autoconfiança, auto-respeito e auto-estima. (ALVES; ROSENFELD, 2011, p. 211).

Outro dado levantado pelos idosos descrito na caixa de sugestões e que chamou a atenção durante a execução do projeto diz respeito à violência vivida pela pessoa idosa. Em uma das edições do projeto uma idosa indagou sobre a necessidade de seus familiares e dos demais idosos ali presentes também estarem participando do projeto, alegando que a maior parte dos agressores está dentro de casa e precisam ser orientados e identificados.

Segundo observação participante verificou-se que, se pontuou aos presentes que a orientação aos agressores é importante, contudo, o agredido também precisa

ser orientado, haja vista que este último, na maioria das vezes se cala quando o Poder Público vai a sua residência para apurar a denúncia.

Tal orientação diante deste questionamento se assemelha ao que se visualiza nos trabalhos de Faleiros (2000, p. 34-35, grifo do autor)

O medo de denunciar, de notificar, de entrar na justiça também se instala por receio de que se possam perder vantagens numa troca de favores. Os favores, de fato, beneficiam os dominantes, que podem usar dos mesmos para manter a violência estrutural e a ordem. Não é só pela força bruta que a violência se instala, mas pela insinuação dos mecanismos de favores que são usados não só pelo Estado, mas também pelo crime organizado. O silêncio da vítima, muitas vezes está condicionado pela política miúda de negação da cidadania, que se torna estruturante das relações de poder não só entre dominantes e dominados, mas também entre prestadores de serviços do Estado e usuários (...) esse silêncio está presente na violência contra pessoa idosa, que teme perder certo apoio ou referência de familiares, principalmente filhos, crendo no pacto de apoio mútuo ou de apoio devido pela filiação.

Outra proposta observada no campo de pesquisa e muito reivindicada pelos idosos participantes foi à organização de um local onde se pudessem concentrar os serviços designados a eles, “Gostaria que Cachoeiro tivesse um lugar que atendesse aos idosos em suas necessidades [...] que pudessem concentrar o serviço, tem muita coisa boa aqui que a gente não conhece” (Idosa participante do projeto). Em outras palavras, a criação de um centro de referência para a pessoa idosa que pudesse reunir os principais serviços das secretarias municipais foi uma sugestão muito debatida dentro das edições do projeto.

Compreende-se que esta forma de organização dos serviços se assemelha a todo um histórico de natureza filantrópica ou solidária – Práticas de auxílio mútuo e de mutirão – para diminuir os infortúnios, para aperfeiçoar os recursos comunitários, neutralizar conflitos ou resolver problemas, pontos vividos com iminência pelos idosos durante sua história de vida.

Cidadania é entendida como o direito de participar efetivamente da própria definição de um sistema político: é o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, e que não diz respeito apenas às conquistas legais, mas também inclui a invenção criativa de novos direitos e surge de baixo para cima como uma estratégia dos não-cidadãos (Dagnino, 1994, p. 72)

A de se levar em conta também as reflexões de Marilena Chauí (2006) que também ilumina este debate. A autora compreende a cidadania brasileira em duas

esferas: de um lado a **cidadania passiva**, ou seja, concedida pelo Estado, levando os sujeitos a esperar a garantia dos direitos através da mediação deste, com a função tutelar. Por outro lado, a autora define a **cidadania ativa** como um processo de criação de direitos, de garantia desses direitos e de intervenção, de participação direta no espaço da decisão política. Nesse caso o processo ocorre de forma coletiva, pois, para exercitar a cidadania ativa, é necessário participar da elaboração e decisões da vida social, compreender e saber situar a própria existência e, de forma coletiva, lutar por interesses e benefícios também coletivos.

Os idosos participantes também criticam a forma como são tratados dentro do sistema de transporte coletivo municipal e interestadual relataram que, algumas vezes, a gratuidade no transporte gera transtornos e desconfortos para os usuários idosos. Dentre as queixas estão que muitos motoristas, ao perceberem que somente idosos é que vão embarcar, não param no ponto. Quanto à infraestrutura dos automóveis enfrentam degraus altos nos ônibus e vãos muito grandes entre os trens e as plataformas de embarque. Além disso, o desrespeito dos mais jovens que se sentam nos bancos preferenciais não cedendo lugar.

Os idosos sugeriram que os funcionários das empresas de transporte passem por capacitações diferenciadas e com a participação de idosos. Foi sugerido ainda que as frases que sinalizam os assentos preferenciais nos carros sejam postas de forma mais clara sinalizando a exclusividade do assento ao idoso.

Quanto às instituições de atendimento apresentadas neste trabalho os idosos relatam desconhecer o trabalho desenvolvido por estas. Apresentou-se nas edições do projeto às instituições de atendimento a pessoa idosa existente no entorno dos bairros visitados, observou-se que a instituição mais conhecida entre todos foi o SEST/SENAT, LIONS e o Grupo Beneficente Princesa do Sul e Viação Flecha Branca, sobre esta última, todos os participantes de todas as edições do projeto possuem o Cartão Sênior que garante a gratuidade no transporte coletivo municipal. “Eu e meu esposo frequentávamos o SEST/SENAT” (Idosa participante do projeto). “Conheço o trabalho do LIONS e como eles ajudam os pobres da cidade”. (Idosa participante do projeto).

Outro ponto diz respeito ao Decreto nº 1948 de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei nº 8842/1994, conhecida como a Política Nacional do Idoso e

indica como competência do Ministério da Previdência e Assistência Social, fomentar junto aos Estados, Distrito Federal, Municípios e organizações não-governamentais a prestação de assistência social aos idosos nas modalidades asilares e não-asilares (Art.2º), e explica, logo a seguir (Art. 4º), o que são modalidades não-asilar de atendimento: centro de cuidados diurno; casa-lar; oficina abrigada de trabalho; atendimento domiciliar e centro de convivência e iniciativas surgidas da própria comunidade, que visem à promoção e à integração da pessoa idosa na família e na comunidade, dentre essas iniciativas estão os grupos de convivência de Idosos. Entretanto é interessante notar que nem os idosos e tampouco os integrantes das instituições sabem destas normativas, o que apresenta a necessidade de capacitação dos mesmos para que esses orientem os idosos participantes de suas instituições e da comunidade ao redor destas.

Foi observado que os idosos desconhecem os serviços das demais instituições e quando apresentado brevemente o que cada uma desenvolve chegam a ficar surpresos manifestado interesse em conhecer e participar.

Contribuindo com o tema Mészáros (2002, p. 368) afirma que “O objetivo de tomada de decisão, e a correspondente autoridade não-escrita (ou não formalizada) do capital enquanto um modo de controle real precede à autoridade estritamente delegada”, em outras palavras a possibilidade de participação das camadas populares em movimentos de decisão, promovidos pelo poder público pode acarretar na capacidade de controle dessas instâncias. De fato a ocupação desses espaços não significa o fim das lutas, uma vez que ainda existe a necessidade de legitimação destes movimentos diante dos espaços conquistados e que são tão contraditórios.

A partir da observação participante registra-se que de posse das propostas construídas o conselho municipal do idoso juntamente com a comissão construiu a proposta da Política Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim (APÊNDICE B) e a entregou a Câmara de Vereadores da Cidade que até então não deu prosseguimento com a ação.

Em suma o caminho trilhado para construção da política municipal do idoso de Cachoeiro de Itapemirim segundo os dados apresentados e tratados na pesquisa

ressaltou vários desafios sendo que boa parte destes puderam ser ultrapassados à medida que o processo se configurou.

Segundo os técnicos as reuniões preparadas buscaram uma forma diferenciada de se construir uma política pública, a apresentação da rede de atendimento desta população, que segundo os mesmos, possibilitou não somente conhecer serviços, mas compreender como os idosos interagem com os serviços destinados a eles. Os eventos pensados pela comissão formada pelos técnicos demonstraram uma articulação da rede com o público alvo atendendo suas reais necessidades e compreendendo a importância de se conhecer o usuário da referida rede.

Além disso, a forma de trabalho desenvolvida pela comissão dando ouvidos aos idosos seja pelas caixas de sugestão do projeto Idoso Cidadão nas Comunidades ou pelos questionários das secretarias e instituições de atendimento, pode indicar, uma participação do idoso na construção da política municipal, reivindicando melhorias e sugerindo novos serviços e formas diferenciadas de atendimento.

As propostas pensadas para a construção da política colaboraram com o texto enviado a câmara de vereadores o que se pode considerar um importante avanço frente ao que se pretendia pela comissão. Contudo, tem-se como um dos principais desafios a efetivação prática do que foi proposto em teoria e, sobretudo a continuidade de ações como as que foram realizadas pela comissão de elaboração da política municipal do idoso para que esta não seja somente uma ação isolada na busca de garantias de direitos à população.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de envelhecimento populacional tal como mostrou o trabalho é um caminho sem volta, entretanto, mostra cada vez mais benéfico e gratificante ao idoso, uma vez que este se mostra cada vez mais interessado em participar de decisões políticas, seja por incentivo do poder local seja pelo próprio desejo de estar cada vez mais atuante.

O trabalho mostrou o perfil do idoso brasileiro. Uma população feminina, de baixa escolaridade e que sustenta boa parte de seus familiares com uma renda de um salário mínimo proveniente da aposentadoria ou pensão por morte, fatores que podem vir a prejudicar a participação deste sujeito em decisões políticas. De fato o trabalho apresentado vem mostrar ensaios que ilustram que esta participação, apesar das dificuldades citadas, pode vir a ser possível a partir da orientação dos intelectuais orgânicos de nosso cotidiano, presentes muitas das vezes dentro das instituições que compõe o poder local da cidade. Cabe a estes trabalhadores se verem como intelectuais orgânicos e enxergarem o idoso como um sujeito com importante papel societário e de mudança, afastando discursos que contradizem esta afirmativa.

Ao apresentar a trajetória histórica da cidade de Cachoeiro de Itapemirim verificou-se sua importância política, econômica e cultural para o Estado do Espírito Santo no último século, tal período foi vivenciado por pessoas que hoje são idosas e frequentam os serviços ofertados pelo poder local podendo ser uma das possíveis respostas de nossa pergunta uma vez que participar e atuar significa continuar ativo em uma sociedade que cada vez mais exige isso.

Outra possível resposta pode ser verificada com a execução do projeto Idoso Cidadão nas Comunidades, pois a partir do desempenho do projeto foi observado o quanto os idosos envolvidos demonstravam interesse em buscar seus direitos sendo importantes atores políticos em seus territórios. Muitos questionamentos foram levantados nas reuniões, entre eles destaca-se a ausência de informações sobre a forma de acesso a benefícios, maus tratos a pessoa idosa em hospitais e em suas

residências, e o desejo dos idosos em ter alguma referência na cidade que possa representá-los¹³.

Tais indagações fazem refletir acerca da ação do governo municipal mostrando que este não é independente de outras instâncias de poder da sociedade seja pela repartição de recursos, seja pela repartição de responsabilidades.

Entretanto esta mesma população atravessa por complexas dificuldades tais como: problemas de saúde ocasionados pela idade (hipertensão, artrose, diabetes), questões de caráter familiar (violência, abandono, uso de drogas pelos componentes familiares) além de outras demandas apontadas neste trabalho, que cerceia sua autonomia, integração e participação social e se caracterizam por serem desdobramentos da questão social.

Própria da sociedade capitalista, por meio da questão social é possível identificar as suas manifestações, dentre elas a exclusão social vivenciada pela classe subalterna, objeto de trabalho inerente ao Serviço Social e que se busca evitar com as ações promovidas pela comissão de construção da política municipal. Tal dominação atinge tanto características econômicas quanto políticas como ilustra Yazbek (1999, p. 95) “A subalternidade é aqui entendida como resultante direta das relações de poder na sociedade e se expressa em diferentes circunstâncias e condições da vida social, além da exploração do trabalho.”

No que concerne à construção da política municipal do idoso considera-se que o principal avanço esta na participação do idoso em seu processo. Ponto este que pode vir a influenciar outras categorias a trilharem pelo mesmo caminho, tais como os movimentos de juventude, mulheres, negros, e até mesmo no debate dos desdobramentos da questão social tais como a violência urbana, questão ambiental, dentre outras.

Outro ponto importante para a construção da política municipal é o fato de todos os envolvidos na mesma serem servidores efetivos da prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, tal ponto facilita articulações com outros setores do poder local e garante a continuidade das ações, por mais que as mesmas enfrentem dificuldades.

¹³ Sob este último ponto foi visto que os idosos participantes não conheciam o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa que exerce suas atividades no município desde 2004.

No entendimento dos funcionários, era necessário que essa política não fosse realizada dentro de um gabinete não levando em conta a realidade do público alvo. Defendeu-se a construção de uma política com uma metodologia participativa e que considere o questionamento dos idosos, e a realidade vivida pela própria prefeitura e por instituições que trabalham com idosos no município. Todo o movimento observado desperta os atores locais para a construção da respectiva política. Como analisa Ramos (2005, p.135) em sua definição acerca da importância da pesquisa no âmbito local:

Portanto, o reconhecimento da determinação, em última instância, das relações de classe sobre os processos de consumo coletivo não significa permitir uma análise em que predomine o uso simplificado de processo dedutivo que designe, de forma geral, para os membros de uma mesma classe, um modo de vida, uma “norma de consumo”. Ou seja, há necessidade de se trabalhar, na pesquisa, o conjunto de suas mediações, de seus nexos (tanto no plano teórico quanto empírico), seus movimentos contraditórios e divergentes, de sentido horizontal e vertical, em uma dada realidade sócioespacial e histórica.

Entre as dificuldades visualizadas durante a construção da política municipal destaca-se a visão paternalista e assistencialista de algumas instituições pesquisadas o que se considera ocorrer devido à ausência de capacidade técnica dos componentes, contudo, este entrave não impede as instituições de participar da referida construção. A ausência de técnicos capacitados para referenciar as ações tomadas com os idosos dificulta a transformação de uma visão assistencialista para uma em direção democrática. Tal fato pode vir a prejudicar até mesmo a organização dos idosos em seus territórios para organização de movimentos de lutas por seus direitos, uma vez que os mesmos não sabem a melhor forma e a quem reivindicar seus direitos.

A comissão que organizou a política municipal do idoso considera que a partir da construção da referida política poderá estar promovendo uma forma diferenciada de atendimento e orientação à pessoa idosa, uma vez que será dada a esta população a possibilidade de participar dos serviços oferecidos a ela com a assistência de técnicos de referencia capacitados para isso não deixando de estimular a autonomia integração e participação social do sujeito em seu processo histórico, buscando evitar discursos que não alcancem sua efetividade.

Outra dificuldade que se apresenta é a articulação quase que mínima entre os serviços ofertados pelas secretarias municipais e as instituições de atendimento. Tal fato faz com que todos os envolvidos tenham ações isoladas e muitas vezes similares e que articuladas poderiam atingir mais pessoas e com melhor qualidade. Considera-se que o mapeamento da rede de atendimento da pessoa idosa pode vir a amenizar esta problemática, uma vez que toda a rede passa a se conhecer e questionar sua efetividade e eficiência.

Este é um importante desafio tendo em vista que se formos avaliar a efetivação do RENADI na maior parte dos municípios brasileiros o que irá se encontrar é praticamente a inexistência da mesma, prejudicando assim toda ou qualquer ação em defesa dos direitos da população idosa.

Ainda com relação à articulação entre instituições e secretarias observou-se a ausência de mais encontros, simpósios, palestras sobre o tema envelhecimento e participação democrática dos idosos. Muitas ações se limitam a saúde do idoso e quando realizadas contemplam apenas datas comemorativas como o dia internacional do idoso e datas de campanhas como as de vacinação ou de combate a violência à pessoa idosa além de não serem realizadas em comunhão com os idosos que frequentam os serviços pesquisados. Isso acaba gerando a carência no incentivo à formação de grupos independentes de idosos que acabam tendo caráter mais informativo e lúdico do que diretivo, além disso, cabe destacar que boa parte dos idosos que formam grupos independentes possui uma visão atrelada a religiosidade e a caridade.

Uma opinião comum entre os integrantes da comissão de organização da política municipal do idoso é que muitos idosos passarão a descobrir o que realmente é democracia e as formas de participação política com a efetividade da política municipal do idoso, uma vez que com o fortalecimento e a articulação efetiva da rede, instituições e secretarias municipais poderão minimizar as problemáticas supracitadas. Tem-se como sugestão para novos trabalhos a continuidade de estudos acerca desta temática, especialmente direcionado a efetivação prática da Política Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim e como estão sendo executadas as ações de promoção à participação crítica (sem influência de

discursos caritativos ou religiosos) do idoso em decisões que levem em conta a melhoria das condições de sua qualidade de vida.

Além disso, o aprofundamento dos estudos dos conceitos: autonomia, integração, participação social e poder local elevando os mesmos ao nível de categorias teóricas poderão ser de fundamental importância para a compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos neste processo. Compreende-se que tais categorias aliadas à ação prática dos intelectuais orgânicos defendidos dos Gramsci tende a formar idosos e pesquisadores que além do comprometimento da causa no plano teórico poderão participar politicamente. Sobre esta participação reflete-se que a mesma inclui completa e supera todas as outras modalidades de participação, não colide, nem as rejeita como algo menor. A participação propriamente política realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado.

Prática ético-política, que tem a ver tanto com a questão do poder e da dominação, quanto com a questão do consenso e hegemonia. É mediante a participação política que a *vontade geral* – o pacto social – se objetiva, se recria e se fortalece, fazendo com que certas *desigualdades* entre os homens sejam substituídas por *igualdade moral e legítima* (Rousseau, 1999, p.79).

Por intermédio da participação política, indivíduos e grupos interferem para fazer com que a diferença e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado. Os que participam são partes que desejam ser parte ou tomar parte em algo (TEIXEIRA, 2002, p. 27)

Outra sugestão está na análise das ações desempenhadas pelo Centro de Convivência Vida Ativa e como esta instituição pública poderia extrapolar o que está previsto em suas ações para passar a ser um importante centro de referência para os grupos independentes de idosos, que poderiam surgir com a execução da política municipal, cedendo apoio técnico especializado, espaço para eventos e reuniões, entre outras ações.

REFERENCIAS

ABREU, Marina Maciel. A relação entre Estado e a sociedade civil: questão dos conselhos de direitos e a participação do serviço social. **Serviço Social & Movimento Social**, São Luís, v. 1, n.1, p. 61-76, 1999.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família**: entre abafos e desabafos. Campinas: Alínea, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista a ser celebrada. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n. 75, Especial, 2003.

BOHM, Verônica; CARLOS, Antônio Sérgio. Ser cuidador de idosos: sentimentos desencadeados por esta relação. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 88, jun. 2010.

BORGES, Maria Claudia Moura. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. (Org.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 19 de Jul. 2011.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1993. 123 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Redes estaduais de atenção à saúde do idoso**: guia operacional e portarias relacionadas. Brasília, DF: MS, 2002.

BRASIL. Portaria nº 2.874, de 30 de agosto de 2000. Altera dispositivos da Portaria nº 2854, de 19 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/legislacao-2011/portarias/2000/Portaria%20no%202.874-%20de%2030%20de%20agosto%20de%202000.pdf>>. Acesso em: 12 Abr. 2012.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social (2005). **Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2005. 89 p.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social (2006). **Sistema Único de Assistência Social Norma Operacional Básica – NOB RH/SUAS**. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2006. 90 p.

BRAVO, Maria. Inês. Souza et al. **Saúde e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BREDEMEIER, Sonia Mercedes Lenhard. Conselho do Idoso como espaço público. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 75, p. 123, 2003.

BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n. 75, p. 74-83, 2003.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Karim. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano II, n. 2, p. 65, 2003.

CALDAS, Cecília Pereira. **A saúde do idoso: a arte de cuidar**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

CACHIONI, Meire. Universidade da terceira idade: das origens a experiência brasileira. In: Néri, Anita Liberalesso; Debert, Guita Grin (Org.) **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES). Secretária de Desenvolvimento Social. **Relatório anual**. Cachoeiro de Itapemirim: Secretária de Desenvolvimento Social, 2014.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES). Secretária de Esporte e Lazer. **Relatório anual**. Cachoeiro de Itapemirim: Secretária de Esporte e Lazer, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia. **Muito além dos 60: em que condições a vida se alonga no Brasil?** Rio de Janeiro: IPEA 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas pública. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.) **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60 anos?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CERQUEIRA, Ana Tereza de Abreu. Ramos; OLIVEIRA, Nair Isabel Lapenta. Programa de apoio a cuidadores: uma ação terapêutica e preventiva na atenção à saúde dos idosos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-150, 2001.

CERVO, Luiz. Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice hall, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CRESS. **Assistente social: ética e direitos: coletânea de leis e resoluções.** 4. ed. Rio de Janeiro, fev. 2012.

DALLARI, Dalmo A. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

DOWBOR, Ladislau - **O que é poder local.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Reprodução social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ESPÍNDOLA, Cybele Ribeiro; BLAY, Sérgio Luís. Prevalência de maus tratos na terceira idade: revisão sistemática. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 301-306, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência contra pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressões.** Brasília, DF: Ed. Universa, 2007.

FERRAZ, Aidê Ferreira; PEIXOTO, Marisa Ribeiro Barros. Qualidade de vida na velhice: estudo em uma instituição pública de recreação para idosos. **Revista Escola de Enf USP**, São Paulo, v. 31, n. 82, p. 316-38, ago. 1997.

FIGUEIREDO, Nébia Maria de Almeida; TONINE, Tereza. **Gerontologia: atuação de enfermagem no processo do envelhecimento.** São Paulo: Yendis, 2006.

FONSECA, Maria Mesquita da; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Violência contra o idoso: suportes legais para a intervenção.** Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2.2.4/index.php/psicologia/article/view/3230/2592>. Acesso em: 13 Abr. 2012.

FONSECA, João. José. Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Hilda Maria Barbosa de. Significados que os profissionais de enfermagem atribuem ao cuidado de crianças institucionalizadas com aids. **Texto contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 43, set. 2010.

GANDIM, Danilo. **A prática do planejamento participativo.** Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, Antonio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA. Yolanda. A racionalidade das formas de enfrentamento da questão social: o público e o privado no Brasil (do) real. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2, 2005, São Luís. **Anais...** Maranhão: UFMA, 2005. CD-ROM.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Educação não formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDFARB, Délia. Catullo. A violência na velhice: magnitude e subjetivação. In: FERNANDES, Beatriz Silvério; FERNANDES, Waldemar José (Org.). **Anais: III**

Encontro luso-brasileiro de grupanálise e psicoterapia analítica de grupo, II Encontro luso-brasileiro de saúde mental e I Congresso de psicanálise das configurações vinculares. Guarujá: 1995, p. 209-211.

GONÇALVES; Marlene. A reinvenção da velhice: socialização e Reprivatização do envelhecimento. Pro-Posições, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 53, maio/ago. 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRIMLEY, Evans John. Prevention of age-associated loss of autonomy: epidemiological approaches. J Chronic Dis, New York, v.3, n. 2, p. 177, 1984.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HADDAD. Eneida Gonçalves de Macedo. **Idosos**: do assistencialismo ao direito. Revista Latino Americana de Enfermagem. Brasília, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade**. Disponível em: <http://www.ibge.gov/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 27 Maio 2013.

LADISLAU, Dowbor. **O que acontece com o trabalho**. São Paulo: SENAC, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, MARINA de Andrade. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOPES, Andrea. **Os desafios da gerontologia no Brasil**. Campinas: Alínea, 2000.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Educação física**: a arte da mediação. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro antigo**. Cachoeiro de Itapemirim: Gracial, 1992.

MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro antigo**. Cachoeiro de Itapemirim: Gracial, 1999.

MENDES, Márcia Regina Silvério Santana Barbosa et al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. Revista ACTA Paulista de Enfermagem, São Paulo, v.18, n. 4, p. 25, out./dez. 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora da UNICAMP, Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosa. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p. 783-791, maio/jun. 2003.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro; Abrasco, 1999.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, Edgar Nunes. **Princípios básicos de geriatria e gerontologia**. Belo Horizonte: Coopmed, 2008.

NASCIMENTO, Igor Gaspari. O Centro de Convivência Vida Ativa e sua contribuição para construção da política municipal do idoso de Cachoeiro de Itapemirim. **Anais**: VII Encontro Nacional de Política Social. Vitória, UFES 2012.

NASCIMENTO, Igor Gaspari. O Projeto Idoso Cidadão nas Comunidades e a sua Importância na formação crítica dos sujeitos envolvidos. **Anais**: I Encontro Nacional de Trabalho, Política Social e Serviço Social. Alagoas, Faculdade Integrada Tiradentes 2013.

NERI, Anita Liberato. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papiros, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Grupos, teoria e prática**: acessando a era da grupalidade. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PAPALEO NETTO. Matheus. **Gerontologia**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1986.

_____. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 2-12.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez. 2007.

PAZ, Serafim Fontes. **Dramas, cenas e tramas**: a situação de Fóruns e Conselhos do idoso no Rio de Janeiro. 2001. 763 f. Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

PEIXOTO, Cecília Pereira. De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos. In: VERAS, Renato Peixoto (Org.). **Terceira idade**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMOS, Paulo. O direito à velhice. Tese de doutorado em Direito Constitucional. PUCSP, 2001.

RAMOS, Maria Helena Rauta et al. **Preservação do meio ambiente e questão urbana em cidades brasileiras**. In: Seminário: A questão ambiental urbana: experiências e perspectivas, Brasília, 2005.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34: projeto e ação política: história social. Campinas: IFCH-Unicamp, nº 2, 1995.

RIOS, José Arthur. Participação. In: SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987. p. 869-70.

ROSENFELD, Cínara Lerrer; ALVES, Daniela Alves de. **Autonomia e trabalho informal**: o teletrabalho. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/218/21819114006.pdf>>. Acesso em: 12 Abr. 2012.

SILVA, Maria Osarina Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: Veras, 2001.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SUGAHARA, Gustavo Toshiaki Lopes. O perfil do idoso brasileiro. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 134, dez. 2005.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury; OLIVEIRA, Jaime Antônio de Araújo. **(Im)previdência social**: 60 anos de história da previdência social no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

THOBER, Evelise; CREUTZBERG, Marion; VIEGAS, Karin. Nível de dependência de idosos e cuidados no âmbito familiar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 6, n. 48, p. 111, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n. 75, p. 5-18, 2003.

VERONEZI, Rafaela Julia Batista; DAMASCENO, Benito Pereira; FERNANDES, Yvens Barbosa Funções psicológicas superiores: origem social e natureza mediada. **Revista Ciências Médicas**, Campinas, v. 14, n. 6, p. 537-541, nov./dez. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo**. Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: CEAD, p. 89 - 99 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário de Avaliação da Política Municipal de Atenção ao Idoso do Município de Cachoeiro de Itapemirim

(Secretarias)

Preenchimento do questionário: ____/____/2013.

Técnico responsável pelo preenchimento _____

Telefone de Contato: () _____; () _____

Email: _____

I – DADOS SOBRE A SECRETARIA E SEUS SERVIÇOS

1- Existe algum setor desta secretaria que possui seu serviço e/ou projeto voltado especificamente ao atendimento à pessoa idosa? Caso sim, especifique o nome do serviço, informe o setor, telefone e e-mail do responsável e os profissionais envolvidos.

2- A Bairros/distritos que não são atingidos por esse serviço/ projetos? Caso sim, quais?

3- Existem serviços ou grupos que não são voltados à população idosa mais conta com a sua participação? Caso sim, informe os grupos, seus responsáveis, telefones, e-mails, e a relação de participantes de possível.

4- A secretaria organiza individualmente eventos específicos à população idosa? Onde e como o mesmo costuma ser realizado?

5- Existem ações que são voltadas às famílias dos idosos? Se sim quais?

6- A secretaria possui novos serviços e/ou projetos a executar em 2012? Caso sim quais?

7- Existe algum mecanismo de avaliação dos serviços prestados por essa secretaria em que a pessoa idosa possa se manifestar? Sem sim como este é realizado?

II – RELAÇÃO INTERSETORIAL

1- Existem projetos ou atividades desta secretaria com outras secretarias da prefeitura que tratam do atendimento a pessoa idosa? Quais? Especifique as atividades:

APÊNDICE B - Questionário de Avaliação da Política Municipal de Atenção ao Idoso do Município de Cachoeiro de Itapemirim

(Instituições)

Preenchimento do questionário: ____/____/2013.

Técnico responsável pelo preenchimento _____

Telefone de Contato: () _____; () _____

Email: _____

I-INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS:

Nome da Instituição/Entidade:

1-Endereço: _____

Nº _____ Bairro _____ Complemento: _____

Cep: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Data de Fundação: ____/____/____.

CNPJ: _____

Horário de Funcionamento: _____

Dias da Semana: _____

Qual a Natureza da Instituição?

- () Público Municipal
- () Público estadual
- () Público Federal
- () Não Governamental – sem fins econômicos
- () Particular

2- A Instituição participa de conselhos municipais? Caso sim diga o(s) nome(s) do(s) representante(s) e o(s) conselho(s) que participa:

3- Quais os Recursos Humanos da Instituição?

Profissional	Quantidade	Horas Trabalhadas	Principais Funções

4- A instituição constrói todo início ano um plano de ação para nortear suas atividades? Quais as principais atividades elencadas?

5- A instituição participou de capacitações, seminários, cursos nos últimos dois anos?

II – DADOS SOBRE A INSTITUIÇÃO E SEUS SERVIÇOS

1-No ano de 2010/11 quais as principais atividades realizadas pela instituição:

2- Quais os Critérios para o acesso dos usuários à Instituição?

3- Quem encaminha a maior parte dos usuários da instituição?

- 4- Os usuários são estimulados a participar de espaços de lazer, saúde, cidadania e participação popular? Como?
- 5- Os usuários possuem espaços/instrumentos de avaliação dos serviços prestados pela instituição? Como isso é feito?
- 6- Os usuários participam das decisões da diretoria com relação à instituição?
- 7- Quantos idosos a instituição atende? Existem dados quantitativos sobre estes atendimentos: caso sim, informe como o serviço é executado?
- 8- Existem serviços ou grupos que não são voltados à população idosa mais contam com a sua participação? Caso sim, informe os grupos, seus responsáveis e a relação de participantes.
- 9- Existe algum trabalho realizado com as famílias dos idosos? Como ele é feito?

III – RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

- 1- Existem projetos, eventos ou atividades realizadas por esta instituição em parceria com outras instituições para o atendimento a pessoa idosa? Quais? Especifique as atividades:

- 2- Existem projetos, eventos ou atividades realizadas por esta instituição em parceria com o poder público (Município, Estado, União) para o atendimento a pessoa idosa? Quais? Especifique as atividades. Caso não tenha, em que o poder público poderia auxiliar a Instituição?

APÊNDICE C - Relação de Grupos do Programa Comunidade Esporte e Saúde

	BAIRRO	ESTAGIÁRIOS	DIAS	IDOSOS
01	Abelardo Machado	02	3ª e 5ª	25
02	Aeroporto	02	2ª e 4ª	39
03	Agostinho Simonato	01	2ª e 4ª	22
04	Alto Amarelo	01	3ª e 5ª	30
05	Amaral	02	3ª e 5ª	20
06	Aquidaban	01	2ª e 4ª	50
07	BNH de Baixo	01	2ª e 4ª	20
08	Centro (Praça de Fátima)	04	2ª a 6ª	30
09	Coronel Borges	02	3ª e 5ª	30
10	Córrego dos Monos	01	2ª a 6ª	08
11	Epídio Volpini (Valão)	02	2ª e 4ª	12
12	Ferrovários	01	3ª e 5ª	30
13	Gruta	02	3ª e 5ª	05
14	IBC	02	3ª e 5ª	40
15	Jardim Itapemirim	01	3ª e 5ª	53
16	Monte Belo	01	3ª e 5ª	14
17	Nova Brasília	01	3ª e 5ª	23
18	Otton Marins	01	2ª e 4ª	100
19	Paraíso	02	2ª e 4ª	30
20	Rubem Braga	02	3ª e 5ª	10
21	São Geraldo	02	2ª e 4ª	120
22	Santo Antonio	01	4ª	30
23	Teixeira Leite	01	3ª e 5ª	17
24	Tijuca	02	2ª e 4ª	12
25	União	01	2ª e 4ª	21
26	Vila Rica	02	3ª e 5ª	34
27	Zumbi	02	2ª a 6ª	24

APÊNDICE D - Relação dos Grupos orientados pela SEMUTHA

RELAÇÃO DOS GRUPOS ORIENTADOS PELA SEMUTHA			
BAIRRO/NOME DO GRUPO		ATIVIDADE DESENVOLVIDA	MAIORIAS DE COMPONENTES DO GRUPO SÃO IDOSOS?
01	Burarama	Artesanato	Sim
02	Cooperativa Gilson Carone	Costura	Sim
03	Ecovida – Pastoral Ecológica (Centro)	Artesanato	Não
04	Feirinha da Praça (Centro)	Artesanato e Costura	Sim
05	Grupo Coramara	Reciclagem	Não
06	Itaóca	Bordado/ culinária/ artesanato	Sim
07	Mercado Municipal (Amarelo)	Artesanato	Sim
08	Pacotuba	Costura	Sim

APÊNDICE E: Programação do dia municipal e dia internacional do idoso.

Rede de Apoio e atendimento a Pessoa Idosa

SEMEDES - (Desenvolvimento Social) - CRAS, CREAS, Centro de Convivência e Central Cad Único (orientações sobre BP/C/IOAS, Carteira Informativa do Idoso, Bolsa Família, entre outros);

SEMUS (Saúde) - Apresentação da Política Municipal de Saúde do Idoso e oferta de Pressão e Glicose;

SEMUTHA (Trabalho e Habitação) - Informação sobre trabalho e Habitação para idosos;

SEMDEF - (Defesa Social) - Educação para o trânsito aos idosos e informação sobre cartão estacionamento do idoso e sua utilização;

SEMDEC - (Desenvolvimento Econômico) - Apresentação do Projeto de Ciência e Tecnologia voltado ao idoso;

SEMESP - (Esporte e Lazer) - Apresentação do Projeto Melhor Idade Ativa e divulgação dos demais serviços;

SEMAG - (Agricultura e Abastecimento) - Divulgação dos principais serviços da secretaria que tem o idoso como integrante;

SEMOCULT (Cultura) - Apresentação dos projetos em que os idosos estão envolvidos;

SEMURB - (Desenvolvimento Urbano) - Apresentação do PDM (Plano Diretor Municipal) e sua aplicabilidade ao idoso;

SEME - (Educação) Informações sobre Projetos de alfabetização para terceira idade;

IPACI - Serviços oferecidos aos idosos Aposentados e Pensionistas do Prefeitura;

Asilo João XVIII, Lar Adelson Rebello, Lar Nina Arveria, Vila Aconchego - Prestar informações a população sobre o funcionamento da instituição, mostrar o a população a importância da inclusão de seus idosos na comunidade. (Ver os idosos obrigados)

Associação Bem Viver - Apresentar as atividades desenvolvidas durante os seus 18 anos de funcionamento.

Grupo Beneficente Princesa do Sul - Apresentar o grupo beneficente e as ações voltadas aos idosos que a mesma já fez e faz.

LBY - Apresentar a associação e os serviços voltados ao idoso.

Centro Universitário São Camilo - Apresentação das Atividades que são desenvolvidas pelos cursos de graduação para os idosos da cidade;

Flecha Branca - Contador Integrado - Passa Municipal "Cartão Melhor Senior" e Projeto Ir e Vir;

SEST/SENAT - Apresentar seus serviços voltados ao idoso;

DIA MUNICIPAL DO IDOSOS

27 DE SETEMBRO



Cachoeiro de Itapemirim
Quem te ama, torce e trabalha para der certo.

PROGRAMAÇÃO

Dia Municipal do Idoso 27 de setembro de 2013

07h00 - Projeto Melhor Idade Ativa (SEMESP): Ginástica laboral com os idosos.

08h00 - 10h00 - Apresentação Cultural: ADELTI - Associação Dança Esporte e Lazer da Terceira Idade (Grupo Emoções) Execução: Projeto Idoso Cidadão nas Comunidades.

Apresentação: Igor Gaspari Nascimento - Assistente Social UFF - Mestrando Políticas Públicas e Desenvolvimento EMESCAM.

08:30 às 12:00 - Orientações aos Idosos e a Comunidade (ver anexo)

Forró - Roniel Cardoso Show

Local - Circo da Cultura.

12h30 - Encerramento

19:30 - Programa Parroro na TV na rede SIM Brasil -

Tema: Dezanos do Estatuto do Idoso: Avanços e Desafios.

1 de outubro - Dia Internacional do Idoso

Mesa Temática - 10 Anos do Estatuto do Idoso: Avanços e Desafios

01/10/2013

AUDITÓRIO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

07h30 - Credenciamento

08h00- Café da Manhã

08h30 - Apresentação Cultural: Grupo de Teatro do Centro de Convivência e

Curso de Psicologia da São Camilo/ES

09h00 - Mesa Temática:

Conhecendo e discutindo Políticas Sociais no Brasil: quem é o idoso Brasileiro?

Palestrante: Igor Gaspari Nascimento - Assistente Social UFF e Mestrando em

Políticas Públicas e Desenvolvimento - EMESCAM.

Direitos Humanos na Perspectiva da Pessoa Idosa. Palestrante: Perly Cipriano Subsecretário

de Direitos Humanos da SEADH (Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos)

O Estatuto do Idoso e a Complementação das Políticas Anteriores. Palestrante:

Dr. Cesar Albenes de Mendonça Cruz - Mestre em Educação pela UFES e Doutor

em Serviço Social UERJ

Secretaria de Desenvolvimento Social e a construção da Política Municipal do Idoso.

Palestrante: Leonardo Pacheco Pontes - Secretário de Desenvolvimento

Social de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

12h00 - Debate.

12h30 - Encerramento.

19h30 - Programa Parroro na TV na rede SIM Brasil -

Tema: Dezanos do Estatuto do Idoso: Avanços e Desafios.

APÊNDICE F: Proposta de Projeto de Lei (Política Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim)

Política Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim

CONSIDERANDO a necessidade de garantir os direitos sociais dos idosos e assegurar a promoção de sua autonomia, integração e participação na sociedade;

CONSIDERANDO para a construção da Política Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim as deliberações contidas nas três Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais sobre os direitos da Pessoa Idosa ocorridas no município.

CONSIDERANDO que tal política foi elaborada a partir de uma comissão formada por profissionais da Prefeitura Municipal, tendo como norte informações prestadas pelas secretarias municipais e instituições de atendimento a pessoa idosa da cidade;

CONSIDERANDO que na construção desta política também participaram a sociedade civil representada pelas instituições de nossa cidade que possuem em sua demanda o atendimento voltado para a pessoa idosa e os idosos frequentadores de alguns serviços da prefeitura municipal.

CAPÍTULO I

Da Política Municipal

Art. 1º A Política Municipal do Idoso tem por objetivo definir não só ações e estratégias, bem como mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação das ações que garantam os direitos sociais da população idosa do Município de Cachoeiro de Itapemirim e assegurem a promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, além de:

1. viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, integrando-o nas demais gerações;
2. promover a participação e a integração do idoso, por intermédio de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
3. priorizar o atendimento ao idoso, por meio de suas famílias, em detrimento ao atendimento asilar, à exceção daqueles que não possuam condições de garantir sua sobrevivência;
4. descentralizar as ações político administrativas;
5. capacitar e reciclar os recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia;
6. implementar sistema de informações que permita a divulgação da política dos serviços oferecidos, dos planos e programas em cada nível de governo;
7. estabelecer mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

8. priorizar o atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços;
9. apoiar estudos e pesquisas sobre as questões do envelhecimento.

Parágrafo Único - Na execução desta política, cumprir-se-ão as diretrizes da legislação federal vigente e a pertinente à Política Nacional do Idoso, como estabelece a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.948, de 3 de julho de 1996.

CAPÍTULO II

Dos Princípios e Diretrizes

Art. 2º Na execução da Política Municipal do Idoso observar-se-ão os seguintes princípios:

1. o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar ao idoso todos os direitos inerentes à cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida;
2. o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
3. o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
4. o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das informações a serem efetivadas mediante essa política;
5. as diferenças econômicas, sociais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano, deverão ser observadas pelo poder público e pela sociedade em geral, na aplicação deste Decreto.

Art. 3º Para viabilização dos objetivos da Política Municipal do Idoso, com base na especificidade da população idosa do Município de Cachoeiro de Itapemirim, serão disponibilizados atendimentos nas seguintes áreas:

1. de Desenvolvimento Social;
2. de Saúde;
3. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
4. de Trabalho e Habitação, Desenvolvimento Urbano e Defesa Social;
5. do IPACI

Parágrafo Único: As Secretarias das áreas de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Trabalho e Habitação, Desenvolvimento Urbano, Defesa Social, Desenvolvimento Econômico, IPACI, devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando à execução de projetos, obras e financiamento de programas municipais compatíveis com a Política Municipal do Idoso.

CAPÍTULO III

Das Ações Governamentais

SEÇÃO I

Do Desenvolvimento Social

Art. 4º Compete a Secretaria de Desenvolvimento Social

1. prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas e especiais do idoso, com a participação da família, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
2. estimular a criação de alternativas para atendimento ao idoso, como centros de convívio e de saúde especializados, formados por equipes multidisciplinares;
3. incentivar locais alternativos de moradia, como repúblicas;
4. promover simpósios, seminários e encontros específicos sobre o tema;
5. planejar, coordenar e supervisionar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso;
6. desenvolver mecanismos que impeçam a discriminação do idoso no mercado de trabalho do setor privado;
7. estimular programas de preparação para aposentadoria no setor público e privado;

Art. 5º A implantação da Política Municipal do Idoso é competência dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, cabendo a criação do CENTRO DE REFERENCIA AO IDOSO “VIDA ATIVA” com a finalidade de realizar a coordenação, acompanhamento e avaliação dessa política, bem como o monitoramento técnico dos profissionais envolvidos.

§1º. Para o alcance da finalidade desta Lei, o CENTRO DE REFERENCIA “VIDA ATIVA” promoverá as articulações necessárias à implementação da Política Municipal do Idoso junto às demais unidades administrativas do Município de Cachoeiro de Itapemirim dividindo suas ações em serviços internos e externos com coordenações específicas.

Art. 6º Compete ao CENTRO DE REFERENCIA “VIDA ATIVA”:

1. realizar estudos e pesquisas sobre a situação do idoso no Município de Cachoeiro de Itapemirim, visando ao conhecimento biopsicossocial do idoso e manter um Centro de Convivência modelo que atenda o público alvo deste Decreto;
2. assegurar que as atividades desenvolvidas pela Política Municipal do Idoso garantam à pessoa idosa o atendimento priorizado nas redes de serviços públicos e privados, por meio de articulação e sensibilização dos órgãos afins;

3. garantir aos idosos portadores de deficiência a assistência necessária, por intermédio da criação de um CENTRO-DIA;
4. promover campanhas educativas de valorização do idoso, evitando a discriminação e o preconceito;
5. ampliar o atendimento domiciliar, visando a garantir a permanência do idoso no grupo familiar e na comunidade;
6. desenvolver ações, de forma a propiciar ao idoso o conhecimento dos seus direitos, garantindo-lhe o devido respeito, sensibilizando os órgãos de segurança pública para que executem ações que evitem abusos e lesões a seus direitos, devendo divulgar os veículos de denuncia contra os maus tratos.
7. monitorar e avaliar o atendimento preferencial ao idoso nas instituições públicas e privadas, bem como as ações de responsabilidade do poder público e divulgação dos resultados;
8. promover capacitações para os conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de forma sistemática;
9. promover a divulgação e tornar publico em locais bem visíveis as ações e deliberações do conselho e também nos meios de comunicação em geral, para possibilitar o conhecimento dos seus direitos e estimular a sociedade em participar das ações do conselho.
10. criar fórum interconselhos para fortalecer as ações de fiscalização das políticas públicas pelos conselhos.
11. incentivar a participação dos idosos em tele centros comunitários, além de outros serviços que possibilitem a inclusão digital.

Art. 7 ° Sistema de Informações

1. O Centro de Referencia Vida Ativa com atuação na área de assistência social envidará esforços para manter serviço telefônico de atendimento e informação ao idoso.
2. O órgão a que se refere o artigo anterior deverá identificar e planejar, em articulação com as administrações regionais, a rede comunitária de atendimento ao idoso, visando facilitar e aprimorar a prestação dos serviços que lhe são destinados.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no "caput", os órgãos municipais atuarão em conjunto com hospitais, instituições de longa permanência, associações comunitárias, organizações representativas de idosos e demais entidades públicas ou privadas que trabalham com a questão do envelhecimento.

Art. 8º Do Sistema de Abrigamento Institucional

1. O órgão municipal competente envidará esforços no auxílio as Casas Transitórias de Idosos, destinadas a acolhê-los quando vítimas de violência, maus tratos, ameaças ou discórdias no âmbito familiar em que se encontram hospedados.

2. Na Casa Transitória será garantida a infra-estrutura necessária para acolher também o cônjuge idoso, se esse desejar, bem como assistência jurídica e psicossocial, caso necessitem.

§ 1º O prazo de permanência nesses estabelecimentos será de 90 (noventa) dias e poderá ser ampliado de acordo com a necessidade de cada caso.

§ 2º As organizações de terceira idade poderão prestar serviços de caráter voluntário de assistência social e apoio aos idosos ali abrigados.

SEÇÃO II

Da Saúde

Art. 9º Buscando garantir a atenção integral à saúde do idoso, considerada como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde, compete à Secretaria Municipal de Saúde:

1. implantar unidade de referência de saúde para atender a pessoa idosa, facilitando o acesso a medicamentos e ao tratamento de saúde, baratos e de alta qualidade;
2. capacitar agentes comunitários para o atendimento ao idoso;
3. fortalecer e ampliar atividades de prevenção na área de saúde, segurança, esporte, lazer, cultura, preparando para a terceira idade, investindo em ações intergeracionais.
4. sensibilizar as unidades hospitalares sobre a prioridade no atendimento ao idoso, de acordo com a gravidade do caso;
5. elaborar normas de serviços geriátricos.
6. manter e melhorar a capacidade funcional do idoso;
7. ampliar e fortalecer a assistência domiciliar dos idosos acamados por meio de equipe multidisciplinar, especializada em saúde do idoso, com orientações aos cuidadores informais e formais.
8. fortalecer a política de saúde mental para a terceira idade criando grupos de apoio aos familiares de idosos dependentes a semi-dependentes
9. apoiar e incentivar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinados agravos à saúde do idoso, com vistas à prevenção, tratamento e reabilitação;
10. promover e realizar cursos de aperfeiçoamento e especialização para os profissionais de geriatria e gerontologia;
11. cumprir as normas e diretrizes dos serviços geriátricos e hospitalares;

12. garantir no orçamento recursos para capacitação de cuidadores informais e formais de Idosos e para a política destinada a demanda referenciada.

SEÇÃO III

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 10º Objetivando facilitar aos idosos o acesso ao processo de produção e fruição de bens culturais, compete à Secretaria Municipal de Educação:

1. implantar programas de alfabetização para idosos;
2. inserir temas transversais no currículo da rede municipal de ensino;
3. desenvolver programas educativos e, em especial, utilizar os meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
4. sensibilizar as universidades para a inserção das disciplinas Geriatria e Gerontologia nos cursos afins.
5. Adequar os currículos, as metodologias e os materiais didáticos aos programas educacionais destinados aos idosos.
6. elaborar e apoiar a capacitação dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia, visando à qualidade do atendimento ao idoso;
7. promover ações de divulgação e sensibilização dos direitos dos idosos nas escolas municipais com o objetivo de informar e combater o preconceito.

Art. 11º Compete à Secretaria Municipal de Cultura:

1. promover atividades culturais para idosos, na condição de público e/ou produtor;
2. veicular informações que estimulem o acesso do idoso a eventos culturais (cinema, teatro, etc.);
3. fomentar a continuidade e a identidade cultural dos idosos, fortalecendo a relação entre gerações, mediante a valorização do registro da memória e da transmissão de informações das atividades dos idosos à sociedade em geral;

Art. 12º Compete à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:

1. estimular a participação dos idosos em caminhadas e outras atividades físicas, visando à melhoria de sua qualidade de vida, resultando no envelhecimento com saúde;
2. incentivar a criação de programas de lazer, esporte, turismo e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade como o Projeto Melhor Idade Ativa.

SEÇÃO IV

Do Trabalho e Habitação, Desenvolvimento Urbano e Defesa Social

Art. 13º Compete à Secretaria Municipal de Trabalho e Habitação:

1. criar mecanismos que impeçam a discriminação do idoso no mercado de trabalho;
2. desenvolver programas de reinserção da pessoa idosa no mercado de trabalho;
3. criar mecanismos que favoreçam a geração de emprego e renda, destinados à população idosa.

Art. 14º Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:

1. incentivar/orientar a construção de calçadas cidadãs nas vias públicas e fiscalizar os obstáculos existentes para facilitar o trânsito do idoso para as atividades do Conselho e outras em geral;
2. garantir no orçamento recursos para pavimentação, tipo calçada cidadã (em vias e calçadas públicas), urbanização e construções civis públicas para garantir a acessibilidade dos Idosos, bem como dar benefício fiscal aos proprietários de imóveis que adequarem as suas calçadas.

Art. 15º Compete a Secretaria Municipal de Defesa Social:

1. expedição do cartão de estacionamento em vaga preferencial para idoso, conforme resolução nº. 303/2008 do CONTRAN.

SEÇÃO IV

Do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim

Art. 16º Compete ao IPACI:

1. informar os direitos previdenciários e assistenciais dos idosos beneficiados;
2. criar programas municipais de preparação para a aposentadoria, e apoiar as entidades públicas e privadas que desenvolvam serviços dessa natureza, identificando-as e prestando lhes o suporte e apoio necessário;
3. fomentar a participação dos idosos aposentados pela autarquia no Projeto Aposentadoria com Cidadania.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Escola Superior da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local



Av. Nossa Senhora da Penha, 2190 – Santa Lúcia
Vitória/ES - CEP: 29045-402 - Tel: (27) 3334 3500

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo que concordo em ser entrevistada e participar da pesquisa referente ao projeto intitulado: A Construção da Política Municipal do Idoso de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Desenvolvido pelo pesquisador, mestrando e também técnico Igor Gaspari Nascimento. Fui informada ainda, que a pesquisa é orientada pela Profa.Dra Soraya Gama de Ataíde, e sempre que quiser poderei pedir mais informações à pesquisadora através do e-mail soraya.gama@emescam.br. Afirmo que aceitei participar espontaneamente, sem receber qualquer incentivo ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) que a **pesquisa oferece risco mínimo que seria ocasionado por possível represálias políticas, porém esse risco é controlado com a garantia do anonimato e sigilo de dados pessoais por parte do pesquisador.** Fui informado (a) também que ao participar desta pesquisa não terei nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o conhecimento da população idosa de Cachoeiro de Itapemirim/ES pois a partir dessas informações, a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos, no que tange à construção do projeto desenvolvido. Fui também esclarecido(a) de que apenas a pesquisadora e sua orientadora terão acesso às minhas informações e as mesmas ficarão sob a guarda da pesquisadora até 5 (cinco anos) após a conclusão da pesquisa, quando então serão descartados de maneira adequada. Minha colaboração será feita de forma confidencial e privativa através do preenchimento de questionário com duração de aproximadamente 30 minutos, que será realizada por um profissional. Estou ciente que posso me retirar dessa pesquisa e também me recusar a dar alguma informação a qualquer momento, sem prejuízo nenhum ao meu vínculo na instituição ou sofrer qualquer constrangimento. Qualquer dúvida sobre a ética da pesquisa fui informado (a) de que poderei procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM (CEP/EMESCAM), no telefone: (27) 3334-3586. Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Vitória, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do (a) participante.

Igor Gaspari Nascimento
igorgaspari@hotmail.com, (28) 99918-6799